

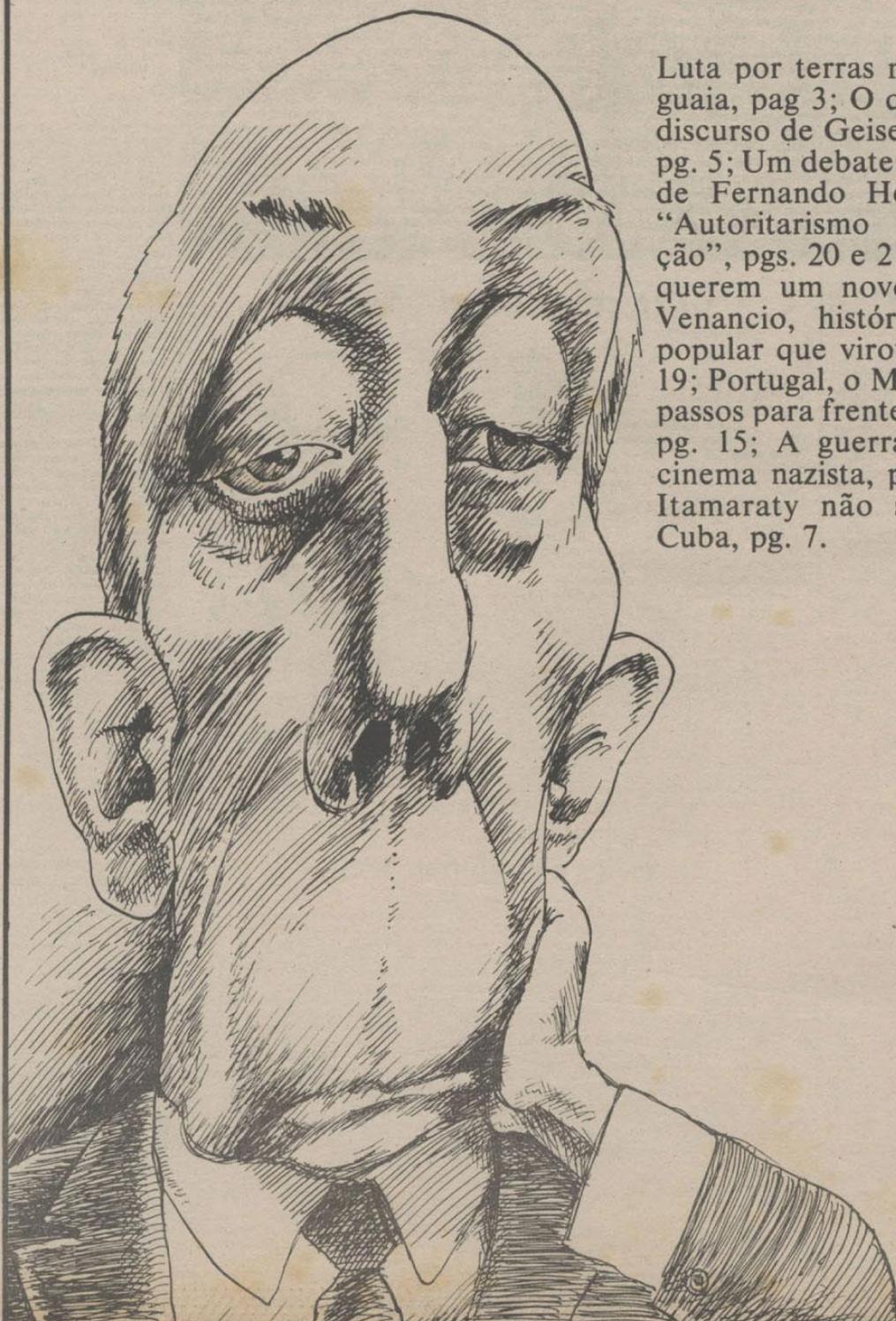
MOVIMENTO

11 DE AGOSTO DE 1975 Nº 6 Cr\$ 5,00

A OPOSIÇÃO DEPOIS DA DISTENSÃO

pgs. 4 e 5

Luta por terras na região do Araguaia, pag 3; O que mudou com o discurso de Geisel de 1º de agosto, pg. 5; Um debate em torno do livro de Fernando Henrique Cardoso, "Autoritarismo e Democratização", pgs. 20 e 21; Os empresários querem um novo delfim, pg. 11; Venancio, história de um poeta popular que virou empresário, pg. 19; Portugal, o MFA indeciso: dois passos para frente ou um para trás? pg. 15; A guerra sem sangue do cinema nazista, pg. 23; Por que o Itamaraty não se interessa por Cuba, pg. 7.



*Deputado Ulysses Guimarães,
Presidente do Movimento
Democrático Brasileiro*

Um conselho aos sindicatos rurais



O representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais no município paulista de Maracá, Pedro Leal Barbosa, levou uma reclamação e uma sugestão à reunião de líderes sindicais da região realizada dia 5, em Presidente Prudente. A reclamação: apesar de existir muita gente desempregada, por causa da geadá, os comerciantes ainda aumentaram o preço do feijão de 5 para 15 cruzeiros o quilo. A sugestão: para os dois problemas: que o governo distribua terras aos lavradores muito pobres, os quais cultivariam gêneros alimentícios de primeira necessidade.

Foi uma entre as muitas propostas examinadas pelos sindicalistas rurais, reunidos sob a presidência de Reinaldo Albertini, enviado pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo, com instruções surpreendentes. Abriu o encontro aconselhando os presidentes de sindicatos locais a não tratar do problema do desemprego. Segundo o representante da Federação, quanto menos a situação de desemprego fosse conhecida, melhor para os trabalhadores. Isso porque — argumentou, — desconhecendo o número real de mão-de-obra ociosa, os empregadores não poderiam se aproveitar tanto para aviltar salários.

A idéia não vingou. O presidente do sindicato dos trabalhadores rurais de Assis, Geraldo Mesquita, classificou de "medroso" o conselho da Federação e foi explicando que os fazendeiros já sabiam perfeitamente, estavam mesmo entre os primeiros a saber do volume de mão-de-obra ociosa. Antes mesmo da geadá, os proprietários já vinham dispensando trabalhadores, substituídos por máquinas "até para cercar as propriedades".

Não há novidade nas reivindicações dos sindicalistas reunidos em Prudente, o que não significa que elas sejam redundantes: terra, financiamento, assistência, seguro, emprego protegido. Na quarta-feira, a Confederação Nacional da Agricultura, entidade representativa dos fazendeiros, solicitou audiência ao presidente Geisel para agradecer as medidas de apoio à lavoura tomadas pelo governo — conforme noticiaram os principais jornais, contudo menos atentos à reunião de Presidente Prudente.

O concurso

Na semana passada encerrou-se o prazo de inscrição para o concurso que o Departamento de Polícia Federal promove para a escolha de novos técnicos em censura. Os candidatos selecionados (que obrigatoriamente devem possuir diploma do curso superior, de pelo menos, Pedagogia, Psicologia, Ciências Sociais, Direito, Filosofia ou Comunicação) farão um curso preparatório de três meses antes de exercer a nova profissão. Mas para chegar lá, será preciso, primeiro, passar pelos testes eliminatórios que se realizarão nas próximas semanas. Entre outros: correr 1800 metros em 12 minutos (teste de Cooper), passar no exame médico (além de um exame físico *in loco*, os candidatos terão que apresentar resultados satisfatórios nos exames de abnegação, "Machado Guerreiro", urina, glicemia, uréia de sangue, forologia de Lues, testes parasitológico e eletroencefalograma) e responder corretamente aos quesitos de múltipla escolha das provas de Filosofia, Cultura Brasileira e História Geral da Cultura (a bibliografia recomendada para as provas, nove livros, inclui autores como Fernando de Azevedo, Roger Bastide e Jacques Maritain).

Algumas opiniões recolhidas entre os candidatos a técnico em censura (a maioria mulheres), na extensa fila que se formou em quase todos os dias da semana passada em frente ao prédio da Polícia Federal, na rua Senador Dantas, no Rio: Joselina Santos, 27 anos, professora desempregada: "Eu vim porque eu acho válido. É um campo de trabalho a mais. Eu ainda não sei qual é o salário, mas ouvi dizer que é de Cr\$ 4.800 por mês, e quando eu era professora ganhava só Cr\$ 1.500".

"Filmes? Eu só vou a filme bom, que seja bem dirigido e bem interpretado. Vou em média umas três vezes por mês. Meus diretores preferidos são Fellini, Godard, Lelouch, mas eu gosto muito de filmes-documentários e filmes japoneses. Em música os que prestam mesmo são o Caetano, o Sérgio Ricardo e o Chico Buarque. Livros, além dos técnicos, que eu

tenho que ler por causa da profissão, eu leio Dostoiévsky, Jorge Amado, Érico Veríssimo, Drumond, José Lins do Rego e Gilberto Freire".

"Eu acho que só pelo fato de terem aberto esse concurso já está provado que é possível abrir um pouco a censura. O técnico tem mais visão, está em condições de fazer um julgamento mais criterioso".

Neli Carbonel David, 30 anos, psicóloga e professora universitária, salário mensal de Cr\$ 3.000:

"Eu só gosto de filmes que abordem os problemas sociais, os problemas do Brasil, como o "Amuleto de Ogum", do Nelson Pereira dos Santos, que eu acho que é o melhor diretor que existe por aí. Teatro é a mesma coisa, quer dizer, tem que abordar bem o problema social e o problema psicológico. Eu gosto muito de "Hair", "Raié" e essa última peça que eu vi, o "Botequim", genial. Música popular eu gosto mais da nossa, e depois a francesa, que também é boa. Daqui, os melhores são o Caetano, o Chico e o Gil, como sempre foi, não é?".

"Acho esse concurso muito válido. É a primeira vez que eles fazem um negócio desses no Brasil e eu acho certo. Os psicólogos, pedagogos, todos esses técnicos são muito melhores para julgar quais são os filmes que vão realmente informar as pessoas. Eu tenho tido muitos problemas de sexo entre meus clientes por causa destes filmes eróticos que andam por aí, que não informam nada".

"A fase que nós estamos atravessando agora é uma fase natural da nossa história e da própria evolução da humanidade. Então esse pessoal (os técnicos em censura) é o pessoal mais adequado para promover a conscientização da massa, quer dizer, para promover o melhor ajustamento das pessoas dentro do todo que elas estão vivendo, para que elas proponham soluções e não fiquem só criticando e destruindo, se revoltando. Nós temos condições para fornecer um instrumental para que o pessoal não entre em caos".

Limpando a casa

Por 110 votos a 90, o cearense José Castelo, repórter da Sucursal-Rio de O Estado de S. Paulo, foi eleito na semana passada presidente da Associação dos Cronistas Esportivos do Rio de Janeiro, (ACERJ) fato que se transformou numa verdadeira revolução.

O novo presidente, logo após a contagem dos votos nomeou um secretário de finanças para bloquear o dinheiro da Acerj, mandou publicar nos jornais um edital cancelando todas as carteiras sociais emitidas até então e ordenou a troca de todos os segredos das portas e gavetas da sede do centro da cidade. Sua próxima medida: fazer uma triagem no quadro social para banir sócios que nada têm com a profissão, como, por exemplo, o juiz Airton Vieira de Moraes, o Sando.

Mas os males da última diretoria não pararam na falta de representatividade da classe dos repórteres esportivos. Ela, também usava o nome da Associação em negócios duvidosos. Um dos ex-diretores, Fausto de Almeida, jornalista dos Diários Associados e ex-presidente do Bangu, recentemente trocou uma série de cartas com a fábrica Volkswagen, em São Paulo, para a aquisição, por si próprio, de uma "Brasília". Segundo consta de uma das cartas agora conhecidas, Fausto de Almeida pediu um abatimento no preço do veículo, alegando que se destinava ao transporte da diretoria da Associação. A Volkswagen deu desconto — "altamente vantajoso", segundo uma carta de agradecimento enviada à fábrica.

Outro incidente: o ex-vice-presidente de Finanças, Antonio Acioli Lins, encontrou uma fórmula milagrosa para proporcionar aos cofres da entidade a soma de 500 mil cruzeiros. Segundo a idéia, a Acerj patrocinaria uma série de sorteios de automóveis, aparelhos de televisão e brinquedos, e receberia uma percentagem sobre o total arrecadado. Acontece que o empreendimento resultou num quase processo contra a Associação. Um dos premiados compareceu à sede da Acerj, querendo receber o que tinha direito: um automóvel. Apesar dos protestos, não recebeu o carro.

As irregularidades constatadas, porém, não param aí. No próprio dia das eleições, uma investigação superficial feita pelos membros da "Chapa Mário Filho", liderada por José Castelo, conseguiu reunir um total de 43 fichas de admissão de sócios, de pessoas inscritas irregularmente. No final de cada folha, constata-se a anotação de que o "associado" pagara as mensalidades de 1974 e 1975 (algumas inclusive desde 1973), embora pelo menos dez "sócios" admitissem, depois, que nunca pagaram nada à Acerj.

Entre os "sócios" da Acerj, figuravam um professor de música, um bancário, um metalúrgico, um cronometrista de trenos do Jôquei Clube e até mesmo um astrólogo.

Por tudo isso, a eleição da semana passada transcorreu num clima bastante agitado: de um lado, a chapa liderada por José Castelo e que tem integrantes do porte de João Saldanha, jornalista e ex-técnico da Seleção Brasileira; e de outro, uma verdadeira máfia, toda máfia que, numa certa altura de uma das várias discussões exaltadas do dia das eleições alguém gritou "isso é caso de polícia!".

O que fazer com a Light?

O depoimento do presidente da Eletrobrás, Mário Pena Bhering, à CPI das multinacionais, na última terça-feira, surpreendeu os deputados encarregados de interrogá-lo. Quando o relator da CPI, deputado Herbert Levy, perguntou porque a lucratividade das empresas públicas no setor era tão baixa, elogiando o desempenho e a rentabilidade da milionária Light, Bhering respondeu que a única forma de se evitar o déficit constante nas empresas públicas de energia elétrica é estaziar totalmente o setor, inclusive a própria Light, a maior empresa estrangeira em atividade no país (por patrimônio líquido).

O raciocínio do presidente da Eletrobrás: a Light emprega apenas 30%, de seu capital na geração de energia, percentagem que decresce a cada ano. A maior parte da energia que ela distribui é adquirida das companhias estatais, que arcam com as enormes despesas de geração de energia, desde a construção de barragens até a compra de turbinas, que tornam sua atividade deficitária. Enquanto isso, funcionando como simples intermediária, a Light obtém um faturamento excepcional.

Ainda na CPI, o deputado Joaquim Bevilacqua (MDB-SP) disse que as companhias estatais vendem energia à Light por um preço muito baixo, assegurando alta lucratividade à empresa canadense. "Com isso, a Light fica com o fletimigão do setor energético, que é a distribuição", disse ele.

Mas além das rápidas declarações de Bhering e da intervenção de Bevilacqua, pouco mais se disse na CPI sobre a atuação da Light no setor de energia elétrica. Ao final de seu depoimento, quando saía da sala de reuniões da CPI Mário Bhering, bem mais descontraído, comentou com os assessores que o acompanhavam: "Eu pensei que iam me perguntar mais sobre a Light, sobre as multinacionais. Até parece que os deputados não estão interessados nisso".

"A CIA contra Geisel". Surpresa?

"No comments", disse o porta-voz oficial da embaixada dos Estados Unidos. "Sem comentários" era a resposta do Ministério da Justiça do Brasil. A denúncia do secretário geral do MDB, Thales Ramalho, no mês passado, de que a CIA estaria contra a política externa do presidente Geisel não mereceu a menor atenção das duas partes que teoricamente poderiam se manifestar. Só foi levada a sério por alguns deputados, que discutiram no Congresso a suposição de que a CIA realmente estaria contra Geisel.

Depois de uma longa estadia em São Paulo, Thales Ramalho esclareceu em Brasília a Movimento suas afirmações: não fiz nenhuma acusação, porque não tenho provas. Mas tudo piorou para o Brasil, em termos de desenvolvimento político, depois da criação da Nuclebrás".

O secretário do MDB se refere a outros episódios que, segundo ele, teriam criado uma certa indisposição dos Estados Unidos contra a política externa brasileira: a aquisição de quase 80% do equipamento de Itaipu na União Soviética e o acordo nuclear com a Alemanha.

Sabendo com bastante antecedência, através da atuação da CIA, o governo norte-americano teria, ainda segundo Thales Ramalho, feito duas advertências ao governo brasileiro: "A primeira na questão da soberania compartilhada dos rios internacionais, em que o apoio dado pelos Estados Unidos à Argentina quase impede a construção de Itaipu. A segunda, quando os Estados Unidos deram a presidência da OEA à mesma Argentina, prejudicando interesses brasileiros".



Mas Thales Ramalho diz que não está falando nada de novo. "Existe uma vasta literatura sobre a intervenção da CIA em países estrangeiros, principalmente os subdesenvolvidos. Parte das minhas suposições inclusive baseia-se no livro de Hélio Silva sobre a revolução de 64. Golpe em Contragolpe". O que acho espantoso é que alguém ainda se surpreenda com isso".

Os índios e a reforma agrária

Na semana passada, o ministro do Interior, Maurício Rangel Reis, prometeu ao deputado Eloy Lenzi (MDB-RS) verificar se os 19.997 hectares dos índios caingang são demais para eles. Se forem, o ministro, a quem está subordinada a Funai, poderá dar as terras aos 1.400 agricultores que as arrendam.

As terras dos caingang, em Nonoai, a 461 quilômetros de Porto Alegre, foram arrendadas pela Funai dentro do princípio de que eram superiores às necessidades dos índios e de que, através do arrendamento, o órgão seria o patrimônio indígena. Mas, assim como nos outros casos (1), um hectare caingang custava 35 cruzeiros por ano aos agricultores, quando nessa região de terras férteis, onde se produz de feijão à trigo, cobra-se no mínimo 500 cruzeiros pelo aluguel de um hectare. O negócio bom para os lavradores foi, porém, proibido pelo Estatuto do Índio, instituído em 1973. O Estatuto não só proibiu arrendamentos como tornou nulos todos os contratos firmados até aquela data. E ainda dispôs que "ninguem terá direito à ação ou indenização" por ter que abandonar a área arrendada.

Mas a Funai adiou o cumprimento do Estatuto e deixou que os agricultores permanecessem. No caso de Nonoai, porém, os índios passaram a exigir a posse dos 10 mil hectares (cuja receita é enviada a Brasília) e a hostilizar os agricultores. Criado o problema, a direção da Funai pediu que o Inera, órgão de colonização e reforma agrária, arrumasse outras terras para os lavradores e deu prazo até 31 de julho para que saíssem.

Mas os agricultores que estão em Nonoai contribuem com boa parte das 440 mil sacas de milho e das 200 mil de feijão produzidas pelo município. E contavam com o apoio de vários deputados, da Arena e do MDB, com o Eloy Lenzi, que pressionava o governo em Brasília, a ponto de obter do ministro do Interior a promessa de que o Assunto seria reconsiderado.

(1) A Funai também arrenda, a preço baixo, as terras dos kaduwé, em Mato Grosso, a fazendeiros que usam o pasto dos índios, além de áreas dos guajajara e timbira, no Maranhão; xerente, em Goiás, e carajá, na ilha do Bananal, MT. O lucro do arrendamento é enviado ao Departamento do Patrimônio Indígena, em Brasília.

CENA BRASILEIRA

LUTA PELA TERRA

Conceição do Araguaia, Pará



Murilo Carvalho

Entre os rios Araguaia e Xingu, no sudoeste do Pará, estende-se uma região fértil, coberta de matas e até há poucos anos absolutamente desabitada. Apenas duas cidades às margens do Araguaia reúnem uma população mais antiga, geralmente vivendo de pesca e do pequeno comércio ribeirinho: Marabá e Conceição do Araguaia. Em torno delas, somente as densas florestas, recobrimo uma área superior à da França.

A abertura de várias estradas, como a Belém-Brasília há 15 anos e mais recentemente a Transamazônica, a PA-70 e a PA-78, começou a mudar o panorama demográfico da região. Grandes levas de trabalhadores rurais, vindos principalmente de Goiás, Minas Gerais e Maranhão, começaram a chegar aos municípios de Conceição e Marabá e a partir dali a promover uma ocupação desordenada das terras devolutas do Estado. Como nada havia de ilegal na ocupação das terras — a colonização foi mesmo incentivada pelo governo do Pará, visando povoar e desenvolver a região — e principalmente pelos excelentes resultados obtidos pelos primeiros agricultores, graças a fertilidade do solo, outras famílias vieram, — atraídas pelas notícias mirabolantes que corriam as estradas — à procura de uma vida melhor.

Assim, nos últimos três anos, a população dos municípios de Conceição e Marabá multiplicou-se, chegando mesmo, em Conceição, a saltar de 12 mil para 60 mil habitantes.

O processo de ocupação de terras devolutas sempre foi fácil, não exigindo nenhuma formalidade antecipada. Bastava (há pouco tempo) embrenhar-se na mata, construir um rancho, limpar um trecho, plantar uma roça e demarcar com uma picada rústica a área da posse. Em seguida deveria ser feita uma solicitação de título de posse, que mais tarde seria confirmada como título definitivo. Um mecanismo simples, mas mesmo assim impossível de ser seguido pelos posseiros, a maioria analfabetos e sem recursos, a não ser os braços e a vontade de trabalhar. Dessa forma, a grande maioria deles, sem nenhuma orientação, deixou de solicitar o registro das terras em seu nome, limitando-se a fazê-las produzir.

O aumento da população, o crescimento do mercado produtor e consumidor, as estradas cada vez melhores, trouxeram, como era inevitável, um acentuado surto de desenvolvimento à região. E com o desenvolvimento chegou outra espécie de colonizador: grande empresas ou particulares, com recursos para planejar a ocupação de extensas áreas, num processo inverso ao dos posseiros — solicitavam antes o título de determinado lote, apresentando apenas um projeto de colonização. Dessa forma obtinham um documento precário, que para ser confirmado como título de propriedade necessitava da verificação, por um fiscal da Secretaria de Terras do Pará, de que no lote não havia nenhum posseiro com direitos anteriores. Ai começaram os conflitos.

Para provar que não havia posseiro na área, passaram a utilizar a mais eficaz das armas: a força. E durante quase dois anos a violência, a arbitrariedade e muitas vezes os assassinatos passaram a fazer parte do dia a dia da floresta.

O problema assumia dimensões tão grandes que não era mais possível ignorá-lo e confiná-lo à sombra úmida da selva. O governo do Pará passou, então, a preocupar-se com a região, criando um vago programa de colonização que dividiu as terras em lotes numerados, numa tentativa

de começar a resolver os problemas. Os posseiros foram convidados a associar-se ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que passou a defendê-los. E formou-se, dessa forma, o confuso quadro atual, onde as brigas

O sindicato é quase impotente, vivendo o mesmo clima de medo e terror experimentado pelos posseiros no interior das matas.

"Eu pensava muitas vezes de correr por causa dos problemas de terra, sumir daqui antes do pior." Raimundo Torres, 32 anos, o primeiro dirigente do sindicato de Conceição do Araguaia, não esconde ainda um certo temor. "Deixei o Sindicato faz mais de dois anos, mas os problemas continuam cada vez mais graves. No começo teve mais mortes, mais violência às claras, agora ficou até mais difícil, porque é tudo meio escondido. Os grileiros aprenderam a usar a força mais discretos, agora os jagunços são "vigilantes", contratados de firmas especializadas."

Atualmente há dois grandes focos de conflito na região: Água Fria e Rio Maria, nas margens da PA 78, que liga Conceição do Araguaia à Transamazônica, na altura de Marabá.

Água Fria é um começo de povoado, ainda apenas um punhado de choças que os posseiros pretendem transformar numa "corruetela". Em torno de Água Fria moram cerca de 250 posseiros, alguns já com título regularizado, mas a maioria em demanda com grileiros.

"Quando começaram os problemas em Água Fria, os posseiros denunciaram os maus tratos, as judiações que andavam fazendo com eles e eu fui lá tomar conhecimento pelo sindicato. Num certo lugar, onde tem um aeroporito velho, ninguém sabe quem é o dono, nós fomos topados por um bando de "vigilantes". Eles tavam armados e arriariam nossa chegada. Quando eu expliquei que era do sindicato, eles sumiram na mata. Os posseiros estavam assombrados com razão. Posseiro que não tiver medo, ele morre."

Mas Rio Maria parece ser o mais grave e complexo problema enfrentado hoje pelo sindicato. Um problema tão sério que emudece seus principais dirigentes e as únicas pessoas com coragem para tocar nos acontecimentos o fazem sigilosamente, sem nomes, com uma explicação: "A gente tem medo de falar, vive sempre oprimido pelas autoridades locais, eles tão sempre massacrando a gente. Os pobres da região sofrem muito

Rio Maria é o centro das Matas férteis e lá o principal grileiro é "um tal de seu Alcione, que vem lutando pra tirar o pessoal de lá e que doou 30 alqueires de terra pra fazer o povoado. Mas que adianta isso, se os posseiros precisam é das terras onde moram pra trabalhar? Agora o seu Alcione está quieto, mas acho que ele está tomando providências pra quando voltar, voltar quente mesmo." Alcione, fazendeiro de Minas Gerais, já tem uma tradição de violência em Rio Maria, de onde conseguiu, pelo medo e pela bala, expulsar muitos posseiros. Lucas Cabral da Costa foi um deles. Morador há vários anos num lote a léguas e meia da PA-78, na altura de Rio Maria, Lucas não havia requisitado seu título de posse. Apesar disso resistiu, quando Alcione e seus "vigilantes" o pressionaram para abandonar sua roça, o rancho, as benfeitorias que havia construído. Acabou aceitando "uma indenização" e mudando para Conceição do Araguaia. Atualmente, "trabalho aqui e acolá, nas fazendas, comendo carne de cabeça de vaca." O que Lucas faz questão de esconder são as marcas das balas em seu corpo.

José Carlos Milhomens, o Carioca, é proprietário do Loteamento Itaipavas. Ele e "Barbudo", o chefe do seu grupo de vigilantes, já conseguiram expulsar 39 famílias de posseiros, mas ainda há 6 famílias lá, resistindo. "A gente não sabe mais a quem recorrer, nós não podemos aguentar a briga sozinho e se a gente resolve brigar vem a polícia, prende, bate. Não tem escolha: ou vai embora na miséria ou morre. Mas nós estamos confiados no que o governo vai fazer pra nós, eles estão prometendo. Nós vamos esperar. A não ser que o "Barbudo" tome providências antes do que o governo." João, goiano, 45 anos, está em Rio Maria há 3 anos e ainda não requisitou seu título de posse: eu não sabia disso, pensei que se mostrasse o meu serviço, a roça, a casa, ficava tudo certo, o governo resolvia."

Mas, muitas vezes, as soluções apresentadas pelo Casagri — órgão do governo do Pará responsável pela colonização e distribuição de terras — acabam complicando ainda mais a situação dos posseiros.

O Dr. João Maria Xaxá, representante da Casagri em Conceição do Araguaia, por exemplo, provocou recentemente uma situação absurda. Numa tentativa — provavelmente bem intencionada — de conseguir terras para um grupo de agricultores recém chegados de Goiás, desocupou-se de maiores verificações e mandou que ocupassem parte do lote 17, loteamento de Conceição do Araguaia. Contentes, os novos posseiros mudaram-se, limparam o terreno e começaram a construir suas cabanas, enquanto preparavam o solo para o plantio. Um mês depois, verificou-se que o lote 17 já era titular, propriedade de Francisco José Camargo, da Fazenda Nazaré. A saída encontrada pelo Dr. Xaxá foi transferir os posseiros para outro lote, que dessa maneira perderam o tempo do plantio e o trabalho de construir as cabanas. Num documento dirigido ao presidente do Sindicato, o Dr. Xaxá explicava o problema e solicitava a interferência pessoal do Sr. Djacir para a transferência dos posseiros. O novo lote escolhido foi o 152. Para lá mudaram os posseiros e suas famílias, recomeçando o trabalho. Mas no mês seguinte tudo recomeçou: o novo lote também era titulado e os trabalhadores deveriam mudar-se pela segunda vez, perdendo novamente seu trabalho e encerrando definitivamente as possibilidades de plantio — mesmo atrasado — antes das águas. E agora havia ainda outro agravante: não existia outro lote disponível para onde os posseiros pudessem ser transferidos. Apoiados pelo sindicato, os posseiros recusaram-se a mudar, porque mudar significaria a fome para todas as famílias. Dr. Xaxá procurou o sindicato para propor uma solução e quando encontrou uma atitude firme de defesa dos trabalhadores, ameaçou o presidente Djacir. Como este alegasse possuir o documento do próprio Dr. José Maria Xaxá ordenando a mudança para o lote 152, criou-se um impasse. Dr. Xaxá pediu para ver o documento e ao apanhá-lo, rasgou-o. Djacir apenas conseguiu recuperar um pedaço do papel e com ele e várias testemunhas, moveu um processo contra o Dr. Xaxá.

ma dos posseiros. Apenas tem uma certeza de que tudo vai acabar como acabou para seu sogro, Firmino Rodrigues, 77 anos, um dos mais antigos posseiros da região, 33 anos morando entre Volta Nova e Sta. Isabel: "Pegaram o velho, a mulher e dois netinhos deles que estavam lá, puseram numa camionete e largaram eles na beira da cidade. E tacaram fogo nas roças, na choça, mataram os porcos. E prometeram morte se eles olhassem pra trás."

A origem política de Ulysses Guimarães é do extinto Partido Social Democrático (PSD), um partido que na Europa significa um capitalismo reformista com pretensões sociais. No Brasil se pode caracterizar o PSD com as palavras do jornalista Raimundo Reis: "o possedista verdadeiro é aquele que entre o Capital, de Karl Marx e a Bíblia, prefere o Diário Oficial". Com isso queria dizer que o PSD não tinha compromissos com ideologias, mas se curvava, reverente, diante do jornal que publicava a nomeação de seus afilhados.

Se Ulysses fosse somente um possedista não teria ficado na oposição depois de 1964. Sua opção pela oposição não foi uma consequência de atitudes na política regional paulista, onde militava e onde foi líder na Assembleia Legislativa, pelo PSD. Sua opção foi a decisão de quem, tendo uma formação liberal, discordava das medidas institucionais que, postas em prática, iam contra a sua consciência jurídica.

Ulysses conhece o sabor do poder. De 1961 a 62 foi Ministro da Indústria e Comércio no primeiro gabinete parlamentarista de Jango Goulart e ainda hoje ostenta os galões simbólicos com os quais foi condecorado, há algum tempo, como "Grande Oficial da Marinha Brasileira". Advogado, professor universitário, presidente do MDB desde 1971 e um dos que auxiliou a fundação do Partido, condecorado por Oliveira Salazar de Portugal e Alfredo Stroessner do Paraguai, Ulysses reúne as contradições que lhe permitem conduzir o MDB, combinando a moderação do grupo a que pertence com a impetuosidade dos autênticos, que outrora combateu.

Em 1973, quando antecandidatou-se à presidência da República contra Geisel, primeiro por sugestão dos autênticos, depois à sua revelia (porque não teve acesso aos meios de comunicação para fazer propaganda opositora, a condição exigida por deputados como Lysiane Maciel, Fernando Lyra, Marcos Freire, Chico Pinto) reconquistou parte da admiração de seus companheiros de bancada com um discurso poético e arrebatador.

"Navegar é preciso, viver não é preciso", disse repetindo o poeta português Fernando Pessoa. "O povo repele que se duvide de suas reservas de patriotismo, dispensa preceptores carismáticos e desautoriza intermediações impostas". (...) "O voto é a arma desse mesmo povo para garantir seu destino de fim e não de meio do Estado... povo capaz de trabalhar, de pagar impostos, de ter e educar filhos, de morrer nos campos de batalha, também é capaz de votar".

Em junho lançou um documento que pretensamente deveria ter o impacto de uma proposta para reforma das instituições, mas ele caiu num vazio surpreendente, no fundo talvez porque a própria política da distensão já começava a percursor que a levaria ao epílogo do dia 1º de agosto.

"Distensão há de ser caminho e não artil, viagem rumo à democracia. Distensão-realidade, não distensão-bom intenção: de atos e não de palavras. Não sendo isso será jornada de equívocos e ao lado de gradualismo, descompressão, normalidade democrática, será mais uma palavra impronunciável para a esperança de no Brasil legítimo o Estado pela Nação".

Como boa parte, talvez a maior parte de seu partido, esteve sempre convencido dos bons propósitos do Presidente da República em relação à normalização democrática. Em abril, quando o governo aplicou o AI-5 no Acre para colocar na prefeitura de Rio Branco um cidadão vetado pelo MDB ele primeiro se surpreendeu depois considerou, "um

desvio de rota", que não alterava o destino da distensão. Sobre a Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar os direitos humanos, em momento algum negou que ela fosse pedida, mas também não a defendeu.

O discurso de Geisel no dia 1º desmontava uma das bases do caminho do MDB rumo ao poder, que Ulysses passara a imaginar, sugerindo inclusive contatos com militares. A nota com que Ulysses respondeu o discurso e Geisel é portanto compreensível e mesmo que Ulysses não pareça propor uma saída para o difícil encruzilhado em que a oposição se encontra agora, tem o claro mérito de uni-la. "A distensão entrou na contra-mão", disse Ulysses, de certa forma corrigindo a observação que fizera antes sobre o mero desvio da rota da distensão que teria representado a aplicação do AI-5 no Acre.

"Confirmou-se o provérbio francês", disse Ulysses. "Mas isso muda, mais é a mesma coisa. Distensão não é rumo para a democracia, mas a continuidade do AI-5, do Decreto lei 477, a inaceitabilidade da anistia. Surpreendidos pela inversão de sinal, os que pensavam que tráfegavam para a liberdade ficaram à contra-mão, ameaçados de penas furiubundas". E por aí fora. "O conceito de ultrapassado" disse referindo-se ao fato de entre outras coisas, Geisel ter chamado duas vezes o Estado de Direito por "o chamado Estado de Direito", "não pode atingir os regimes de países que lideram no mundo a economia, a justiça social, a cultura, a inteligência, coincidentemente nações democráticas. (...) É óbvio que a oposição não iria importar o modelo adotado por Idi Amin Dada", disse, na ironia maior que, se não irritou o Presidente, como disseram fontes da Arena, irritou profundamente essas fontes da Arena, o que resultou numa truculenta intervenção oral de Petrólio Portella contra Ulysses, depois transformada numa nota de solidariedade de Portella ao Presidente "pelos descabidos e insultuosos conceitos emitidos a propósito do pronunciamento de V. Excia...".

A rigor Ulysses dizia combater a ironia com ironia: "O recurso à ironia e a increpações preteridas aos interlocutores que convocam para um diálogo essencial ao Brasil, configuram formas de escapismo que não iludem nem convencem. Mesmo entre nós, no Estado Novo, a luta pelas liberdades tinha investidas do tipo "voto não enche barriga" e "a lei, ora a lei", fácil versão atual para "a Constituição, ora a Constituição".

A UNIÃO

O deputado Padre Nobre, 57 anos, do MDB mineiro, representa bem uma facção influente do MDB. Durante o governo Médici, quando o deputado Lysiane Maciel discursava sobre o papel da oposição dentro do regime, ele se juntou aos deputados arenistas que se levantaram indignados contra os termos do discurso de

O BRASIL A nota de Ulysses Guimarães e a reação do MDB ao discurso do presidente

NA CONTRA MÃO



Lysiane e também pediu a volta das cassações. Havia, até sexta-feira à noite da semana retrasada, um certo consenso em quase todo o MDB em relação ao general Geisel. Com maior ou menor ênfase, a maioria do MDB acreditava na política de distensão do general Geisel. "Eu mesmo cheguei a ter certa esperança, quando ele disse, na convenção da Arena, pelo Congresso e depois, ao tomar posse, que não tinha compromissos pessoais com ninguém", dizia, na semana passada, o deputado Lysiane Maciel.

O deputado Padre Nobre, desolado, era o próprio retrato da oposição na semana passada. "Ele (o discurso de Geisel) tirou o sonho e as ilusões de todo mundo", dizia o padre Nobre, no café da Câmara, onde alguns deputados da oposição discutiam o discurso do general Geisel.

Curiosamente, uma boa parte das manifestações de deputados do MDB, na semana passada, vinham carregadas de acentuada dose de autocrítica e, dentro da autocrítica, críticas, às vezes violentas, à direção partidária.

João Cunha, de São Paulo, um dos 28 "novos autênticos", disse que o pessoal mais combativo do MDB está tendo incriveis dificuldades para conseguir falar no plenário da Câmara. Se havia certa demora no primeiro semestre, agora ultrapassam a paciência de qualquer um. Talvez a liderança tema que esse pessoal se exceda e piore ainda mais um clima que cerca o Congresso".

Lysiane Maciel, um dos 20 "velhos autênticos" também reclama: desde o início da

semana pretendia fazer um pronunciamento sobre o discurso de Geisel e a liderança do partido, representada pelo deputado Laerte Vieira, que controla e distribui os horários, não deixou.

A situação de insatisfação dentro do MDB contra a liderança e até mesmo o diretório nacional do partido começou a ficar público na quarta-feira cedo, quando a bancada do partido na Câmara se reuniu. Era a reunião oficial da bancada, a que se realiza uma vez por mês, na primeira semana do mês. A expectativa era quanto à discussão e tomada de posição do partido em relação ao discurso de Geisel. A reunião começou às 10 e 30 da manhã, com cerca de 80 deputados presentes (o total chegou a 108 deputados).

Para surpresa geral, quando o deputado Laerte Vieira leu a pauta, soube-se que não estava incluída a discussão sobre o discurso de Geisel. A reunião, segundo Laerte, era para discutir como o partido faria emendas à Constituição, a criação de um órgão oficial, fiscalização financeira e "assuntos gerais".

O primeiro a falar foi o deputado Alceu Colares, do MDB gaúcho, presidente da CPI dos salários, ex-autêntico (saiu do grupo às vésperas da eleição pelo Congresso que escolheu o general Geisel presidente da República. Discordou dos autênticos que não participaram das eleições indiretas. Também não é alinhado aos moderados. Suas teses ficam mais próximas às dos autênticos).

Para ultrapassar o impasse em que se encontra hoje a nação, só com um partido altamente organizado, com fortes vínculos com as bases. Na pregação da distensão, eu nunca acreditei.

A vontade da nação é que o País se redemocratize. No nosso entendimento, o MDB não fez as eleições. As eleições é que fizeram o MDB, transformando-o num partido poderoso. Para se transformar num instrumento efetivo da volta ao Estado de Direito, precisa de vínculos com a base. Não pode esperar que venha do céu a redemocratização, como um maná. Se o governo não admite pressões, o que fazemos nós?

"Depois das eleições de 1974, o partido não fez uma reunião! Não se sabe que tipo de voto foi aquele que pendeu para a oposição. Esta, parece, deveria ser a primeira preocupação do partido. O que fazemos nós? O que fez o partido? Nada, absolutamente nada." Sabemos qual é a orientação do partido? Dizem que está no programa. Mas onde está o nosso programa? Que diferença tem o nosso do da Arena? Não estou pedindo perfeição, mas menos imperfeição. Qualquer tipo de omissão agora se constitui num delito contra as esperanças do povo brasileiro. Aonde está o departamento feminino do MDB? Aonde está o departamento de juventude do MDB? Aonde está o departamento dos trabalhadores? Aonde está o instituto político e social do MDB? Está no programa do partido. Estamos ludibriando a nós mesmos. Que sabe o MDB a respeito do processo de estatização? É contra ou a favor? Que sabe o MDB do modelo econômico? Que fala o MDB a respeito da Reforma Agrária? Que reforma agrária faria o MDB se chegasse ao poder? Houve em novembro do ano passado o voto de protesto, de conjuntura, de classe média, é oportunista e que na próxima eleição pode não votar no MDB. Podemos enfraquecer, nos descreditar. Até agora, depois do maior fenômeno político dos últimos anos, o MDB ainda não se reuniu para analisá-lo, não foi capaz de se reunir. Ou nós da oposição estamos convencidos de que nunca chegaremos ao poder? Se não houver esta convicção, o que fazemos aqui? Alceu terminou os palmos de boa parte da bancada presente.

Já era quase meio dia, quando o deputado Marcos Tito pediu a palavra para "estranhar por não constar na pauta da reunião o discurso de Geisel". Laerte tentou justificar-se dizendo que a matéria tinha sido objeto de declaração do Ulysses, que um deputado falaria em nome da liderança na semana que vem (nesta) e que o assunto poderia ser discutido no final da reunião, quando se passaria aos "assuntos gerais".

Depois de muita discussão, ficou encerrada a reunião e marcado o seu reinício para o dia seguinte (quinta) às 8 horas da manhã.

As 8 horas da manhã de quinta não tinha praticamente nenhum deputado do MDB na Câmara. As 9 horas, quando havia menos de 20, Laerte Vieira pediu para cancelar a reunião por falta de quorum. "Se houver necessidade, num outro dia poderemos reunir a bancada", dizia, dando como praticamente encerrada a reunião, onde o MDB discutiria o dis-

curso de Geisel e tomaria uma posição oficial. "Esta reunião foi marcada cedo, antes das repercussões do discurso do Ulysses. Depois engrossou e parece que alguns não vieram porque ficaram com medo", dizia ele a uma roda de deputados. Lysiane protestou contra o encerramento da reunião: "Os jornais de hoje colocaram o presidente do partido numa situação difícil. E preciso discutir a nova situação criada pelo discurso de Geisel. Há de haver deliberações da bancada com 17 deputados presentes. Porque não pode haver com 20?"

Laerte cedeu, visivelmente contrariado e concordou em esperar um pouco.

As 9 e 35, com Laerte ainda mais contrariado, começou a reunião, com cerca de 30 deputados presentes.

A DIVISÃO

Erasmo Martins Pedro, Miro Teixeira, Marcelo Medeiros e mais um deputado do grupo do poderoso dono de O Dia e A Notícia, Chagas Freitas, que se elegeram com a cadeia de jornais e a máquina que o ex-governador carioca montou sobre os diretórios cariocas do MDB, repudiaram o discurso de Ulysses.

O episódio da semana passada, que parece destinado a ter repercussões muito mais profundas, se encerrou contudo em calma. No Senado, depois de uma primeira reação de Saturnio Braga apoiando a proposta de distensão social de Geisel e de uma manobra de Franco Montoro ao fazer um acordo de cavalheiros para esvaziar o senado nos dias críticos da crise, o MDB aprovou uma nota de solidariedade a Ulysses.

Na bancada do MDB na Câmara se aprovou também apoio a Ulysses, depois das reuniões agitadas e de um episódio envolvendo J. G. de Araujo Jorge (que protestou contra uma condecoração da Marinha a Chagas Freitas e chegou a provocar um telefonema do ministro do Exército José Bonifácio e outro do general Golbery para Célio Borje).

A nota final de apoio a Ulysses teve duas redações. Na primeira, se dizia, entre outras coisas: que "a nota de Ulysses trazia o pensamento da bancada do partido e de milhões de brasileiros que escolheram o MDB para traduzir seu inconformismo com o sistema", que o presidente Geisel cedeu a um pequeno grupo que só pode sobreviver em um clima de crises artificiais".

Na nota final foram eliminados esses dois itens, se mantiveram os que atribuíam as reações contra Ulysses a uma "minoria alijada", o que afirmava que o presidente do partido responderia dentro da natureza e do espírito do discurso de Geisel e se concluía com um item, que é também da redação inicial: "Estamos convictos de que somente a restauração do Estado de Direito, com o diálogo livre e a possibilidade do franco questionamento de todos os problemas nacionais, é capaz de promover a retomada, pelo País, dos seus rumos históricos".

Em São Paulo, para onde foi na quinta à tarde para participar de um ciclo de debates sobre a institucionalização do regime, Ulysses foi recebido por batalhões de jornalistas e admiradores. Antes de sua conferência foi entrevistado várias vezes, mãos postadas no peito, o ar cansado e nobre de um grande tribuna liberal.

Já na semana que vem há eleições para os diretórios estaduais do partido e várias seções estaduais vivem dias de crises graves. A esses problemas somam-se as indagações Alceu Colares, as que são realmente as fundamentais. Como essa: "O que fazemos aqui?".

Mais importantes que os fatos são as versões, lembrou durante a semana passada Carlos Castello Branco, continuando em sua coluna no *Journal do Brasil* a defesa das intenções do presidente da República. No começo da semana, Castello debaterá no sindicato dos jornalistas de São Paulo o tema "jornalismo político e distensão". Iniciando sua palestra, se disse surpreso pelas reações e por certo desalento que sentiu na cidade em relação ao discurso do Presidente. Para Castello a distensão continuava, teria havido apenas uma turbulência no processo. No fundo de suas intenções, ou mesmo secretamente em suas aspirações, disse Castello, o presidente da República comungava os mesmos ideais de restabelecimento da normalidade democrática que eram evidentes no auditório. Disse que o discurso de Geisel não trouxera novidade.

De fato, para um setor da oposição pelo menos, o discurso não tem novidades fundamentais. desenvolve teses centrais que o governo já afirmara mais de uma vez. No final da semana passada Ulysses Guimarães, que fora veemente e cáustico na crítica a Geisel, dizia que o partido da oposição ficaria surpreso com o discurso, mas as discussões dentro de seu partido mostravam que Ulysses não interpretava a evolução dos acontecimentos políticos como muitos de seu próprio partido. Se surpreenderia porque, por confusos motivos táticos, ou por ingenuidade política, confundira seus desejos com a realidade. Geisel sempre disse que seu propósito era "aperfeiçoar" de forma "lenta, gradual e segura" o regime atual, que sempre considerou democrático. Nunca falou em substituir o regime atual por outro. Nos seus discursos sempre disse também que os instrumentos de exceção eram peças fundamentais e necessárias para o próprio aperfeiçoamento do regime. O conjunto de leis criado pelo movimento de março corresponderia às necessidades presentes do estágio de desenvolvimento político do povo desse país. Mais democracia que o que se tem e se teve ao longo desses onze anos não corresponderia à realidade, seria como ele veio dizer com clareza no dia 1º de agosto, leis que só existiriam no papel, saudosismos.

No seu famoso discurso de março do ano passado diante do ministério, Geisel dizia porém que continuidade não significava imobilismo. "Nada pretendo mudar pelo simples prazer da mudança", disse o Presidente. Convencidos (porém) de que a própria continuidade depende da capacidade de mudança disse ele, num trecho notável de seu pronunciamento, que fazia lembrar o italiano Lampedusa, em *Il Gattopardo*, romance no qual um senhor feudal, num período conturbado dizia que alguma coisa teria de mudar para que tudo pudesse continuar na mesma.

Esquemáticamente, se poderia dizer que Geisel definiu uma linha de continuidade de objetivos estratégicos, mas sem imobilismo tático. Reafirmava a prioridade estratégica

O discurso do presidente

O QUE MUDOU NO DIA PRIMEIRO DE AGOSTO

do desenvolvimento econômico, mas acenava com alguns reajustes qualificados de "indispensáveis" no campo social e político, ambos os quais sem grande diferenciação, se transformavam nas prioridades táticas daquele momento, em detrimento das prioridades exclusivamente econômicas do governo Médici. Completando esse quadro com as leis excepcionais e a atuação dos órgãos policiais e militares, se tinha o esquema de ação proposta pelo presidente de "o máximo de desenvolvimento possível, com o mínimo de segurança indispensável".

Se houve equívoco na interpretação dessa linha, a culpa foi de setores da oposição, que confundiram as mudanças táticas do Presidente com uma alteração fundamental de seus objetivos e de sua estratégia. Nesse ponto o discurso do Presidente tem o grande mérito de demarcar novamente com clareza o que é oposição e o que é situação.

Na parte social de seu programa (registrado na Justiça Eleitoral) o MDB pede por exemplo: "a revogação do AI-5"; "a revogação do Decreto-Lei 477 que submete a mocidade estudantil e seus professores a permanente regime de intimidação"; a "revisão das Leis de Imprensa e de Segurança, para escoimá-las de suas normas draconianas da extinção das penas de morte, de prisão perpétua e de banimento"; e "anistia ampla e total a favor de todos os civis e militares atingidos pelos atos de exceção e de arbitrio praticados a partir de 1º de abril de 1964". Ora, o Presidente se opôs com clareza a todos esses propósitos. Na semana passada, numa demonstração pequena mas significativa de sua orientação exatamente oposta às pretendidas reformas do MDB, Geisel mandou divulgar a resposta que seu chefe da Casa Militar, Hugo de Abreu, deu em seu nome a um deputado do MDB goiano, João Divino Dornelles, que pedia anistia para os atingidos pelos atos institucionais. "O governo não cogita, no momento, da anistia aos atingidos pelos atos institucionais, inclusive, beneficiar inúmeros criminosos culpados de sérios delitos contra a coletividade".

Do discurso de março em diante, contudo, a prioridade tática do governo Geisel deslocou-se visivelmente para a política. Ele falou em distensão pela primeira vez para dirigentes arenistas em agosto do ano passado. Ele pode realmente

ter falado na "lenta e segura distensão" entendendo por isso um processo integrado de desenvolvimento de que fala sempre e que inclui o desenvolvimento econômico, político e social. Mas, lembrou o deputado Tarcísio Delgado, na semana passada, num discurso na Câmara dos Deputados, especialmente a partir de sua mensagem ao Congresso no começo desse ano, Geisel falou exatamente em uma prioridade política. "Penso justificar, assim, a intenção manifestada desde a primeira hora, em meu governo, de dedicar maior atenção ao campo político, não só externo, como sobretudo interno — e de cuidar com toda a objetividade, do campo social através de medidas a ele especificamente destinadas". A prioridade estratégica era mantida ("todavia não se deixará de reconhecer a importância crítica do campo econômico, fortemente condicionante dos demais, pelos recursos que só ele lhes poderá oferecer"). Mas, dizia Geisel, "afirma-se a prioridade instrumental do desenvolvimento político e o primado teleológico do desenvolvimento social".

Por ingenuidade, por aquilo que Geisel chamou de má-fé, ou por motivos táticos, certos opositoristas passaram a atribuir ao Presidente da República a intenção da "volta ao Estado de direito", "normalização democrática" e nomes do gênero.

O deslocamento da ênfase tática para o campo político correspondia, como Geisel disse, às mudanças da conjuntura, tanto externa quanto interna. Uma das melhores definições de distensão — das dezenas da das nesse período de um ano de corrido entre o momento em que o Presidente apresentou a distensão e depois a definiu com mais rigor — foi a do senador José Sarney: "Mais do que um gesto de boa vontade, a distensão representa uma necessidade do próprio sistema de restaurar o consenso popular em torno de si, para que possa encontrar novos padrões de sustentação".

A distensão seria mais prompemente uma tentativa de ampliação da base política do governo, perigosamente restringida durante os tempos do governo Médici. Veja-se por exemplo, entre outros sinais desse estreitamento de base social do governo, as dissensões de "O Estado de S. Paulo", em linha de nitida oposição ao governo, a saída do ministro Cirne Lima do ministério de Médici e o apoio dado a Cirne Lima por associações de grandes proprietários. Entre

os rumores da época se dizia inclusive que o general Vernon Walters dizia em Lisboa que um processo do governo que aliviasse tensões sociais, seria bem visto pelo Departamento de Estado. E ele não falava de Lisboa gratuitamente...

Setores conservadores liberais apoiavam a estratégia do governo Médici; basicamente apoiavam os pilares de sua política econômica — o controle de salários, o crescimento econômico acelerado, o incentivo ao capital externo e busca de mercados externos. Mas que discordavam de sua tática era evidente. E é esse setor que de certa forma incentivou as propostas de institucionalização também feitas a seu tempo por Castello Branco, Costa e Silva e Médici. O que aconteceu com o projeto desses quatro presidentes mostra inclusive como suas propostas se parecem com a de Geisel. Castello não quis se reeleger e o livro de seu chefe de gabinete, atual senador Luiz Vianna Filho, ao descrever a saída do ministro Milton Campos do ministério da Justiça, pouco antes da edição do AI-2, fala de um dilema do chefe do estado maior do movimento de março. "Eu posso me demitir, mas o senhor não", teria dito Milton Campos a Castello, numa referência a um descontentamento do Presidente com a edição do Ato que suspendeu as eleições diretas nos Estados, entre outras medidas. O cronista Carlos Chagas conta em seu livro, de sofrimentos de Costa e Silva na sua tentativa de reinstitucionalizar o país. A história da casa civil de Médici ainda está para ser feita mas o seu discurso no Ministério da Justiça anunciando que a normalidade democrática era o progresso econômico, meses depois de ter prometido deixar seu governo sob um regime de democracia estabelecida mostra essencialmente a mesma reação, a mesma consequência depois de um movimento de distensão tática proposto pelo governo.

Um editorial de "A Voz do Brasil" na semana passada mostra a mudança tática que Geisel sacramentou com o discurso do dia 1º. Interpretando o discurso do presidente, o editorial não faz nenhuma vez referência a distensão política e enfatiza a distensão econômica e social, em termos exatamente parecidos com os do governo Médici.

Não há referências ao aperfeiçoamento político, que antes era a "prioridade instrumental" como disse Geisel em março desse ano ao Congresso.

O novo quadro da ação do governo, dentro de seu objetivo de o máximo desenvolvimento

com o mínimo de segurança, seria agora o seguinte: mantém-se a prioridade estratégica do desenvolvimento econômico, fazem-se reajustes limitados no setor político e passa-se a prioridade tática para o setor social. No campo da segurança a novidade é a ênfase maior na atuação dos órgãos policiais e militares. Terão sido poucas as vezes que um presidente do movimento de março falou que os órgãos de segurança estão efetuando prisões. Ou que tenha dito, como o presidente o fez, que a subversão está por trás de acontecimentos como os desastres da Central do Brasil e o pânico gerado após as inundações de Recife. O MDB, através de seus mais moderados senadores, como Saturnino Braga, que foi dos poucos a elogiar mais demoradamente o discurso do dia 1º, protestou contra as possíveis consequências do discurso do presidente que falava inclusive na infiltração comunista nos partidos (No congresso, a forma que o vice-líder do governo no Senado, Eurico Resende, encontrou para fugir dessa crítica e a tão vagas acusações, foi dizer que também na Arena há infiltrações).

Se o presidente Geisel não muda pelo simples prazer de mudança como diz, o que explica o deslocamento da ênfase do campo político para o social? O governo teria por exemplo desistido de absorver setores liberais como o "Estado de São Paulo", que não ficaram satisfeitos com o fato de o presidente ter colocado o Estado de Direito entre aspas? (veja Movimento, da semana passada). Teria o projeto político do governo levado a um recrudescimento das tensões, ao invés de a seu contrário — a democratização do país e a distensão? A distensão política tal como praticada pelo presidente da República durante seus 16 meses de governo por um lado lhe deu lucros substanciais. A crença de que o presidente democratizaria o país, o crédito de confiança aberto a suas intenções, fez a oposição desistir por exemplo de uma CPI dos direitos humanos, que a liderança do MDB considerou uma atitude passível de ser encarada como provocação e portanto capaz de atrasar a distensão gradual e segura. De conquistas desse tipo já se evoluía para se falar num grande partido de centro que incluiria — e isso seria a grande conquista do governo — emedebista de grande público e posições moderadas e isolaria os radicais num presumivelmente pequeno partido de esquerda (Caste-

lo Branco chegou a atribuir a liderança desse partido ao deputado Lysâneas Maciel).

Como a nova postura do presidente garantiria a manutenção dessas conquistas sem dúvida espetaculares? O presidente fala em seu discurso que a distensão que ele prega "não deve ser apenas política nem predominantemente política". Nega a prioridade da política. "O que almejamos para a Nação", diz ele, para definir sua distensão e distingui-la da oposição, "é um desenvolvimento integral e humanístico". Com esse desenvolvimento é que alcançaremos a distensão, isto é, a atenuação, se não a eliminação, das tensões multiformes e sempre renovadas, que totem o progresso da Nação e o bem-estar do povo, disse Geisel. Nessa passagem há uma curiosa contradição. O *Journal da Tarde*, do grupo de "O Estado", a ressaltou num editorial, "evidentemente o presidente não percebeu a própria contradição", de dizer que pode até eliminar tensões que são sempre renovadas.

O presidente parece estar reconhecendo que o desenvolvimento agrava as contradições sociais e que por isso a distensão política tem que ficar num plano secundário, que um regime do tipo liberal-burguês é inviável no Brasil e daí suas críticas ao saudosismo, do Estado de Direito — chamado entre aspas.

O presidente anunciou no dia primeiro distensão social e vigilância policial para as atividades subversivas, que chegou a nomear muito expressamente.

Uma subversão (o governador Paulo Egydio diz ter visto fotos que seriam provas de sabotagem na Central do Brasil) e as ambiguidades da política de distensão — uma manobra tática complexa que permite por exemplo que a oposição diga que o presidente é quase do MDB — semearam uma certa confusão dentro das bases em que se apoia o governo. Enquanto ainda mantém, uma certa ambiguidade na condução da política econômica, o governo parece ter resolvido porém cerrar fileiras em relação à política interna e apoiar-se mais decididamente nos que realmente o apoiam, mesmo se arriscando a não ser compreendido pela oposição que julgava tê-lo conquistado.

Para a oposição, embora num primeiro tempo tudo tenha ficado mais claro e certos opositoristas desgarrados tenham voltado ao rebanho, a longo prazo as tarefas não são fáceis. De que maneira o MDB pode, por exemplo, fazer frente a uma política de distensão social e a uma política de contenção que vise expurgar de suas fileiras as "infiltrações"? Sem dúvida uma situação complicada. O MDB parece estar acreditando que o poder não reforma o poder, como sugere o discurso de seu presidente. Por outro lado, ainda não sabe qual é o outro caminho fora desse. O próprio Ulysses Guimarães dizia, depois de todos os incidentes da semana passada, que o Presidente Geisel está seguramente empenhado em fazer a normalização democrática do país. E já se viu que ele não interpreta corretamente o pensamento do Presidente.



Laerte Vieira



Lysâneas Maciel



Jose Sarney



Petronio Portela



Ernesto Geisel



Celso Borja

MOVIMENTO

Conselho Editorial
Alencar Furtado, André Forster,
Audálio Dantas, Chico Buarque de
Holanda, Edgar da Mata Machado,
Fernando Henrique Cardoso, Her-
milo Borba Filho, Orlando Villas-
Boas.

Conselho de Redação
Aquilino Silva, A. G. Ferreira, Ber-
nardo Kucinski, Elias Andreato,
Fernando Peixoto, Francisco de
Oliveira, Francisco Pinto, J. C. Ber-
nardet, Marcos Gomes, Maurício
Azedo, R. R. Pereira, Teodomiro
Braga.

Diretor de Operações

Francisco Marsiglia

Diretor Responsável

Antônio Carlos Ferreira

Editor

Raimundo Rodrigues Pereira

Editores especiais: Bernardo

Kucinski e Marcos Gomes.

Nacional: Sérgio Buarque (editor-
assistente), Carlos Alberto Sarden-
berg (editor-assistente), Murilo

Carvalho (repórter), Teodomiro

Braga (editor-assistente, Brasília),

Francisco Pinto (chefe da sucursal

de Brasília), Fátima Murad (repórter),

Genilson Cezar e Celina Whately, (su-
cursal, Rio), Aguilino Silva, Percival

de Souza (policia), Bernardo Lerer

(policia paulista), Carlos Gentile

de Melo (medicina), José Zatz e João

Lizardo (ciência), Luiz Bernardes (re-
pórter), Elmar Bones, Carlos Moeman

e Jefferson de Barros (repórteres, Rio

Grande do Sul), Ivan Maurício (cor-
respondente Nordeste) Luiz Pontual

(correspondente, Salvador), Léléo

Fabiano dos Santos (corresponden-
te, Belo Horizonte), Dirceu Brasília,

Maurício Azevedo e Ricardo Kotscho

(editores-contribuintes), Fernando

Henrique Cardoso, Francisco Welfort,

Hamilton Almeida Filho, Moniz Ban-
deira, Nelson Werneck Sodré (colabo-
radores).

Economia: Arlindo Munguili (edi-
tor), José Roberto de Alencar (con-
sumo, editor-assistente), Hélio

Pereira (repórter, Rio), Paulo Cezar

(repórter, Brasília), Francisco de

Oliveira (editor-contribuinte),

Paulo Singer e Ricardo Bueno

(colaboradores).

Cultura: Fernando Peixoto (edi-
tor), Flávio Aguiar e José Miguel

Wisnik (editores-assistentes),

Ricardo Maranhão (história), Mar-
cus Penchel (editor-assistente,

Rio), Antonio Mendes Júnior,

Carlos Nelson Coutinho, Gilberto

Vasconcelos, Heitor da Silva, Luiz

Roncar, Marco Aurélio Nogueira,

Paulo Vidal, Paulo Sérgio Pinheiro

e Sérgio Pechman (livros), Jean-

Claude Bernardet (cinema).

Internacional: Flávio de Carvalho

(editor), Izalco Sardenberg (reda-
tor), Paulo Esmanhoto (América

Latina), J. M. Nunes Pereira (África),

Carlos de Souza (correspon-
dente, Paris), David Kaffer (cor-
respondente, Nova York) e Jayme

Saultchuk (correspondente, Lon-
dres).

Arte: Eilias Andreato (editor), Val-
dir de Oliveira (secretário gráfico),

Joca Pereira e Silvio José Macedo

(diagramação), Cássio Loreado,

Chico Caruso, Carlos Clemen,

Jota, Jayme Leão, Luiz Gê, Luiz Tri-
mário, Paulo Caruso, Rubem Gri-
lo e Angeli (desenhos), Izabela

Hussak, Leda Trindade, Ricardo

Alves, Augusto Ramasco, Antônio

Carlos d'Ávila, Márcia Rabelo,

Juca Martins e Antônio Saggese

(fotógrafos).

Pesquisa: Maria Cecília Maga-
lhães (chefe), Jacqueline Tysen

(internacional) e Eduardo Macedo

Mussi (economia).

Revisão: Luiz Roberto V. de Jesus

e Armando A. T. Sartori.

Publicidade: Pedro João-Cury

Administração: Luiz Carlos Bit-

tencourt (chefe), Luiz Augusto

Caetano (auxiliar), Maria das Gra-
ças Rodrigues (secretária).

Movimento é uma publicação de

Edição S.A. Editora de Livros, Jor-
nais e Revistas. Administração e

Redação: Rua Dr. Virgílio de Car-
valho Pinto, 625, Pinheiros, São

Paulo. Telefones: 210-6622 e

210-6744. Sucursal Rio de Janeiro:

Rua Voluntários da Pátria, 249.

Sala 202. Telefone: 226-0625.

Sucursal Brasília: Edifício Márcia,

sala 1.007. Telefone: 24-1627.

Distribuição: Abril S.A. Cultural e

Industrial, Rua Emílio Goeldi, 575,

São Paulo. Telefone: 65-5111.

Composto e Impresso nas oficinas

da PAT Publicações e Assistên-
cia Técnica Ltda. Rua Dr. Virgílio

de Carvalho Pinto, 412, Pinheiros,

São Paulo. Telefone: 282-2523.

Material internacional via Varig.

ENSAIOS POPULARES

No recente debate sobre a distensão brasilei-
ra, muitos analistas escorregaram em con-
clusões que agora se revelam precipitadas
e subjetivas. Risco idêntico correm vários comenta-
dores da distensão mundial; tomando ao pé da letra
as declarações dos Estados Unidos e da União
Soviética, não se dão conta de que o mundo pode
estar caminhando, não para uma "geração de
paz", mas para uma nova fase de choques e de con-
frontos.

Os exemplos ilustram a lição de que, para se
orientar no jogo emaranhado da política, não basta
armazenar informações; é preciso elaborá-las com
métodos apropriados. Se muitos observadores
incorrem em equívocos sérios, é porque ainda estão
enleados com dois critérios errôneos de análise: em
vez de concentrarem-se no exame das posições
políticas e de sua base social, perdem-se em elogios
às qualidades pessoais deste ou daquele líder, ou
então, quando se detêm nas posições políticas, pre-
tendem avaliá-las pelas intenções e pelos pronun-
ciamentos e não pelo seu conteúdo objetivo e pelos
seus resultados práticos.

É evidente que não se pode apreciar as qua-
lidades pessoais de um homem desvinculadas da po-
lítica a que ele serve. Por si mesmas, suas qualidades
não esclarecem se ele está contribuindo para uma
causa justa ou jogando um papel nocivo. Se um
homem batalha uma política correta, é ótimo que
tenha um caráter íntegro, que seja inteligente,
organizado, despendido, assíduo no trabalho, ou
seja afável, comunicativo, atencioso. Mas se ele
trabalha por uma política errada, não, seria até
melhor — não causaria menos prejuízo — se não
fosse tão ativo, tão competente ou tão simpático?
Quem julga apenas pelas características pessoais,
pelas virtudes interiores, acaba se metendo num
beco sem saída: pois homens generosos e bem
intencionados em geral se encontram nos dois lados
da luta política; e como então saber quem tem
razão, que lado merece apoio? O julgamento está
de cabeça para baixo.

Política e intenções

Se é preciso apreciar as qualidades pessoais
dos homens em relação com a política a que ser-
vem, não é menos necessário aferir suas verdadei-
ras posições políticas pela prática que desenvolvem
e não apenas pelas declarações que fazem ou por
suas supostas intenções. Por definição, as
intenções subjetivas são difíceis de apurar. Quanto
às palavras, podem ser enganosas. E não apenas
nos casos de má fé; também pode ocorrer que um
homem esteja equivocado sobre a situação histó-
rica e sobre seu papel objetivo; ao falar, expressará
com a maior das sinceridades convicções que não
correspondem à realidade. Considere-se o compli-
cado panorama internacional do momento: regi-
mes tão distintos como os da União Soviética, Chi-
na, Cuba, Iugoslávia, Portugal, Argélia e Congo,
ou líderes tão diferentes como Brezhnev, Mao-
Tsetung, Fidel Castro, Alvaro Cunhal, Mário
Soares e Enrico Berlinguer, podem ser todos socia-
listas, todos marxistas? Quem toma apenas as
palavras como sua bússola, condena-se à perplexi-
dade e à desorientação. E preciso cortar as pala-
vras com os atos e ambos com o processo político
em andamento no mundo e em cada país. O papel
objetivo que se desempenha nesse processo político:
é o critério decisivo para julgar os homens, os
partidos políticos e as correntes de idéias.

Na raiz dos critérios subjetivistas de análise
política se encontra uma concepção duplamente
ideológica da história que exagera, no processo
social, o poder da ação política; e na ação po-
lítica, exagera o peso dos fatores conscientes e indi-
viduais. É como se a história fosse feita premedita-
damente por grandes líderes políticos, de cujas vir-
tudes tudo dependeria. Na realidade, a atuação
política dos homens se desenrola dentro de limites
objetivos, que eles não podem ultrapassar e que no
entanto muitas vezes desconhecem. Dentro desses

limites, os homens podem concorrer para acelerar
ou retardar as transformações históricas, para que
elas sigam um caminho mais retilíneo ou mais
sinuoso, para que sejam feitas com sacrifício meno-
res ou mais pesados; não podem, porém, alterar as
tendências profundas da história. E frequentemente
desencadeiam processos dos quais não tem inteira
consciência. Quando nosso antepassado da
caverna fabricou o primeiro machado de ferro, nem
podia imaginar que imensas consequências sociais
provocaria sua despretenciosa inovação.

Portanto, o bom método da análise política
recomendaria começar pelo estudo das caracterís-
ticas e do estágio em que se encontra o desenvolvi-
mento econômico da sociedade, para em seguida
delimitar as forças sociais que nascem desse desen-
volvimento, cada uma com suas aspirações e obje-
tivos próprios. Só então seria possível desvendar as
alternativas políticas reais que se abrem para a
sociedade a partir da relação entre as forças sociais
existentes e seus objetivos. E contra este pano de
fundo, é que se poderia apreciar corretamente a
função histórica dos indivíduos, pois o julgamento
essencial a ser feito consiste em determinar a que
forças sociais eles se vinculam; a partir daí seu pen-
samento e sua ação individuais já estarão condi-
cionados em grande parte e pode-se antever em linhas
gerais as consequências de suas iniciativas.

Arrematando: os homens devem ser julgados
acima de tudo por suas posições políticas e estas
devem ser verificadas, em última análise, não pelo
que eles dizem, nem mesmo pelo que pensam honesta-
mente de si mesmos, mas sim pelo que fazem,
pelo papel efetivo que representam na peça histó-
rica em andamento. A fidelidade a esses dois crité-
rios bem que ajudaria a purificar o debate político
brasileiro de muita poluição intelectual que o anda
atrapalhando.

Os pequenos agricultores é que devastam a Amazônia?

Quatro dias sobrevoando alguns trechos
da floresta amazônica e o Secretário-
geral da Secretaria Especial do Meio
Ambiente — SEMA. Paulo Nogueira Neto,
declarou-se "seriamente impressionado" com o
desmatamento nas proximidades de Manaus e
ao longo da rodovia Transamazônica. Disse que
"a agricultura nômade, praticada a partir das
zonas ribeirinhas, está correndo a floresta amazo-
nônica". Perto de Manaus, Nogueira Neto con-
tou 42 clareiras; "são derrubadas que variam de
um a 20 hectares". Ao longo da Transamazôni-
ca, o secretário da SEMA também viu muitas
pequenas áreas devastadas. E criticou o Incra
por "incentivar a destruição" e os colonos por se
apegarem à agricultura de subsistência, que
"tende a levar o homem à miséria".

Mas, se em vez de visitar zonas ribeirinhas e
áreas de colonização — onde o pequeno agricul-
tor tradicionalmente se instala e é obrigado a
desmatar para plantar alguma coisa — Nogueira
Neto visitasse o Sul do Pará e o Norte de Mato
Grosso teria razões mais apropriadas para ficar
"impressionado". Nessas regiões concentram-
se mais de 300 projetos agropecuários que o

governo financia com incentivos fiscais — atrá-
vés da Sudam, um órgão de desenvolvimento
regional subordinado, como a SEMA, ao Minis-
tério do Interior.

Segundo os dados da Sudam, essas grandes
fazendas de gado ocupam uma área de 7 milhões
de hectares — três vezes a superfície do Estado
de Alagoas — e, de acordo com o Código Florestal,
podem desmatar exatamente a mesma área que
os pequenos agricultores: 50 por cento da
gleba. A diferença decorre do tamanho da pro-
priedade, pois há fazendas na Amazônia com
mais de 500 mil hectares (a média são 25 mil hec-
tares) enquanto, como Nogueira Neto observou,
os agricultores que praticam a agricultura nôma-
de devastam de "um a 20 hectares". Na Transa-
amazônica, os colonos levados pelo Incra instala-
ram-se em lotes de 100 hectares, podendo des-
matar 50, a metade. O Incra assentou cerca de 10
mil colonos. Admitindo-se que todos eles derru-
bassem a metade dos seus lotes, esgotariam seu
poder de destruição em 500 mil hectares. E isso,
segundo a Sudam, é o que estão derrubando, por
ano, as fazendas de gado. No total, elas estão
legalmente autorizadas a destruir e queimar 3,5

milhões de hectares, metade de sua área total.

E, se o envio de agricultores para a Amazo-
nia foi considerado um fracasso, apesar de se
oferecer opção melhor a eles, as fazendas
continuam sendo aprovadas sem demonstrar
grande utilidade social. Todas elas, segundo a
Sudam, só deverão criar, quando estiverem
implantadas, daqui a alguns anos, um total de 22
mil empregos, ao custo de 110 mil cruzeiros cada
um. Já a instalação de cada família do Incra cus-
tou mais ou menos Cr\$ 16 mil, criando 2,3
empregos, ou, no total, 23 mil empregos. A utili-
dade social do desmatamento feito pelos agri-
cultores é modesta e conhecida: dele depende a
sua sobrevivência e de sua família. Mas e a utili-
dade social de uma fazenda da Volkswagen, por
exemplo, que possui uma imensa gleba na Amazo-
nia e utiliza-se de toda sorte de incentivos,
inclusive isenção de imposto de renda? Serve
para levar lucros da Amazônia para se produzir
mais automóveis no sul, congestionar ainda mais
nossas grandes cidades, poluir mais a vida de
seus cidadãos? E não se deve esquecer que os
modestos lucros das roças dos colonos benefi-
ciam os brasileiros e ficam no Brasil.

LEIA MOVIMENTO

O retorno de Cuba à OEA não altera a posição do Brasil

MANTENDO O BLOQUEIO

Os tempos mudaram, o mundo mudou e a posição dos Estados Unidos diante do problema cubano também está mudando, dizia o representante dos Estados Unidos às vésperas da reunião da OEA que suspendeu o bloqueio econômico estabelecido 11 anos atrás contra Cuba. A posição do Brasil, mesmo após o reingresso de Cuba à comunidade americana, não mudou, insistiu na semana passada os porta-vozes do Ministério das Relações Exteriores. De fato, o Brasil não endossou a resolução, aprovada por 16 dos 21 países do hemisfério, que deixa cada país livre para decidir sobre o restabelecimento de relações com o governo de Cuba. E, segundo o Itamaraty, o Brasil não cogita de restabelecer relações diplomáticas e muito menos comerciais com o regime de Fidel Castro. "O Brasil não se interessa pela reaproximação com Cuba", dizia o Movimento na semana passada um porta-voz do Ministério, engrossando a retórica com um argumento "pragmático": "Os riscos não compensam o mercado extremamente limitado que aquele país oferece, ainda mais supondo-se que com uma abertura desse mercado, com o restabelecimento de relações comerciais de Cuba com os países do continente, a concorrência vai ser muito grande".

"Se Cuba ainda tivesse um grande mercado, que valesse a pena conquistar, aí talvez se pudesse contornar as implicações políticas dessa reaproximação, dentro da linha do pragmatismo responsável. Mas pela própria estrutura política, Cuba deve se limitar à importação de produtos considerados extremamente necessários para a sua população. Muita coisa que se teria para exportar seria considerada supérflua, porque Cuba não tem uma classe média para consumir similares que outras sociedades consomem. E esse problema de mercado é básico. Veja, por exemplo, o caso da Argentina. Os argentinos gritaram, gritaram, defenderam Cuba, restabeleceram relações comerciais. E que vantagem o país levou? Nenhuma, a não ser a exportação de algumas frotas de çaminhões e ônibus".

Atualmente, à exceção do Brasil, todos os "grandes" países da América Latina (Peru, Argentina, Venezuela e México), além da Colômbia, Panamá, Trinidad-Tobago, Jamaica e Barbados mantêm relações com Cuba. Com o fim do bloqueio, outros países, como Equador, Honduras e Costa Rica logo devem engrossar ainda mais a lista.

Os Estados Unidos também estão dispostos a normalizar suas relações com Cuba, segundo os vários pronunciamentos de diversas autoridades americanas, especialmente de porta-vozes do Departamento de Defesa e do secretário de Estado Henry Kissinger. O interesse americano em relação a Cuba coincide justamente com outra razão do desinteresse brasileiro: o açúcar.

Os dois países, como se sabe, disputam a liderança no mercado internacional: enquanto Cuba é o maior exportador mundial — 5.300 mil toneladas em 1974 — o Brasil é o maior produtor (7.800 mil toneladas) e o segundo maior exportador, tendo vendido 2.700 mil toneladas no ano passado, das quais cerca de 700 mil para os Estados Unidos. O fim do bloqueio contra Cuba, reanimando a concorrência com o Brasil, foi recebido com apreensão por alguns dos grandes empresários brasileiros do setor, que manifestaram publicamente o seu receio no dia seguinte à decisão da OEA. O próprio presidente do Instituto do

Açúcar e do Alcool, general Tavares Coelho, admite que, com o restabelecimento de relações dos Estados Unidos com o governo de Fidel, Cuba voltará a ser novamente o seu maior fornecedor de açúcar. Inclusive, segundo analistas internacionais, a extinção da *Sugar Act*, no final do ano passado, após 26 anos de existência, teria sido uma medida adotada para permitir uma eventual importação de açúcar em grandes quantidades de Cuba. O restabelecimento de relações econômicas dos Estados Unidos com Cuba, naturalmente, terá que se basear na exportação de açúcar, que é o principal produto da ilha. E a exportação cubana leva sobre a brasileira as vantagens naturais de acesso ao mercado norte-americano, especialmente a proximidade geográfica, que reduz sensivelmente os custos de transporte.



Contudo, o restabelecimento das exportações de Cuba aos EUA, caso realmente venha acontecer — e que, se for o caso, será paulatino — não deverá prejudicar os interesses do Brasil, mesmo que implique numa redução das exportações brasileiras. O que pode acontecer, no máximo, será uma "recomposição de fluxo" de mercado — "um jogo de cadeiras", para usar os termos dos diplomatas da área econômica do Itamaraty. Isto porque, mesmo que venha a exportar em grandes quantidades para os EUA, Cuba fatalmente teria de abandonar outras áreas que vem abastecendo e aí poderão se recuperar produtores deslocados do mercado norte-americano. Poderia haver problemas se existissem produtores com grandes estoques acumulados pois na rearrumação alguns poderiam ficar sem mercado. Mas não existe esta possibilidade porque não existem países com grandes estoques de açúcar.

O Brasil em San José

Nesta reunião da OEA em San José, na Costa Rica, a delegação brasileira, chefiada pelo embaixador Paulo

Vidigal, antigo chefe do Departamento de Organismos Regionais do Itamaraty e atual delegado do Brasil no Conselho Permanente da OEA, manteve a mesma posição adotada na conferência de Quito, em setembro do ano passado — quando houve maioria favorável à suspensão do boicote mas o total de votos, porém, foi inferior aos dois terços necessários para aprovação da medida. O Brasil se absteve, juntamente com os Estados Unidos, e mais quatro outros países do continente, entre eles, o Haiti, que às vésperas da reunião parecia disposto a votar a favor de Cuba. O curioso caso do voto do Haiti (que deu margem a uma série de especulações pois era decisivo para o levantamento do bloqueio) foi uma espécie de reedição do episódio da famosa conferência de Punta del Este, em 1962, que decretou o bloqueio: o chanceler René Chalmers, na entrada, era contra as sanções; na saída, era a favor. A mudança de opinião — e voto — do chanceler teria custado ao Haiti algo como os benefícios recebidos pelo Uruguai. Durante a conferência o subsecretário dos EUA, Arturo Milares Carrion, manteve algumas conversas em separado com o ministro de Defesa do Uruguai, general Porciúncula, e terminou concedendo um empréstimo de um milhão de dólares para a construção de uma academia militar no Uruguai.

A expulsão de Cuba da OEA, em 1962, não teve a aprovação dos países mais expressivos da América Latina na época (Brasil, Argentina e o México) e chegou a dividir a OEA pela primeira vez na história do sistema interamericano, principalmente por causa da firme atuação do chanceler brasileiro Santiago Dantas. O ministro das Relações Exteriores do governo de Jânio Quadros, contrário às sanções insistia na falta de argumentos jurídicos para a expulsão de Cuba, especialmente a "falta de qualificação de crime para punir o réu". Mas o chanceler norte-americano, Dean Rush, levando a questão para o terreno político, conseguiu os 14 votos mínimos para a expulsão de Cuba.

Em janeiro de 1964, antes da reunião da OEA convocada pela Venezuela para discutir a denunciada intervenção de Cuba em seus assuntos internos, o chanceler Araújo de Castro reiterava à agência de notícias *France Press*: o Brasil, dentro de sua política de defesa do princípio de autodeterminação e não intervenção nas questões de outros países, não aprovaria o pedido de sanções econômicas contra o regime de Fidel. Em maio, no entanto, 43 dias após a vitória do movimento de 31 de março, o novo governo rompia com o regime de Fidel Castro, alegando "ingerência de Cuba nos assuntos latino-americanos".

Hoje, não se fala mais, como na época do governo Castelo Branco, em intervenção cubana nos assuntos internos do Brasil. E nem se cogita mais de "eventuais decisões para ação militar (conjunta) contra Cuba numa emergência", como admitiu Costa e Silva em entrevista à imprensa em 15 de setembro de 1967. Também não se fala mais da "hidrofobia ideológica de Cuba", como dizia do plenário da ONU o representante brasileiro Sérgio Frazão, na assembléia geral de 1973, a respeito do pronunciamento do representante cubano, Raul Roa. Fundamentalmente, no entanto, a posição brasileira diante de Cuba é a mesma da época da "diplomacia da prosperidade" do marechal Costa e Silva. Também não difere muito da política externa "globalizante" do general Garrastazu Médici. O que mudou foi o estilo, a retórica.

Os jovens da oposição

Muitas vezes é difícil encontrar um denominador comum no MDB. Foi em busca de uma orientação comum e para se estruturar em termos nacionais que se realizou em Porto Alegre na semana passada o 1º Encontro Nacional dos Jovens do MDB.

Segundo Paulo Ziulkoski, presidente do setor jovem do MDB gaúcho, o partido é uma frente ampla de oposição, onde seu setor possui total autonomia, inclusive financeira (tem um fundo próprio). Não há interferência da direção estadual. Com cerca de 5 mil filiados, uma estrutura orgânica montada de baixo para cima e com democracia interna nas eleições de cargos representativos, o setor jovem gaúcho se destacou dos outros Estados como o único que conseguiu aliar o trabalho autônomo com o apoio do Partido.

A abertura do Encontro Nacional dos Jovens do MDB se deu sob o impacto do discurso do presidente Geisel. O tema "distensão" apareceu bastante nas discussões do dia seguinte. Participavam da discussão cerca de 100 pessoas, representando 10 Estados e mais 20 municípios do Rio Grande do Sul com realidades bastante diferenciadas. Partindo de um consenso, a de que a distensão representava basicamente uma proposta de "institucionalizar o Estado autoritário", chegaram a um novo consenso — o de que o papel do MDB seria efetivar a verdadeira distensão. E de que esta somente se efetivaria com o apoio e a participação dos setores sociais hoje marginalizados do processo político. A partir daí encontraram o que fazer: o trabalho voltado para as bases.

Diante do que se propunha,

os objetivos do Encontro foram alcançados: os participantes deram os primeiros passos visando à estruturação de um setor jovem nacional, formando uma comissão que irá à Brasília solicitar de Ulysses Guimarães a oficialização do setor.

Mas, diante da tarefa de se vincular às bases, o mais importante talvez tenha sido a troca de experiência entre as diversas delegações. E, mais uma vez, a principal experiência foi a do setor jovem gaúcho. Paulo Ziulkoski afirmou que apesar do setor jovem ter sido criado há dois e meio, até as eleições de 74 ainda funcionava em bases populistas e elitórias. Foi somente durante a campanha de 74 que, se estruturando em cerca de 70 municípios, iniciou uma nova fase. No momento, a preocupação principal é fazer com que todos participem da discussão política que se trava ao nível nacional.

O que leva o MDB gaúcho a encerrar a ala jovem como um setor dinâmico e necessário ao Partido? O que o leva, como destacou o deputado Pedro Simon, presidente do Diretorio Regional, na abertura do Encontro, a "defender a tese de que o MDB nacional não pode restringir a sua atuação a depu-

tados e senadores" e a observar que "temos a obrigação de elaborar um modelo econômico, político e social e levá-lo ao conhecimento da opinião pública".

No Encontro da Juventude do MDB do Rio Grande do Sul foi apontado como um exemplo de como a oposição pode atuar como uma frente de diversas correntes políticas. Mas, se o MDB em termos nacionais, é um partido que tem suas origens num ato institucional e portanto imposto de cima para baixo, com uma composição interna desigual, no caso do Rio Grande algumas questões a mais se colocam. De grande tradição política, o Estado historicamente é uma região onde o bipartidarismo sempre existiu. Dos partidos Libertador e Republicano, passando pelo PTB e a Frente Democrática, chegou-se ao MDB e Arena.

E este é o ponto fundamental para se entender a existência no Estado de uma Frente ampla de oposição. Com posições que vão, no âmbito federal, desde o chamado grupo autêntico até a ala mais moderada, o MDB gaúcho mantém diferenciações políticas acentuadas. Mas em termos estaduais representam para o eleitorado apenas o tra-

balhismo gaúcho, o que significa, em termos de consciência popular, um "partido do povo", que vai "trabalhar pelo povo". E com propostas de reformas sociais, sem evidentemente ter feito uma crítica radical do que foi o populismo. Continuando, em última instância, com o mesmo posicionamento ideológico, o partido conseguiu extrair alguma coisa de experiência de 64. Neste sentido, a visão do que o PTB foi destruído porque não tinha se vinculado e organizado as bases populares é unânime. Com propósitos bastante definidos de chegar ao governo estadual, o MDB gaúcho sabe que para chegar a uma das presenças é apoiar a frente de oposição, aceitando inclusive de ser a própria ala moderada a primeira a propor a criação de órgãos de colaboração que aglutinem as forças avançadas da oposição.

Mas sua efetivação por enquanto fica ao nível da proposta que o MDB gaúcho deverá enviar ao nacional. Apesar de que em termos estaduais, o apoio dado ao IEPES, Instituto de Estudos Políticos Econômicos e Sociais, do MDB, que recebe de cada deputado, por decisão da bancada, o corres-

pondente a uma passagem de avião ida e volta a Brasília e 5.000 cruzeiros e mais a formação de uma assessoria, a perspectiva da criação de IEPES em vários municípios e a criação do Seminário de Estudo, que deverá se efetivar também ao nível de vereadores, mostram que há uma preocupação efetiva com a participação e contribuição que os intelectuais de oposição possam dar neste período.

Mas existirá realmente uma definição de "uma ideologia progressista de oposição", mesmo que seja realizada somente por setores do MDB nacional, como encaminhou durante o Seminário o deputado João Gilberto, que representa as posições mais avançadas do Partido? Ou um modelo alternativo ficará ao nível de uma proposição burocrática do MDB nacional e dependerá de como se alinhará as diversas correntes dentro do Partido ao nível regional? Porque é característico da ideologia populista o fato de que a direção partidária avança na medida em que a conjuntura seja favorável e recua na mesma medida, sem que critérios ou princípios políticos tenham um peso grande nessa balança.

“DEFUNTINHOS AMERICANOS”

Ricardo Kotscho

“Não sou como nós esperávamos”, diria João Batista Ramos, presidente do Tribunal de Contas da União. Ele comentava a lei, que sujeitou à fiscalização dos órgãos de contas das sociedades de economia mista em que o poder público detém a maioria do capital social, recém-sancionada pelo general Geisel, durante uma nova reunião que levou a Brasília, na última semana, os presidentes de 11 órgãos fiscalizadores.

“O que se estudou com a liderança do governo no Senado e na Câmara dos Deputados e com o chefe do Gabinete Civil da Presidência, general Golbery do Couto e Silva (ministro aposentado do TCU) não sou como se esperava”, lamentou-se o ministro Batista Ramos, ex-presidente da Arena, ressaltando que não fazia críticas a ninguém.

O presidente do TCU parecia não ter os poderes que queria para a sua tarefa de eliminar os “defuntinhos americanos”. Segundo Batista Ramos, a grande maioria das prestações de contas dos órgãos da administração direta chegam ao tribunal formalmente em ordem, “muito bem arrumadinhas”. Por isso, são conhecidas naquele tribunal como “defuntinhos americanos” (nos Estados Unidos, antes de serem sepultados, os defuntos costumam ser submetidos a um cuidadoso tratamento de beleza, que não dispensa a maquiagem).

Anualmente, cerca de 300 empresas públicas se omitem de prestar contas ao TCU. Outras tantas mandam relatório incompletos e, a não ser que as próprias contas acusam irregularidades nas despesas ou cheguem denúncias ao tribunal, ficam impunes administradores que se valem do dinheiro público em benefício próprio. E, mesmo quando as irregularidades são constatadas, o TCU não dispõe de instrumentos para punir efetivamente os infratores.

É recente ainda o caso das contas do DNER, que mobilizou toda a imprensa e o TCU contra os responsáveis por uma série de irregularidades que, somadas, elevam a mais de 500 milhões de dólares o déficit daquela autarquia. Ao final do julgamento, que resultou na aplicação de uma multa simbólica de dez salários mínimos ao principal envolvido, o diretor-geral do DNER, Eliseu Rezende, um repórter sugeria a seus colegas: “Vamos fazer uma *vaquinha* para saldar agora mesmo a multa do Eliseu?”

Afinal, qual a função do Tribunal de Contas da União? Fiscalizar contas, aplicar multas simbólicas aos administradores desonestos e enviar relatórios ao Presidente da República (Geisel requisitou todo o processo do DNER)? Talvez poucos saibam que, em última análise, “a fiscalização é feita para que o povo, que fornece o dinheiro através de impostos, taxas e obrigações, saiba como esse dinheiro é aplicado”, segundo a explicação dada por Wagner Estelita, ministro do TCU.

“Na realidade, porém, não há a prestação de contas das atividades fiscalizadoras. Os relatórios técnicos não alcançam o povo que, de fato, não sabe para que mantêm certos organismos. Esperamos ainda que no Brasil possamos evoluir para o relatório público, feito em termos tais de concisão, clareza e objetividade, que seja possível ao povo, através desses instrumentos de informação, conhecer, julgar e respeitar seus administradores, ou repudiá-los, se inadequados”, diz Wagner Estelita.

Essa tese foi exposta pelo ministro Estelita no 6º Congresso Internacional de Instituições de Controle de

Nos Estados Unidos, antes de serem sepultados, os defuntos são recompostos e maquiados. Segundo o ministro Batista Ramos, é assim que chegam ao Tribunal de Contas da União boa parte das prestações de contas de órgãos da administração direta do governo.



JOTA

Finanças Públicas, promovido em Tóquio, em 1969. Mas as idéias do ministro ainda estão muito longe de se transformar em realidade no Brasil. Até hoje, o TCU busca uma fórmula de assumir o efetivo controle das despesas públicas. E — disse Estelita a *Movimento* — é essa a função de seus ministros, “juizes de alto gabarito, pagos pelo povo, para cuidar dos interesses da coletividade”.

Wagner Estelita foi o primeiro ministro nomeado, em 1964 e é hoje um dos seus mais combativos ministros. Nesses 11 anos, Estelita já viu passar pelo tribunal 22 juizes. Dos atuais ministros — nove ao todo — apenas dois são anteriores a ele: Vergniaud Wanderley, nomeado por Géglio Vargas em 51 e Freitas Calvacanti, nomeado por Jânio Quadros.

Vergniaud Wanderley já está afastado há vários meses do Tribunal (ele só foi ao TCU uma vez este ano, para votar pela aprovação das contas do DNER, depois de ter recebido uma visita do ex-ministro Mário Andreazza). Com a sua aposentadoria, ainda este mês, prevê-se a nomeação de um juiz eminentemente técnico, a se confirmar a tendência manifestada pelo presidente Geisel com as nomeações de Ewald Pinheiro, que fez carreira no funcionalismo público e Luís Otávio Gallotti (filho do ex-ministro do STF, Luís Gallotti) que, desde 53, vem galgando postos dentro do próprio TCU. Essa tendência só foi quebrada uma vez, com a escolha de Guido Mondin, senador pela Arena até o ano passado.

Os ministros do TCU terão certamente ainda mais trabalho nesse segundo semestre. Basta observar (quadro

ao lado) a relação de alguns casos de improbabilidade administrativa constatados pelo TCU, relacionados pelo jornal “O Estado de S. Paulo”, na sua edição de 3 de agosto e que ainda estão à espera de julgamento.

Do poderoso Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) ao obscuro Departamento Nacional de Mão-de-Obra (investigados pelo TCU), dos imbatíveis caças F-5 da FAB adquiridos da “Northrop Corporation”, aos trens de luxo franceses comprados pela Secretaria dos Transportes de São Paulo para a FEPASA (Ferrovias Paulistas S/A.) — (não incluídos nas preocupações do TCU), de repente, órgãos e autoridades oficiais viam-se envolvidos em denúncias de corrupção e escândalos administrativos de tal vulto que tornavam até folclóricos e ingénuas as acusações contra o descuidado senador Wilson Campos.

Os desmandos constatados pelo TCU chegaram a indignar o ministro Wagner Estelita. Foi o caso da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal em Pernambuco, que contratou os serviços de uma firma de serviços gerais de escritório, contabilidade, rotina administrativa e limpeza, para proceder à revista de passageiros e bagagens no aeroporto dos Guararapes, no Recife. O fato levou o ministro Estelita a salientar, em seu voto, que “a prosseguir dos abusos da chamada administração indireta, que precisa ser urgentemente regulamentada, terminaremos por contratar com firmas particulares a execução das atividades do Judiciário ou o patrulhamento das fronteiras”.

Alguns casos do TCU

“(…) a prosseguir dos abusos da chamada administração indireta, que precisa ser urgentemente regulamentada, terminaremos por contratar com firmas particulares a execução das atividades do Judiciário ou o patrulhamento das fronteiras”. (ministro Wagner Estelita).

1. A corrupção comprovada pela Polícia Federal na Empresa de Telecomunicações de Rondônia, que já provocou a prisão de dois dirigentes. Ainda não se confirmou o desfalque anunciado: 10 milhões de cruzeiros.

2. Na Comissão Executiva do Plano de Recuperação Econômica da Lavoura Acaueira — CEPLAC — foram encontradas as seguintes irregularidades: empréstimo a funcionários; subscrição de cotas de associações, adiantamento para estímulo de férias, auxílios

para obras públicas — tudo isso e mais, sem prazo para devolução do dinheiro e sem expressa autorização.

3. No Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição — INAN — o tribunal identificou irregularidades na contratação de pessoal, acumulações ilícitas de cargos, não recolhimento das taxas de ocupação de imóveis e, o presidente, conselheiro do Itamaraty, José Maria Diniz Ruiz de Gamba, gastou a impressionante soma de 20 milhões de cruzeiros em campanhas publicitárias — mais de 20% do orçamento do Instituto.

4. O TCU suspendeu até segunda ordem o pagamento de salários de funcionários da Universidade Federal de Pernambuco, autorizados irregularmente pelo reitor Marcionilo de Barros Lins. Esses salários eram superiores ao do Presidente da República.

5. Das 932 instituições que teriam sido beneficiadas pelo Departamento de Assuntos Universitários do MEC, 41 negaram o recebimento de recursos e várias outras informaram que receberam menos do que o alegado por aquele órgão oficial. Esse fato ocorreu durante os anos de 67/68, na administração do ex-deputado arenista Epilogo de Campos, quando a antiga Diretoria do Ensino Superior distribuiu Cr\$ 1.678.492,83 a menos do que registra sua documentação.

6. No Instituto Nacional da Propriedade Industrial — INPI — foi determinada inspeção visando esclarecer os gastos de sua transferência para Brasília. Foram investidos 20 milhões de cruzeiros numa sede própria, além de outros gastos com 84 apartamentos e seis casas de luxo para funcionários graduados.

7. O gasto com moradias de estranho luxo foi constatado também no Instituto Brasilei-

ro de Desenvolvimento Florestal — IBDF —, além do pagamento de diárias ilegais. Investiga-se também a instalação de uma representação no exterior para comercializar o pinho, medida considerada dispensável pela existência de outros órgãos governamentais com estrutura adequada àquela finalidade.

8. No Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio — Premem — em Minas e no Rio Grande do Sul, ficou evidenciado que eram concedidas gratificações irregulares e pagamento de “jetons” devidos aos conselheiros.

9. Foram desviados mais de 3 milhões de cruzeiros destinados à formação de mão-de-obra, para a campanha eleitoral do deputado da ARENA, Sebastião Lins, então coordenador dos cursos do Departamento Nacional de Mão-de-obra.

10. No Distrito Federal, durante a gestão Hélio Prates,

além dos casos notórios de habitações de luxo vendidas a altos funcionários abaixo do preço de custo, foram constatadas irregularidades na construção de inúmeras obras públicas — posteriormente abandonadas — em concorrência pública.

11. Na Caixa Econômica, o TCU identificou a existência de depósitos a longo prazo de repartições públicas, sem juros ou correção monetária. Há anomalias na maioria dos Estados da Federação, notadamente em São Paulo e no Distrito Federal.

12. No programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra — PIPMO —, o órgão central do programa, bem como quase todas as coordenações estaduais apresentam irregularidades múltiplas. As irregularidades: realização de cursos fantasmas, desvios de materiais e verbas para uso próprio, de um Ford Corcel luxo, um Ford Belina, aparelho de TV a cores e telefone, abertura de três con-

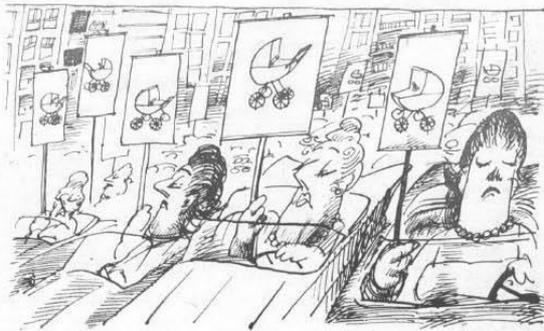
tas bancárias em nome do PIPMO, com movimentação de uso particular.

13 — Os escândalos relativos ao “caso Cosern” — Companhia de Serviços Elétricos do Rio Grande do Norte — envolvendo o deputado arenista Ney Lopes, ex-diretor daquela autarquia, se alastrou por diversos órgãos da administração; CAERN — Cia. de Abastecimento de água e saneamento — o presidente já confessou ter dado 40 mil cruzeiros como suborno para calar a imprensa sobre acusações de corrupção; DER — Departamento Estadual de Estradas de Rodagem — seu diretor recebia, apesar de estar “licenciado”, Fundação do Bem Estar Social — teria comprado 40 mil cruzeiros de peixes, apesar de ninguém, fisicamente, ter comido o peixe. A COSERN fez várias aquisições sem concorrência pública, alugou veículos particulares em desacordo com os regulamentos, etc.

Aconteceu em Ipanema

O comandante Celso Franco, do Departamento de Trânsito do Rio, continuou comendo seu sanduíche de mortadela e não quis ouvir as senhoras notáveis que lhe falariam da necessidade de acomodar carros e crianças nas calçadas da zona sul.

Aguinaldo Silva



Silvia Regina Rodrigues Campos, Ana Maria Travassos Teles e Olívia O'Neil Gaerstmann, senhoras do distinto bairro de Ipanema, estacionaram seus carros no segundo andar do Terminal-Garagem Menezes Cortes, subiram ao décimo-quinto, e, com a segurança que lhes proporcionava o batalhão de fotógrafos e cinegrafistas que as seguiam, anunciaram a intenção de falar com o diretor do Dept. de Trânsito, Celso Franco. O motivo da conversa: elas vinham liderando há uma semana, na Zona Sul do Rio, um movimento destinado a obter dos motoristas que estacionavam seus carros nas calçadas espaço para o *floating* dos bebês do bairro, em seus carrinhos.

Já na semana anterior, duas dezenas de mães de Ipanema, comandando um exército de bebês e crianças, tinham feito uma "passeata" de protesto, empunhando cartazes nos quais deixavam bem claro suas posições: compreendiam a situação dos motoristas (só em Copacabana, existem hoje 28 mil carros sem garagens), já que os maridos de todas possuíam um ou mais carros, queriam, apenas, que eles deixassem espaço suficiente para os carrinhos de bebês.

A simpática manifestação parece ter aborrecido as autoridades do Detran. No final da semana, mães, bebês e crianças, reunidas numa esquina de Copacabana, recuaram assustadas ao ouvir, de uma guarda de trânsito, uma frase dura:

— Olha aí: os homens falaram que é bom acabar com essa história.

De qualquer modo, Rodrigues Campos, Travassos Teles e O'Neil Gaerstmann, com o peso de

nomes típicos de coluna social, decidiram ir ao Detran e entregar a Celso Franco um abaixo-assinado.

Mas, a conversa com o diretor do trânsito não se consumou. E elas, de sobra, ainda travaram contato com uma dura realidade: a dos homens de terno escuro que cercam o Comandante Celso Franco em suas aparições públicas e que, das 16 às 18 horas de segunda-feira, com seus olhares duros não deixaram a menor dúvida: o que tinham de melhor a fazer era pegar seus bebês e voltar para a tranquilidade dos seus apartamentos em Ipanema.

É verdade que a Sra. Rodrigues Campos — uma "ousada pantera", como diria Ibrahim, — ainda tentava argumentar, talvez influenciada pela entrevistadora de TV, de microfone em punho. Estavam ali para pedir providências e não para fazer baderna, ela disse. Eram todas mães de família, acrescentou e tinham certeza de que o comandante Celso Franco, um homem de rara sensibilidade, se mostraria atento ao problema. Celso Franco, do seu gabinete, através da porta entreaberta, acompanhava tudo, enigmático como uma esfinge e a devorar o sanduíche de mortadela, que um continueu lhe levar.

As 18 hs, aconselhada pelas duas companheiras, Silvia Regina Rodrigues Campos reuniu os jornalistas e anunciou:

— Sabe, gente, houve um contratempo. Eu não marquei audiência com o Comandante Celso Franco, e por isso ele não pode me receber. Mas eu trouxe um memorial, que vou deixar para ser entregue a ele e tenho algumas cópias para vocês.

Dois crimes, quatro versões

Não é preciso citar Agatha Christie para dizer que uma história policial pode ser contada de mil maneiras diferentes. Basta ler os jornais. Ainda na semana passada a notícia da execução de dois moradores da Vila Aliança, no Rio, mereceu, dos policiais da 34ª DP, a seguinte versão:

Adilson do Nascimento, 23 anos, o Paraiíba e Edio Anacleto da Silva, 33, o Negão, que moravam na casa 29 da Travessa 4, na Vila Aliança, foram encontrados mortos, cada um com oito tiros, num terreno baldio, perto da vila. Eram tenazes assaltantes, e foram mortos por outros membros da quadrilha a que pertenciam, durante uma briga por causa da partilha do produto de um assalto. Com a execução dos dois delinquentes, os moradores do local respiraram tranquilos; reunidos diante dos dois cadáveres, eles chegaram a festejar com gritos de alegria a morte de Paraiíba e Negão, pois, nestes casos — arrematava um jornal de oitenta centavos —, "a morte é, dos males, o menor".

Houve repórteres, no entanto, que não escreveram para e simplesmente o que os policiais da 34ª DP lhes ditaram. E a notícia, ligeiramente modificada, ganhou esta versão, nos jornais de dois cruzeiros:

"Numa clareira à margem da Estrada do Taquaral, em Vila Aliança, Bangu, os dois corpos estavam lado a lado. Eram Adilson do Nascimento e Edio Anacleto da Silva, moradores da vila. Os dois foram mortos com tiros na nuca, e depois cada um levou mais sete tiros, de calibre 38.

"Policiais da 34ª DP já têm uma explicação para o duplo crime: uma quadrilha brigou durante a partilha do roubo, os quadrilheiros trocaram tiros, e dois deles — justamente Adilson e Edio — morreram. Dizem mais os agentes da 34ª DP: Edio e Adilson eram nada mais nada menos que o Negão e o Paraiíba, (apelidos reservados pela polícia, a todo delinquentes que seja respectivamente negro ou que tenha um tipo físico nordestino), muito conhecidos na jurisdição e várias vezes presos.

Um repórter de um jornal de dois cruzeiros se deu ao trabalho de ir ao endereço das vítimas e acabou encontrando Eli do Nascimento, irmão de Adilson, que desmentiu as acusações ao irmão e contou uma outra história: os dois homens estavam em casa dormindo, quando a porta foi arrombada por quatro homens armados. Eles amarraram Adilson e Edio com as mãos para trás e os levaram. Ela e a mãe, Júlia Cândida do Nascimento, foram à 34ª DP (era uma hora da manhã)

e contaram tudo, mas ouviram um conselho: que fossem para casa e só retornassem às 9, pois só aí poderiam dar queixa dos jornais.

As declarações de Eli foram publicadas e o repórter do jornal de oitenta centavos, mais uma vez, franqueou suas páginas as explicações do pessoal da 34ª DP: "um policial desmentiu que Eli e Júlia Cândida tenham ido à polícia de madrugada e mais, acusou a moça de ter sido amante de um traficante de tóxicos — atualmente foragido —, e, pessoa, portanto, a quem não se podia dar crédito.

A solução do caso foi entregue à Delegacia de Homicídios, que acabou chegando a uma versão menos complicada após 24 horas de investigações. Essa versão foi apresentada assim, pelos jornais de dois cruzeiros de oitenta centavos nada publicaram a respeito:

"Policiais da Delegacia de Homicídios atribuíram ao chamado Esquadrão da Morte o assassinato de Adilson do Nascimento e Edio Anacleto da Silva, em Bangu. A versão policial tem por base as características do crime: as vítimas foram apunhaladas em casa quando dormiam, levadas para um local descampado e, com as mãos amarradas às costas, levaram vários tiros de grosso calibre". (A.S.)

Acordo nuclear

Pesquisa de alta rotatividade

Nenhum programa sério para formar especialistas nucleares poderá deixar de lado o Instituto de Energia Atômica de São Paulo (IEA), o maior do país. Mas no mês passado, duas semanas antes da assinatura do acordo nuclear com a Alemanha, (inviável sem a formação a médio prazo de cinco a seis mil novos especialistas) o deputado paulista Horácio Ortiz acusou o IEA de haver fracassado em todas as frentes, inclusive na formação de especialistas. O tempo médio de permanência de pessoal científico no IEA seria de apenas dois anos, insuficiente para o aperfeiçoamento no campo nuclear. Das acusações do deputado refere-se que os físicos, químicos e matemáticos que procuram o IEA não aguentam ficar devido ao ócio: "A ênfase do IEA é a construção de prédios e o controle de pessoal, um controle pouco exagerado, que advém do fato de que o pessoal é ocioso...", disse Horácio Ortiz. O deputado provavelmente se referia ao sofisticado relógio de ponto inaugurado nos últimos dias do governo Laudo Natel, como mais uma grande realização do IEA: o relógio usa cartões magnéticos que registram as entradas e saídas dos funcionários diretamente no cérebro

do computador do instituto. Esse mesmo computador não é considerado na cidade Universitária de São Paulo como muito feliz no processamento de programas científicos.

O deputado pediu a "mudança do quadro diretivo do IEA", que ele acusou de "burocratizado e sem formação científica".

Por coincidência ou não, o Ministro de Minas e Energia, Shigeaki Ueki, também discutiu possíveis mudanças radicais no "status" do IEA com o governador Paulo Egydio. Atualmente o IEA é uma autarquia estadual e segundo fontes do governo paulista, Ueki estaria propondo, como solução para reativar o IEA, a sua transformação em empresa de economia mista, talvez unido seu acervo ao do Centro de Energia Nuclear na Agricultura (CENA), de Piracicaba. As Centrais Elétricas de São Paulo (CESP), futura proprietária de alguns dos reatores a serem instalados na região Centro-Sul, em virtude do acordo com a Alemanha, seria convidada a participar do capital dessa empresa de economia mista. O que evidentemente daria à CESP uma boa base para a formação dos centenas de técnicos necessários à operação e manutenção dos rea-

tores — mesmo que não se formem propriamente cientistas com poder decisorio e capacidade criativa.

Horácio Ortiz e 16 outros deputados encaminharam ao Diretor do IEA, professor Rómulo Ribeiro Pieroni, um requerimento de informações, com 70 perguntas, a maioria pouco agradáveis. Entre elas, quantos doutores e quantos mestres o IEA formou, que trabalhos importantes o IEA desenvolveu nos últimos 10 anos e que objetivos tem para o futuro. E ainda: quanto custou o agora famoso relógio de ponto?

Todos os chefes de departamentos do IEA foram mobilizados na tarefa de ajudar o professor Pieroni a responder ao questionário. O próprio professor Pieroni, no entanto, encontrou tempo na semana passada para receber um visitante especial, o comandante do II Exército, General Ednardo D. Avila Melo, a quem anunciou planos ambiciosos de aumentar o número de "Técnicos de alto gabarito do instituto de 300 para 600 ou 900". E reclamou ainda do não recebimento de verbas do orçamento deste ano. Do total de 75 milhões de cruzeiros, só 15 milhões teriam sido liberados até agora.

Saúde

Fusão, o futuro dos Ministérios?

Carlos Gentile de Melo

O presidente Ernesto Geisel, no discurso de abertura da V Conferência Nacional de Saúde, em Brasília, no dia 5, apontou a "insuficiência de coordenação e de entrosamento entre entidades e agentes de saúde como causa responsável, em parte, pela baixa produtividade do setor".

Foi, precisamente, o reconhecimento desse desentrosamento que inspirou a criação do Conselho de Desenvolvimento Social (CDS), nos moldes em que funcionava o Conselho de Desenvolvimento Econômico.

Verificou-se, desde logo, que seria indispensável a elaboração de um documento legal que pudesse disciplinar as atividades dos vários Ministérios, especialmente da Saúde, e da Previdência Social. O Ministro da Saúde, Paulo de Almeida Machado, ainda em 1974, encaminhara ao Conselho de Desenvolvimento Social, uma exposição de motivos propondo a instituição de Sistema Nacional de Saúde. Ao ser distribuído pela secretaria do CDS aos Ministérios integrantes do Conselho, a proposta desagradou profundamente os técnicos da Previdência e Assistência Social, que, em regime de urgência, produziram outro anteprojeto acompanhado de um documento doutrinário da maior importância, analisando medidas governamentais de maior repercussão na saúde: a) redução da pobreza absoluta; b) combate à poluição; c) aumento nas oportunidades de emprego; d) melhorar a qualificação da mão-de-obra; e) melhora na distribuição de renda, pessoal e geográfica.

Ainda nesse documento do MPAS destacava-se: "A segurança e a tranquilidade dos grupos mais abastados da sociedade dependem, em certa medida, do estado sanitário e da capacidade de trabalho das camadas mais pobres...". Em consequência, as transferências de recursos da população mais rica para assistir aos mais pobres poderiam ser contabilizados como investimentos em segurança nacional".

A iniciativa do Ministério da Previdência, provavelmente pelos seus fundamentos, despertou entusiasmo entre os membros do Conselho de Desenvolvimento Social, esquecendo-se por inteiro a exposição de motivos do Ministro da Saúde. Estava, assim, aberto o caminho para o anteprojeto do novo Sistema Nacional de Saúde, logo remetido ao Congresso, onde foi aprovado, em regime de urgência, com o voto da liderança.

Nasceu, dessa forma o novo Sistema Nacional de Saúde, sancionado pelo Presidente da República.

O Sistema Nacional de Saúde, atribuiu ao Ministério da Saúde, a responsabilidade de promover e executar ações preferencialmente voltadas para os interesses do coletivo, cabendo ao Ministério da Previdência e Assistência Social atendimento médico — assistencial.

Como seria fácil de prever, aumentaram os desentendimentos, de tal forma que, na V Conferência Nacional de Saúde, o representante da Secretaria do Planejamento afirmou que "não acredita que a dicotomia vigente no setor saúde (coletiva e individual) deva prevalecer sempre.

fato de "a ação de saúde de alcance coletivo fazer-se, em grande parte, através de ações de saúde individuais". Seixas, mais uma vez, confirma a sua vinculação à equipe da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, que condenou o Plano de Saúde do Ministro Leonel Miranda, entre outros motivos porque resultava "em agravamento da injustiça e anacrônica separação entre as atividades de medicina preventiva e curativa".

Os exemplos, podem ser multiplicados: a tuberculose é, sabidamente, uma doença de interesse coletivo, mas o seu combate se fundamenta no tratamento dos casos, restringindo o contágio. Quem será responsável pelo combate à tuberculose? O Ministério da Saúde ou o Ministério da Previdência?

As dificuldades de interpretação aumentam na medida em que se examina o panorama brasileiro. Onde ficará, por exemplo, a Fundação SESP, atualmente do Ministério da Saúde? Sabe-se que o SESP administra uma rede de unidades médico-sanitárias e hospitalares do melhor padrão técnico, onde não se discriminam as atuações preventivas e curativas?

A dificuldade de interpretação do Sistema Nacional de Saúde, antes mesmo da sua plena implantação, provocou um acirramento de divergências históricas na esfera do segundo escalão oficial, não obstante tenham sido mantidos, até agora, as melhores relações entre os Ministros Almeida Machado e Nascimento e Silva. Chegava a afirmar que está havendo uma "luta de foice no escuro": a foice, evidentemente em poder do Ministério da Previdência, que dispõe dos recursos financeiros.

O que preocupa justificadamente os estudiosos do assunto é que o Ministério da Previdência Social constitui, atualmente, a área mais privatizante do Governo Federal, o que representa evidente perigo para a saúde da população, na medida em que estão envolvidos interesses financeiros de grupos e pessoas.

Por isso, verifica-se que a criação do Conselho de Desenvolvimento Social revelou-se insuficiente para a perfeita integração dos órgãos responsáveis pela promoção e recuperação da saúde. Os participantes da V Conferência Nacional de Saúde, todos convidados ou representando entidades oficiais, estão de acordo, por unanimidade, sobre quais são os principais obstáculos ao Sistema Nacional de Saúde: a) ausência de uma política de saúde; b) ausência de integração dos programas com idéias objetivas e entregue a diferentes órgãos; c) ausência de coordenação das múltiplas instituições governamentais em todos os níveis; d) ausência de coordenação regional; e) deficiência dos instrumentos estruturais de informações.

A conclusão a que se chega: deve-se buscar outros caminhos para promover "o entrosamento" citado pelo presidente Ernesto Geisel. Esse caminho, ao que tudo indica, será a criação do Ministério da Saúde e Assistência Social, que ficaria com todas as atribuições que causam disputas e desentendimentos.

A crise na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, se não tivesse tido outros méritos, teve pelo menos o de revelar os padrões de atuação do Ministério de Educação e Cultura diante do que promete ser cada vez mais intenso daqui por diante: o desenvolvimento da política estudantil.

Em razão de determinadas características, a crise na ECA é peculiar; mas não é a única crise estudantil no panorama nacional.

Nos últimos 12 meses, vinte escolas superiores em todo o País, aproximadamente, estiveram (e muitas ainda estão) em crise, tomando-se a palavra crise no seu sentido mais alto. (1).

As explicações mais gerais para esses fatos aparentemente isolados só poderiam ser encontradas através de uma análise global da situação econômica e política por que atravessa a Nação.

Não obstante, é possível detectar algumas variáveis específicas do próprio processo educacional, bem como suas relações com o processo social geral, suscetíveis de lançar alguma luz sobre o problema. E, essas variáveis específicas podem ser sintetizadas na contradição entre quantidade e qualidade, que hoje caracteriza o ensino superior brasileiro.

A inegável expansão do ensino superior, no Brasil, parece decorrer de alguns fatores facilmente perceptíveis: a) a necessidade de atendimentos às reivindicações empresariais, nacionais e multinacionais, de mão-de-obra qualificada e abundante para cumprir as aspirações de um crescimento econômico contido nos moldes capitalistas; b) a conveniência, sentida pelo sistema político, de amortecer tensões crescentes geradas na luta cotidiana das classes médias contra sua autoproletarização, do que resultam, de imediato, duas providências necessárias — a absorção, no ensino superior, de contingentes cada vez maiores de concluintes do ensino médio e a eliminação, aparente e formal, da figura incômoda do "excedente", o candidato aprovado no vestibular mas sem vaga para cursar a faculdade; c) a conveniência de satisfazer a grupos desejosos de investir em educação, mais pelo lucro do tráfico de influência política do que pelo financeiro.

Essa expansão quantitativa não foi suportada por um desenvolvimento qualitativo paralelo. Não se reformulou o conteúdo do ensino, apesar das muitas "reformas" educacionais dos últimos dez anos; não se desenvolveu adequadamente a pesquisa; não se cuidou convenientemente da formação do magistério superior; não se ampliaram os laboratórios, as bibliotecas, os equipamentos, as instalações. Nos poucos casos em que se o fez, o realizado ficou sempre muito aquém do exigido pelo inchaço numérico da rede escolar universitária.

Esse desequilíbrio entre quantidade e qualidade — que revela, na esfera educacional, as contradições mais fundamentais do sistema sócio-econômico — tinha de desembocar inevitavelmente na crise do ensino superior. E essa crise sempre existiu, desde meados da década de cinquenta, quando se inicia o processo acelerado de crescimento.

A posse do Governo Geisel, com seu conseqüente apelo às aspirações por aberturas e distensões; a campanha eleitoral com sua inevitável carga de críticas e denúncias; a vitória oposicionista com seu inestimável estímulo à franca atividade política; estão entre os fatores que fizeram essa crise romper. Entre esses fatores se incluem ainda a amenização das restrições à liberdade dos debates parlamentares e da ação da imprensa; e a parcial suspensão de atitudes repressoras específicas mais radicais.

E, se são esses os fatores que explicam, em parte, a crise do ensino superior brasileiro, como se caracteriza o desenrolar das manifestações concretas dessa crise? e, principalmente, como a elas reage o Ministério de Educação e Cultura, representante do poder político central do mundo educacional?

O MEC a favor dos alunos, via diretório

Em quase todas as escolas superiores mantidas por entidades particulares ou fundações, as crises nascem de uma posição crítica de alunos em relação a deficiências educacionais que vão desde um programa mal formulado, uma disciplina mal ministrada, um laboratório desequipado, a uma direção autocrática, ou um nível de ensino muito abaixo dos crescentes níveis das anuidades, mensalidades e taxas cobradas.

E o MEC, então, intervém diretamente na questão e assume o problema dos estudantes, embora variando sua forma de atuação conforme o caso: ora determina a fiscalização ou a vistoria na escola, ora nomeia uma comissão de inquérito, ora promove uma sindicância, ora designa um interventor (eufemisticamente chamado de diretor ou reitor "pro tempore"); ora desautoriza Cursos ou suspende

(1) — Somente no Estado de São Paulo, mais de dez: Faculdade Bandeirante de Medicina, em Bragança Paulista; Faculdade de Medicina de Taubaté; Faculdade de Ciências Médicas de Santos; Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Elmano Ferreira Veloso, de S. José dos Campos; Centro de Ciências Médicas da Pontifícia Universidade Católica em Sorocaba; Curso de Engenharia da USP em São Carlos; Faculdade de Engenharia Industrial de São Bernardo do Campo; Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo; Faculdade Paulista de Ciências e Letras; Faculdade de Medicina do ABC; Curso de Comunicações da Fundação Armando Álvares Penteado; Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas.

No Estado do Rio de Janeiro, em Minas, em Alagoas, no Paraná, no Rio Grande do Sul, na Bahia e até no Distrito Federal — na UNB — tem-se registrado crises nas escolas superiores.

A CRISE NO ENSINO SUPERIOR

Duas atitudes políticas, duas faces do MEC



Ulysses Pereira

Os alunos da Escola de Comunicações da Universidade de São Paulo, depois de uma longa greve no primeiro semestre, voltam às aulas. Mas aparentemente a crise continua, na ECA e em várias escolas do País.

Vestibulares. Mesmo quando a atuação do MEC tem um mero papel paliativo ou protetor, ela significa, essencialmente, que o poder político central (o MEC) assume o risco de aliar-se aos estudantes na contestação ao poder político local (da direção da escola ou da entidade mantenedora); o poder político central aparece aos estudantes como pai providencial, salvador e provedor; o MEC estabelece um diálogo com os estudantes através do Diretório Acadêmico, e que pode eventualmente ser visto como uma relação de subordinação deste àquele; o MEC obtém uma promessa tácita e implícita de eliminação do radicalismo e moderação reivindicatória; o MEC reforça o poder político central sobre os estudantes.

Foi assim, por exemplo na Faculdade Bandeirante de Medicina, mantida pelo Instituto de Ensino Superior da Região Bragantina, em Bragança Paulista. Os estudantes vinham reclamando, desde junho do ano passado, contra o baixo nível de ensino e a inexistência de hospitais em que pudessem exercer a prática das disciplinas teóricas. A entidade mantenedora não se deu por achada. Em outubro, desesperados, os estudantes tentaram dirigir-se diretamente ao ministro da Educação. Mas, sabedor do incidente, o ministro enviou seus assessores a Bragança, que realizaram uma sindicância e submeteram suas conclusões ao Conselho Federal de Educação. Resultado: o Conselho decretou a intervenção na Faculdade, designando, como diretor "pro-tempore" do estabelecimento, o prof. Juarez de Queiroz Campos, da Universidade de São Paulo. Na Faculdade de Medicina de Taubaté, mantida pela Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Taubaté, os estudantes tinham problemas semelhantes: baixo nível de ensino e escassez de oportunidades para aulas práticas.

e o Ministério da Educação concedeu à entidade mantenedora um empréstimo de um milhão e meio de cruzeiros, uma parte dessa verba, por recomendação do MEC, destinou-se à concessão de bolsas de estudo para os alunos,

estuda, com a Secretaria de Saúde do Estado, um convênio para a utilização de leitos hospitalares para a prática de aprendizado.

No caso da ECA não existe diretório. E daí?

O segundo padrão de desenvolvimento de crise estudantil é o que se aplica à Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. No seu nascimento e no desenvolvimento de seus primeiros passos, a crise na ECA segue caminhos semelhantes aos do primeiro padrão: deficiências educacionais.

Mas é no momento em que as duas posições em luta se cristalizaram (de um lado o diretor inamovível, de outro, os estudantes que se rompe o padrão e a crise passa a seguir um novo modelo.

O MEC não intervém diretamente na ECA. Faz todo tipo de interferência indireta, é claro, mas não intervém diretamente, como certamente teria feito se se tratasse de outra escola superior que não a USP. O ministro vem duas vezes a São Paulo, ambas mui discretamente: o diretor do Departamento de Assuntos Universitários do MEC, vem uma vez; o governador do Estado e o secretário da Educação se reúnem, os assessores do MEC emitem "press-releases" inidentificados; a Delegacia Regional do MEC em São Paulo movimentou-se. Em todos os casos, a interferência sempre assume a forma do seu oposto: todas as declarações, francamente manifestadas, tacitamente permitidas ou insidiosamente insinuadas, são no sentido de que o MEC não intervirá na USP, cabendo ao seu reitor a tarefa e ônus de resolver o impasse. O que, é claro, é uma forma eufemística de intervir.

Há duas peculiaridades, na crise da ECA, que podem explicar o particular padrão seguido pelo MEC. Uma é chamada "autonomia" da USP. Na realidade, essa autonomia não existe, porque a USP depende em quase tudo — como as demais escolas — de instâncias externas e superiores: das verbas à aprovação de contas, da designação do reitor às normas de contratação de seus professores e servidores, da aprovação dos currículos disciplinares aos critérios vestibulares. E também não é infrequente a seleção de pessoal docente para a USP ser mais submetida à liberalidade de condescendência dos órgãos de repressão e segurança que ao rigor do crivo dos colegas de Departamento.

Mas, mesmo assim, existe o consenso de que os componentes das estruturas de poder dominantes da Universidade de São Paulo eventualmente possam constituir-se num grupo de pressão com poderosa potencialidade política. E é esse consenso — esse temor, talvez — que tem feito autoridades educacionais e políticas do Estado e da nação recearem o risco de atitudes mais positivas em diversos momentos da vida da USP, outra peculiaridade — é a particular forma de organização dos estudantes da Universidade de São Paulo. Ao contrário das demais escolas superiores do País — em que os estudantes ou não se organizam ou se organizam sob a forma legalmente prevista de Diretórios Acadêmicos — na USP os alunos mantêm os modelos anteriores a 1964, de grêmios, centros acadêmicos, centros de estudos, etc. Embora não constituindo propriamente entidade ilegais (são sempre sociedades legalmente registradas), os centros acadêmicos da USP não são legalmente reconhecidos como entidades representativas dos estudantes. Isso certamente os torna, aos olhos do MEC, interlocutores não válidos para um diálogo do sistema político com o movimento estudantil. De onde decorre que a aproximação paternalista francamente procurada pelo MEC em relação aos Diretórios Acadêmicos das outras escolas — transforma-se, no caso do estudantes legalmente "desorganizados" da USP, em frio distanciamento, desejado pelos alunos e ainda não rompido pelas autoridades.

Atuação livre x atuação pelos partidos

A crise no ensino superior brasileiro, em especial a da ECA, certamente ainda comporta muitas lições. Lições que não de revelar-se, provavelmente, úteis para a análise da situação política nacional em geral e do movimento estudantil, em particular. Os estudantes encontram-se, no momento, em busca de novos caminhos e no centro de sua procura está a polémica diretório versus centro acadêmico, tanto quanto a polémica atuação livre versus atuação através dos partidos políticos. O sistema político nacional — situação ou oposição — também se encontra atualmente empenhado na procura de fórmulas capazes de absorver determinados setores sociais, os jovens e os estudantes em primeiro lugar. Nunca será demais, portanto, a reflexão permanente, serena mas crítica, de todas as manifestações significativas da atuação política dos estudantes e de suas relações com o comportamento político da sociedade global.



ECONOMIA

Quando uma significativa liderança empresarial se reúne para, sem motivos aparentes, homenagear um ministro (Mário Henrique Simonsen) e sugerir o enquadramento de outro (Severo Gomes) o que se estaria pretendendo?

UM NOVO DELFIM?

Não foi para uma simples amenidade que quase mil empresários se reuniram no dia 1º passado, no luxuoso salão de banquetes do Hotel Glória do Rio, para um jantar em homenagem ao ministro Mário Henrique Simonsen. Afinal, o ministro da Fazenda não estava fazendo anos e nem se comemorava algum evento especialmente importante. Através de suas entidades de classe e de figuras representativas como Mário Garnero (presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores, que reúne a Volkswagen, a GM, a Ford, etc), Amador de Aguiar (diretor-presidente do Bradesco, o maior banco particular do país) e José Luiz Moreira de Souza (presidente da Associação dos Dirigentes das Empresas de Crédito, Financiamento e Investimento), os empresários deram ao banquete o significado de uma manifestação política, na qual expressaram publicamente sua tomada de posição em apoio ao ministro Simonsen diante de uma suposta discussão que haveria dentro do regime em torno da condução da política econômica (e que estaria contrapondo o ministro Simonsen ao ministro Severo Gomes). Ao mesmo tempo, os comensais do banquete expressaram claramente que consideram o ministro da Fazenda o seu porta-voz autorizado dentro do governo.

A realidade econômica desse ano não é a mesma de 74 ou 73, disse o presidente da Confederação Nacional das Indústrias (CNI), Thomas Pompeu de Souza Brasil, que falou em nome dos empresários. E apresentou dois indicadores importantes da conjuntura econômica: na região Rio-São Paulo, a mais industrializada do país, o consumo de energia elétrica — um dos melhores indicadores para medir a intensidade da atividade econômica — cresceu apenas 4,5% no primeiro semestre desse ano, quando seu aumento no mesmo período de 73 foi de 10,5%, e, em 74, de 12,4%. Além disso, também no período de janeiro a junho desse ano, as reservas cambiais do Brasil — fator essencial para manter a credibilidade externa do país — sofreram uma baixa de 1,2 bilhão de dólares. O presidente da CNI disse que, apesar disso, os empresários confiam firmemente na retomada do processo de rápida expansão da economia, desde que o governo atenda a alguns "requisitos" essenciais na condução da política econômica.

Muitos dos que estavam participando do banquete esperavam ouvir em seguida a repetição dos conhecidos argumentos contra a "estatização da economia", como tem sido a tradição desses últimos tempos. Mas o recado que veio foi outro: a principal exigência apresentada ao Ministro Simonsen foi a "eliminação das contradições existentes no governo, geradas, sobretudo, pela dicotomia entre conceitos e atitudes relativos à participação do capital estrangeiro para o desenvolvimento". E palmas prolongadas irromperam quando o orador, com voz firme, declarou que "não há porque temer uma influência maléfica do capital estrangeiro num país em que a economia atingiu as nossas dimensões..."

Que fatos estariam preocupando os empresários, a ponto de fazê-los esquecer por um instante a ladainha da campanha contra a estatização para começar uma outra em defesa do capital estrangeiro?

Não constitui política oficial do regime, insistentemente repetida, que se considera imprescindível a colaboração do capital estrangeiro e que o estado brasileiro se encontra suficientemente aparelhado para enfrentar suas eventuais pressões? Mais precisamente, não tem repetido tanto o general Geisel, como o ministro Simonsen, que um dos aspectos mais decisivos na atual conjuntura econômica é se conseguir o equilíbrio do balanço de paga-

mentos (que registra as transações do país com o exterior) a fim de se evitar o crescimento do endividamento externo e que o aporte de capitais externos é essencial para se alcançar esse objetivo? O próprio ministro Simonsen disse naquela noite que todos os esforços estão sendo feitos para que não se abale "um dos mais preciosos ativos acumulados nos últimos anos: o alto nível de credibilidade internacional" e que "por muito tempo o Brasil deverá complementar a poupança interna pela absorção de capitais estrangeiros de empréstimo e de risco".

Se não bastassem essas definições claras, ainda é de se estranhar que as chamadas "classes empresariais do Brasil" — pois foi em nome dessa expressão que o presidente da CNI falou — estejam tão preocupadas com a defesa do capital externo, que lhes faz frequentemente uma destrutiva e desleal concorrência. A não ser que, por trás das palavras do presidente da CNI estejam realmente expressos os interesses do grande capital internacional e dos empresários locais a eles associados ou que estes só veem possibilidade de bons negócios desde que se limitem à condição de caudatários do capital estrangeiro. E nesse sentido os temores se dirigem às palavras do ministro Severo Gomes que tem empregado vocabulário ligeiramente diferente.

Na sua já famosa conferência diante de estagiários da Escola Superior de Guerra, o ministro Severo Gomes disse que "o ingresso de capitais estrangeiros na economia brasileira deve ser considerado dentro de nova perspectiva histórica" (sem no entanto precisar o que isso significa) e em outro trecho referiu-se à necessidade de evitar o agravamento "de um tipo de interdependência externa que mutila a capacidade de decidirmos sobre o nosso próprio destino". Mais recentemente, o Ministério da Indústria e do Comércio proibiu a operação de transferência do controle acionário da Cónsul à Philips por considerá-la "inconveniente ao interesse da política de desenvolvimento industrial do país". Já é que talvez os setores empresariais que falam pela boca do presidente da CNI localizam as "contradições existentes dentro do governo" entre "conceitos e atitudes relativos à participação do capital estrangeiro". O ministro Simonsen seria privatista, pragmático, realista e avesso a qualquer tipo de "xenofobia"; e o ministro Severo Gomes seria estatizante, "nacionalista", desafinador do coro. Além de uma opção ostensiva por Simonsen, as "classes empresariais do Brasil" ainda viram a necessidade de alertá-lo para que se não desfaça o clima de confiança com o capital externo, pois "não há nada de mais volátil".

O governo, por seu lado, nega que esteja obrigando tendências contraditórias. No jantar do Hotel Glória, ao responder o discurso do presidente da CNI, Simonsen procurou descaracterizar a conotação pessoal da manifestação dizendo que a entendia "como uma homenagem à equipe que trabalha coesa e harmoniosamente sob o comando do presidente Geisel". Ao mesmo tempo, na nota do Ministério da Indústria e Comércio sobre o caso Cónsul-Philips divulgada na semana passada, fica claro que foi "o governo" e não o ministro Severo Gomes, quem julgou a transação inconveniente. Talvez se poderia dizer que o governo, sem modificar sua política global frente ao capital externo, devido inclusive à total primazia do balanço de pagamentos na condução da política econômica, está procurando conter o avanço do capital estrangeiro dentro de certos limites, evitando que ele se aposses de algumas indústrias modernas ainda não desnacionalizadas. A Cónsul seria um caso típico: juntamente com a Semp, era uma das poucas grandes do setor de eletrodomésticos ainda controladas pelo capital nacional. A

tentativa de se evitar a sua desnacionalização significaria manter o atual quadro das dez maiores no setor: em vez de todas elas serem estrangeiras, pelo menos duas continuariam nacionais. Mas mesmo para por em prática esse tímido objetivo, as dificuldades operacionais são enormes. Não há legislação que impeça esse tipo de operação e, como ficou demonstrado no banquete do Hotel Glória, a ação do governo gera desconfianças junto ao "volátil" capital externo, acostumado em não ter nenhum tipo de obstáculo em sua frente, como seria o caso do ministro Severo Gomes. Aparentemente o governo pretende praticar uma política que nem ele próprio está aparelhado para executar e nem encontra as bases de sustentação favoráveis a ela uma vez que os setores empresariais que poderiam apoiá-la não somente não participam da condução da economia como também não tem voz ativa nas entidades de classe.

O desafio do novo ciclo

Seriam maiores ainda as dificuldades encontradas pelo governo para realizar um outro objetivo proclamado: o de assegurar ao capital nacional uma destacada participação no novo ciclo produtivo que se pretende abrir na economia brasileira, isto é, o de implantar aqui uma indústria de bens de capital e de insumos básicos para substituir as máquinas e equipamentos que hoje são importados. Na semana passada, numa conferência no Senado, o presidente do BNDE, Marcos Viana, depois de exaltar a contribuição das corporações internacionais ao desenvolvimento do país e de afirmar que elas estão perfeitamente controladas, reconheceu que "as empresas estrangeiras ingressaram particularmente nos ramos modernos do setor secundário brasileiro" (leia-se da indústria brasileira). E perguntou: "No momento histórico anterior, a empresa privada nacional ficou à margem, particularmente quando da substituição de importações nos setores da indústria naval e automobilística. Participará ela agora preponderantemente na substituição de importações de bens de capitais e insumos básicos?" Declarou que o "desafio que temos diante de nós é incomparavelmente maior que o do passado", pois as importações a serem substituídas (de bens de capital e insumos básicos) "exigem empreendimentos que se caracterizam por super-alta densidade de capital (projetos de várias centenas de milhões de dólares) e super-alta densidade de tecnologia (equipamentos pesados para indústria nuclear, por exemplo)". O presidente do BNDE — órgão há pouco tempo acusado pelo *Jornal do Brasil* de possuir uma "quinta coluna" estatizante — declarou acreditar que o desafio será enfrentado com sucesso, pois "nunca, em tempo algum, foram concebidos e ativados de fato mecanismos tão imaginosos e vigorosos de apoio à empresa privada nacional como no atual governo". Isso poucos dias depois da reunião dos 800 empresários no Hotel Glória para reclamar do ministro Simonsen a eliminação de atos e palavras "contraditórias" frente ao capital estrangeiro. Aparentemente, pelo menos os comensais do banquete estavam pouco preocupados com os vigorosos "mecanismos de apoio à empresa privada nacional" a que se referiu o presidente do BNDE e com o processo de substituição das importações de bens de capital e insumos básicos. Para modificar este quadro, o governo teria antes que reconquistar e encorajar os setores empresariais verdadeiramente interessados em assumir este processo. E talvez, outros ministros, além de Simonsen, passassem a receber banquetes de homenagem.

UM NOME SUJO NA PRAÇA

CONSUMO

Brandindo a ameaça de denuncia-los ao SPC — um serviço que mantém em arquivo o nome das pessoas que não pagam suas dívidas — algumas lojas estão obrigando seus ingênuos fregueses a pagar juros extorsivos e a aceitar mercadorias estragadas

Antonio Possidonio Sampaio

O dia do casamento se aproximava e Waldir Antonio Bueno da Silva, o noivo, precisava comprar os móveis. Sua primeira idéia foi igual à de todo mundo: leu anúncios nos jornais, prestou atenção na televisão e, feita a seleção prévia, partiu para as lojas. O mingado orçamento não lhe permitia pagar à vista, mas isso não importava muito. Nas vitrines das ruas centrais da capital paulista os letrados anunciavam "crédito automático", "tentação", "compre agora e comece a pagar em janeiro".

Depois de dar algumas voltas pela cidade, Waldir encontrou em uma das lojas "Gabriel Gonçalves" os móveis apropriados para sua casa e seu orçamento: um dormitório, um conjunto estofado e um colchão, tudo por 2,6 mil cruzeiros divididos em prestações. Deu cem cruzeiros de sinal, assinou alguns papéis em branco e ficou de voltar à loja depois para retirar o carne das prestações. Saiu satisfeito, mas a alegria durou pouco.

Quando foi buscar o carne viu que devia 3,6 mil cruzeiros e não os 2,6 mil combinados. E foi avisado de que só poderia tirar os móveis dali a quatro meses. Reclamou, protestou, disse que os juros eram extorsivos, pediu para desfazer o negócio, tudo em vão: a Gabriel Gonçalves, afinal, tinha em seu poder o contrato de financiamento e a nota promissória assinadas por Waldir. Além dos cem cruzeiros do sinal.

O vendedor da loja, porém, num rasgo de benevolência, fez uma proposta: o negócio ficaria desfeito se Waldir lhe pagasse mais setecentos cruzeiros (além dos cem já pagos). Caso contrário, a solução seria pagar mesmo os móveis dentro de quatro meses e pagar direitinho as prestações para evitar que seu nome fosse remetido ao Serviço de Proteção ao Crédito — o poderoso SPC.

Depois de ficar com o nome devidamente sujo pela Gabriel Gonçalves, Waldir contratou um advogado, Sérgio Piccolo e moveu uma ação declaratória contra a loja. Wilson de Toledo Silva — o juiz da terceira Vara Cível de Santo André — deu razão a Waldir (que não retirara os móveis), declarou o débito inexistente e mandou o SPC tirar o seu nome da lista de maus pagadores. A decisão foi depois confirmada pelo primeiro Tribunal de Alçada Civil de São Paulo.

Mas isso não quer dizer que o consumidor esteja protegido contra vendedores inescrupulosos. A história de Waldir começou em 1972 e só agora, em 1975, foi definitivamente encerrada. Enquanto durou, o nome de Waldir Antonio Bueno da Silva ficou registrado como o de um mau pagador na lista do SPC e ele não pode comprar nada a crédito. Além disso, há outra questão importante: quantos consumidores ludibriados como Waldir procuraram um advogado para se defender?

A grande maioria simplesmente paga a mercadoria mesmo com os preços elevados para se livrar da ameaça do SPC. É comum, inclusive, o cidadão receber uma mercadoria usada, defeituosa ou com vícios ocultos e pagar para evitar enigma. Os advogados, quando procurados, reportam-se ao Código Civil (de 1916, totalmente superado) que estabelece um prazo de quinze dias entre a entrega da coisa estragada e a ação judicial para rescindir o contrato ou pelo menos obter um desconto. Quinze dias passam muito depressa.

Pedro Sales, por exemplo comprou um acordeão na Utilbrás. Foi-lhe entregue um instrumento todo amassado e com o fole furado. Desconhecendo a exiguidade do prazo para mover uma ação contra a empresa, deixou para cuidar do assunto dali a alguns dias. Quando procurou um advogado já não havia tempo para nada. Suspendeu os pagamentos e seu nome foi para o SPC. E só saiu de lá quando Pedro Sales resolver pagar tudo direitinho.

Com a ampla utilização do sistema de crédito direto ao consumidor praticamente desapareceram das vitrines os cartões com o preço da mercadoria exposta, substituídos por outros que informam apenas o valor das prestações (inclusive, às vezes, omitindo o número de prestações). Como o crédito é "automático" (desde que o nome da vítima não esteja na lista do SPC), o consumidor em geral assina a documentação em branco antes de receber a mercadoria. Depois recebe o que a loja quiser entregar. E não deve deixar de pagar.

Um serviço à margem da lei

O Serviço de Proteção ao Crédito é um departamento

da Associação Comercial e se propõe a proteger lojas, bancos e financeiras contra o caloteiro. Além do SPC há cerca de trezentos outros órgãos do gênero espalhados pelo país. Eles relacionam os nomes e endereços dos devedores cujos títulos foram parar no cartório e recebem outras informações das empresas associadas. Essas informações ficam à disposição dos associados. Apesar de sua importância no mundo dos negócios, não existe no Brasil qualquer legislação disciplinando a ação desses organismos de proteção ao crédito.

A falta de legislação pertinente facilita a entrada de qualquer associado, inclusive a de comerciantes que usam o órgão exclusivamente como meio de chantagem. A simples menção da possibilidade de enviar o nome do freguês para aqueles departamentos é suficiente, às vezes, para fazer um cidadão pagar mais do que o combinado ou engolir uma mercadoria defeituosa. Certos comerciantes cobram "taxas" para fornecer a declaração de que o comprador já pagou determinada dívida atrasada, podendo portanto sair da lista negra.

Além de pagar pela declaração, o comprador poderia ser ainda extorquido também no órgão protetor do crédito: algumas agências cobram "taxas" assustadoras. Outras ameaçam antecipadamente. A Sabic de São Paulo Ltda., por exemplo, promete aos seus futuros associados "ameaças e tomadas de providências judiciais nos casos mais difíceis e a retirada de mercadorias quando da impossibilidade do cliente liquidar seu débito". (A promessa está nas circulares que a Sabic remete oferecendo seus serviços à indústria e ao comércio). A mercadoria apreendida por falta de pagamento é, em geral, enviada para outros compradores, já usada, como se fosse nova.

E mesmo nos organismos aparentemente mais sérios do que a Sabic, há enganos que podem prejudicar inocentes. João Braga, por exemplo, é um operário que comprou roupas na loja Duton (encampada pela Duca). Atrasou algumas prestações e seu nome foi enviado ao Serviço Central de Proteção ao Crédito. Algum tempo depois ele pagou toda a dívida e a Duca lhe forneceu a declaração que tudo estava certo. Com o papel na mão, foi ao SPC. Lá, foi informado de que "o seu crédito só será reabilitado daqui um ano".

O fim do farmacêutico magistral

Os remédios fabricados pelos laboratórios são, em geral, mais caros que as fórmulas manipuladas pelos antigos farmacêuticos "magistrais". Mas estes estão desaparecendo em parte devido a um hábito brasileiro: comprar remédio sem receita

Luis Nassif e J.R.A.

Entre os brasileiros há um curioso e difundido hábito: em caso de doença, dispensa-se o médico e a receita e se procura uma farmácia para comprar o remédio indicado. Não se pode dizer que essa prática seja a mais adequada para o tratamento da saúde, pois a medicação errada frequentemente leva ao agravamento do estado do paciente. Outra coisa que não se pode dizer é que ela seja saudável para o bolso do doente.

Sabe-se que para curar qualquer inflamação alérgica, a pomada é Omcilon, produzida pela Squibb. Um frasco de dez gramas custa treze cruzeiros e resolve o problema. Se o freguês, porém, fosse a uma farmácia "magistral" — como a velha "Ao Veado de Ouro" ou a "Drogamarques", em São Paulo e pedisse ao farmacêutico a mesma fórmula da Omcilon, manipulada pelo próprio farmacêutico o problema seria resolvido com apenas 4,50 cruzeiros: pouco mais de um terço do preço cobrado pelo labora-

tório industrial. A única desvantagem é que demora um pouquinho para o farmacêutico magistral manipular os ingredientes: dez miligramas de acetona — triamicinona, 2,5 miligramas de gramicidina e 25 miligramas equivalentes em sulfato de neomicina, completando os dez gramas com gel de petrolato e polietileno.

Nos resfriados mais fortes o costume é deixar o tratamento por conta de um farmacêutico qualquer que, reduzido hoje a um mero comerciante, vai curar com o que há de mais caro na prateleira. Ou então procura-se um remédio receita pelo vizinho. Suponha-se, neste caso, que o curioso tenha "receitado", para a tosse, o xarope "Diolasa". Custa dez cruzeiros o vidro de 150 gramas. Numa farmácia magistral, duzentos gramas custariam a metade: cinco cruzeiros pela mistura nas proporções corretas, de benzoato de sódio, o cloridrato de etilmorfina, as tinturas de lobélia e de beladona e os xaropes de seiva de pinho e de alcátraz.

O fato do farmacêutico magistral demorar um pouquinho para formular a receita não chega a ser problema para o consumidor. O mais difícil é encontrar uma farmácia onde um farmacêutico competente, amparado no "Remington" — velho e clássico glossário de fórmulas medicamentosas — formule, para cada caso, um remédio específico, sem ingredientes a mais ou a menos, como ocorre quando se compra um remédio formulado numa indústria. Esse tipo de farmácia quase desapareceu.

Na década de vinte, todas as farmácias eram magistrais: os farmacêuticos compravam as drogas nas drograrias — distribuidoras dos laboratórios industriais — e avariavam as receitas específicas para cada doente. Nos anos trinta, as indústrias iniciaram sua ofensiva publicitária junto aos médicos, que por questões de comodidade e de "status" — convencional-se que médico bom era o que conhecia as últimas novidades — passaram a receitar cada vez mais as formulações industrializadas.

Em 1939 o coronel João Alberto — então chefe da Coordenação Econômica de Getúlio Vargas — tabelou o preço dos remédios como parte do esforço de guerra. A formulação industrializada custava, naquele tempo, menos do que a manipulada: afinal, quem fornecia os ingredientes para a manipulação eram os próprios laboratórios industriais. Na década de cinquenta, a concorrência dos manipuladores já estava eliminada, e os laboratórios iniciavam a guerra entre si, com uma enxurrada de produtos similares. O farmacêutico, então já transmutado em

comerciante de similares industrializados começou a ficar em dificuldades até mesmo para se manter nessa nova profissão.

A distorção, nos anos sessenta, já era tão grande que o público preferia comprar nas drograrias (simples entrepostos comerciais de drogas) ao invés de aviar sua receita na farmácia: o remédio industrializado dominava totalmente o mercado e, na distribuidora (drograria) custava menos, evidentemente, do que o mesmo remédio industrializado, revendido na farmácia. O golpe de misericórdia veio com a resolução 7/a do conselho Interministerial de Preços (CIP), regulamentando em 22,5 por cento os descontos concedidos pelos laboratórios às farmácias. Quem fornece a etiqueta do preço é também o laboratório. O farmacêutico é forçado a manter em estoque cerca de trinta mil marcas de remédios (ao invés dos poucos ingredientes básicos necessários antigamente) e, a cada novo aumento de preços concedido pelo CIP às indústrias, perde capital de giro porque nem sempre o laboratório lhe dá etiquetas novas para a remarcação. (Se o farmacêutico for obrigado a vender mais barato, vende mais depressa, raciocinam os laboratórios).

Essa similaridade (que permitiu à Central de Medicamentos reduzir a 293 fórmulas básicas aquelas trinta mil) é defendida de unhas e dentes pela Abifarma (Associação Brasileira da Indústria Farmacêutica) que alega: "não existem dois organismos iguais, e para cada caso o médico tem de dispor de mais de uma opção". Levado às últimas consequências, o raciocínio poderia pretender que os

farmacêuticos mantivessem em estoque cerca de cem milhões de marcas similares — uma para cada brasileiro.

Mas nem é preciso tanto para se perceber que a solução está exatamente na volta às farmácias magistrais. Mesmo porque, o produto industrializado só foi mais barato do que o manipulado enquanto durou a guerra dos laboratórios estrangeiros contra as farmácias. Hoje, como se vê nos dois exemplos — do Omcilon e do Diolasa — o farmacêutico magistral poderia fazer quase todas as formulações por preços muitas vezes inferiores aos cobrados pelos misturados industriais.

Mas essa solução não interessa, é claro, aos laboratórios estrangeiros. Afinal, os brasileiros gastaram seis bilhões de cruzeiros (ou seis trilhões antigamente) em remédios no ano passa-

do, e as indústrias não pretendem abrir mão desse mercado. E dificultam ao máximo a vida dos escassos e rentes farmacêuticos magistrais remanescentes, boicotando-lhes a matéria prima.

Um bom exemplo é o das cápsulas gelatinosas, dentro da qual se colocam medicamentos granulados ou pulverizados. Só o laboratório Lilly produz essas cápsulas no Brasil. Alegando problemas relacionados ao tráfico de psicotrópicos nas fronteiras, um ex-diretor do Serviço Nacional de Fiscalização de Medicina e Farmácia proibiu a Lilly de vender cápsulas a qualquer organização que não fossem os laboratórios industriais. Essas cápsulas, que o farmacêutico está proibido de comprar, são as mesmas que a Lilly vende para a fábrica de brinquedos Estrela para fazer um joguinho infantil: o conhecido "salta feijão".

THEATRE

JUCA DE OLIVEIRA

Ricardo III

WILLIAM SHAKESPEARE

Cenografia e Figurinos GIANNI RATTO

Taducto: Mariângela Alves de Lima e Carlos Queiroz Teles

direção: ANTUNES FILHO

Horários: de 2. a 5., 21 hs.
Sábados, 19 e 22 hs. Domingos, 18 e 21 hs.

TEATRO MUNICIPAL

Preços populares - Curta temporada: até 24 de Agosto.
Sob o patrocínio da Sec. Mun. de Cultura. Censura: até 14 anos.

Caso Cônsul

Ataque, contra-ataque e defesa



O ataque — Rio, 1º de agosto. Hotel Glória. Só houve um momento em que o discurso de Thomaz Pompeu de Souza Brasil Netto, presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI) foi interrompido por palmas no banquete de 800 talheres em homenagem ao ministro da Fazenda. Foi quando o encanecido presidente do órgão máximo da indústria brasileira pediu a eliminação das "contradições existentes no governo, geradas, sobretudo, pela dicotomia entre conceitos e atitudes relativos à participação do capital estrangeiro para o desenvolvimento. O presidente da CNI considerou como "fundamental o aporte de capital externo" para viabilizar o desenvolvimento do país.

O contra-ataque — Brasília, 5 de agosto. O ministro da Indústria e Comércio, Severo Fagundes Gomes, anuncia uma decisão inédita na recente história econômica do Brasil. Em nota oficial, divulgada ao final da tarde, o Ministério informou que o governo resolveu não autorizar a venda da Cônsul para a Philips N.V., da Holanda. Dias antes, quando o negócio já era dado como acertado, Severo declarou à imprensa que a decisão governamental ainda não tinha sido tomada e "quando o for, deverá resultar de um debate entre todos os ministros da área econômica."

São Paulo, 6 de agosto. Afonso Brandão Rennel, da Semp Rádio e TV, e Eugênio Staub, da Gradiente, enviam telegramas ao ministro Severo Gomes, elogiando-o pela decisão. "Em boa hora, o governo reconheceu que a defesa da empresa privada nacional" — diz a mensagem de Staub — "transcende o âmbito de seus principais acionistas e que a sua alienação a grupos estrangeiros enfraquece o poder nacional."

A defesa — Brasília, 7 de agosto. O Conselho Interministerial de Preços (CIP) esteve reunido, a nível ministerial, para examinar os balanços da Cônsul. O objetivo é apurar se a empresa não teria mais condições de operar sob o controle do CIP não lhe ter concedido os aumentos solicitados, comprometendo a sua rentabilidade, conforme havia afirmado o diretor-presidente da Cônsul, Wittish Freitas.

São Paulo, 7 de agosto. Thomas Rannach, dirigente da General Electric, desmente a notícia de que sua empresa vá adquirir o controle da SEMP. O que existe de concreto, diz ele, são planos para associação das duas empresas em uma terceira, na qual a GE seria minoritária.

Capital estrangeiro

Agora, a sutil penetração

Ricardo Bueno

A rápida penetração do capital estrangeiro na economia brasileira nos últimos anos realizou-se através de dois caminhos principais: instalação de subsidiárias das grandes corporações internacionais ou compra de empresas nacionais (fenômeno conhecido como desnacionalização).

Uma nova tendência dos investidores estrangeiros começou, no entanto, a se esboçar desde 1972 e ganhou força a partir do ano passado: a participação minoritária em empresas nacionais (as famosas joint-ventures). "O investidor estrangeiro não exige mais a participação majoritária ao aplicar no Brasil, como acontecia há 10 anos. Está disposto, até mesmo, a ser sócio minoritário se conseguir rentabilidade de 15%, no caso dos norte-americanos e de pelo menos 20%, quando se trata de europeus. Estes são alguns dados do perfil do investidor estrangeiro, traçado pela empresa de planejamento e marketing "Simonsen Associados", revelou recentemente o *Jornal do Brasil*.

Quais as razões que teriam levado o investidor estrangeiro (que evidentemente não é parvo) a adotar esse novo tipo de comportamento empresarial? Uma delas certamente é evitar o desgaste político, causado pelas acusações de que as empresas internacionais monopolizam amplos setores da economia brasileira. A Continental Can — uma das maiores corporações norte-americanas — para abocanhar uma apreciável fatia do mercado nacional de folha de flandres e ficar a salvo de ataques de que desaja dominado, em vez de instalar uma subsidiária aqui, comprou 40% das ações da principal empresa brasileira do setor e agora goza de confortável proteção do nome da Metalúrgica Matarazzo.

A outra razão (também bastante evidente) é a oposição do governo a que empresas nacionais que ocupem posição de destaque em seus setores, passem para as mãos de grupos externos. A Philips (trust holandês) está tendo atualmente sérias dores de cabeça porque

resolveu assumir o controle acionário da Cônsul — uma das 10 maiores firmas brasileiras do setor eletro-eletrônico. O BNDE fez restrições à venda porque a Cônsul recebeu financiamentos do banco, que agora beneficiaria a Philips. O Ministério da Indústria e Comércio também não a vê com bons olhos, porque contraria a política oficial de apoio à empresa privada nacional. E o Banco Central, por sua vez, ameaça embargar a transação porque os acionistas majoritários da Cônsul venderam suas ações a 4 cruzeiros, sem conceder o mesmo privilégio aos acionistas minoritários, que não podem obter pelas suas, cerca de 2 cruzeiros, que é a quanto estão cotadas em Bolsa.

As formas sutis de controle

Há, no entanto, razões mais sutis, camaleônicas, que também ajudam a explicar a aparentemente estranha preferência dos investidores estrangeiros pelas associações minoritárias. E uma das principais é que mesmo sem ter a maioria das ações de uma empresa, o sócio externo pode controlá-la ou pelo menos ter grande influência sobre os seus destinos. Como? Através, por exemplo, do chamado Contrato de Acionistas que define a distribuição dos cargos de diretoria e o número de votos exigidos para que sejam tomadas decisões. A Amazônia Mineração (AMSA) — empresa formada pela Vale do Rio Doce (com os 51% das ações) e a United States Steel (com os 49%), restituiu para explorar o minério de ferro da Serra dos Carajás, no Pará — ilustra magnificamente esse caso. Sua diretoria é formada por 4 membros da Vale e 3 da U.S. Steel. Para a aprovação de qualquer coisa são precisos, pelo menos, 5 votos. Isso significa, na prática, que a empresa americana pode barrar o andamento do projeto à hora que quiser. Já na Usiminas — usina siderúrgica estatal em que a Nippon Steel tem 20% das ações — o artigo 6º do regimento interno determinava até pouco tempo que nenhuma decisão poderia ser tomada

sem a concordância do representante japonês, que ocupa a diretoria administrativa.

O minoritário sócio estrangeiro ainda possui outras poderosas armas, que frequentemente permitem que tenha a firma nacional nas mãos, como o controle da tecnologia e dos canais de comercialização. Nesse caso, ele determina não só o que a empresa produzirá (para vender em geral no mercado externo), mas também como produzirá. A Kelson's — uma das maiores produtoras brasileiras de artigos de plástico — aceitou há alguns anos vender uma pequena parte de suas ações aos japoneses porque estes se comprometeram a colocar quase toda sua produção no Japão. Em troca exigiram, no entanto, que a firma nacional fabricasse os artigos por eles determinados e utilizasse know-how nipônico. Essa transação foi desastrosa para os sócios brasileiros: a empresa ficou de tal maneira subjugada, que acabou sendo vendida aos capitalistas orientais.

Mesmo que tenha apenas o domínio dos canais de comercialização (sem nenhuma influência, portanto, na área tecnológica) uma empresa estrangeira pode impor as regras do jogo às firmas nacionais. A poderosa trading company G. Itoh, por exemplo, está exigindo das companhias cuja produção coloca no mercado internacional, que aceitem sócios nipônicos minoritários ou assinem contratos de assistência técnica ou administração. Caso contrário, suas exportações (que às vezes representam parte significativa da produção) minuarão.

Além disso, não constitui segredo que muitas empresas estrangeiras produtoras de bens finais estão forçando as firmas nacionais que são suas fornecedoras a aceitarem sócios de outros países sob pena de não receberem mais pedidos. O caso mais evidente são as pressões da indústria automobilística para que as produtoras de auto-peças (em geral, pequenas e médias empresas brasileiras) recebam de braços abertos parceiros estrangeiros. Essas pressões são conse-

quência direta do fato de que as companhias internacionais desdobram que ser sócio minoritário de firmas brasileiras é politicamente cômodo e permite controlar os negócios. E as joint-ventures ainda apresentam duas vantagens adicionais. "As empresas estrangeiras conseguem mais facilmente os contratos de assistência técnica, através dos quais também aumenta sua taxa de lucro, pois pode-se considerar que parte da tecnologia vendida sai em forma de lucro (remessa disfarçada)", assinala a publicação para homens de negócios *Relatório Reservado*. E as associações permitem também o acesso ao crédito oficial, já que o BNDE classifica como empresa nacional a que tem 51% de suas ações em poder de brasileiros, sem se preocupar muito em saber se são eles efetivamente quem dão as cartas.

O Estado como sócio

Em março deste ano, a mundialmente famosa International Telephone and Telegraph (ITT) deu uma informação a princípio surpreendente: estava disposta a transferir o controle acionário de sua subsidiária, Standard Electric do Brasil, a capitais nacionais, ficando com 49%.

A ITT explicou dias depois que a Standard Electric obtivera péssimos resultados em anos recentes e queria passar a maior parte desse "abacaxi" por nada menos que 500 milhões de cruzeiros para grupos nacionais (devido ao valor da transação só a empresa estatal Telebrás teria condições de comprá-la). Além disso, a ITT desejava como sócia minoritária transformar-se em vendedora de tecnologia e assistência técnica conseguindo a colocação no mercado brasileiro do sistema de telefonia Metaconta, que lhe proporcionaria gordas receitas.

Mas, a principal razão dessa oferta de venda permaneceu oculta: devido às rígidas condições impostas pela Telebrás às concorrências no setor de telecomunicações, beneficiando as empresas nacionais, a Standard Electric estava com um mercado

restrito. E passando-a adiante a ITT dava um golpe de mestre: proprietária de um elefante branco cujos deficits ameaçavam eternizar-se, viraria sócia minoritária (porém com grande peso) da principal companhia brasileira de telecomunicações que certamente venceria inúmeras concorrências. Portanto, a principal meta da ITT era conquistar uma fatia do mercado de telecomunicações. E mais: sendo seu sócio o governo, haveria garantia de mercado que é um dos objetivos que as empresas estrangeiras mais perseguem.

Alguns técnicos oficiais já começaram a notar, aliás, uma tendência das companhias internacionais de desajarem o Estado, além das empresas privadas nacionais, como sócio em empreendimentos de grande porte a exemplo do que já vem acontecendo no setor petrolífero em que cada uma das partes fica com 33,3% das ações. Para o investidor estrangeiro, isso representa uma boa cobertura política, garantia de mercado e a certeza de que se o sócio privado nacional engusgar no meio do caminho o projeto não ficará comprometido porque o Estado está ali para "salvá-lo". O caso da Salgema S.A. — que visa à produção de soda cáustica e cloro em Alagoas — é um bom exemplo: os investimentos desse projeto, de que participavam o grupo Eivaldo Luz (com 45% das ações), o BNDE (10%) e a corporação americana Du Pont (45%), duplicaram de 70 para 140 milhões de dólares. O grupo Eivaldo Luz não aguentou cobrir sua parte nos investimentos e após longas negociações o BNDE acabou comprando suas ações e ficando com 55% do projeto. Posteriormente, essas ações foram repassadas à Petroquímica (subsidiária da Petrobrás) e o projeto está sendo tocado.

Portanto, é provável que nos próximos anos o capital estrangeiro penetre cada vez mais na economia brasileira de braços dados com o Estado e (ou) a empresa privada nacional. Para o investidor estrangeiro essa união deverá dar gordos frutos. Para o Brasil, custará caro.

Poluição

Uma semana exemplar

Três indústrias foram apanhadas devido à poluição: duas em Santo André (SP) e uma em Contagem (MG). Seria a ofensiva antipoluição? De sua parte, o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Theobaldo De Nigris, antecipou a defesa. Declarou à imprensa: "Existe uma psicose em torno do problema da poluição, com mais exageros do que realismo. Está se procurando fazer da indústria, o vilão da história".

Teria motivo de preocupação o presidente da Fiesp?

Na sexta-feira da semana passada, o prefeito de Contagem, Newton Cardoso, do MDB, assinou decreto mandando fechar a fábrica da Companhia de Cimento Portland Itaipu, que está entre as quatro maiores desse município industrial, ao lado de Belo Horizonte. Acusação: o despejo de 108 toneladas de pó de cimento, todas os dias, sobre seis bairros.

Dois dias depois, o prefeito de Santo André, Antonio Pezolo, Arena, utilizou pela primeira vez a recente e conside-

rada quase revolucionária legislação de controle do ambiente, para punir duas indústrias: de 30 dias de prazo para a Fosfer — Decapagem e Fosfatização — fechar e mudar para outro bairro, se quiser continuar no município; de também 30 dias para a Fundação Valparaíso reformar suas instalações (para obter o atestado de segurança do Corpo de Bombeiros) e instalar filtros antipoluição (para obter o laudo da Cetesb — Companhia Estadual de Tecnologia e Saneamento Básico, órgão do governo paulista).

Na sexta-feira, fiscais da Prefeitura deveriam fechar a fábrica da Itaipu em Contagem, para alegria dos moradores, já acustumados a ver as quatro chaminés da indústria espalhando o pó contra todos os regulamentos. Mas o fechamento foi adiado para esta segunda-feira.

Naturalmente, há outras centenas de fábricas poluidoras em Contagem e Santo André, cidades industriais que continuarão a bater recordes de poluição. Mas a semana passada, pelas três punições e pelas reações

que desencadeou, além de fatos paralelos, foi exemplar. Quem polui, quem é vítima, quem é culpado, quem é consistente, a quem serve todo o sistema — todos os personagens estiveram em ação.

Dona Maria das Dores, de Contagem, mãe de 12 filhos, diz que cinco deles sofrem de asma "por causa do pó da Itaipu". São vítimas — ela e seus filhos — mas vítimas porque querem, tal é a convicta argumentação da Companhia Itaipu. Contestando ação popular, a empresa afirmou ao juiz de Contagem que a cidade foi criada para a instalação de indústrias e não de residências, "não ser as necessárias ao funcionamento das próprias indústrias". Diz mais a Itaipu: culpada é a prefeitura de Contagem, que permitiu bairros residenciais em lugares reservados à indústria e que, por incompetência, não indicou os índices de poluição toleráveis, motivo pelo qual a Itaipu não pode saber qual equipamento precisava. Mas em nota publicada no dia 8, nos principais jornais do País, a Itaipu anuncia-va que já encomendou os fil-

tros, "os quais entrarão em funcionamento na dependência apenas do prazo de entrega, previsto para 11 a 15 meses".

A Itaipu já foi multada em 50 salários mínimos, recebeu vários apelos e advertências para instalar filtros. Não se preocupou, conforme explicava seu gerente-geral, José Carlos Silva, porque a lei nada obrigava, nem o prefeito tinha autoridade para fechar a fábrica.

Houve comportamento semelhante em Santo André. A Fosfer — que deve fechar — funcionava desde 1967 com alvará precário. Não se preocupou com a licença definitiva e ainda mudou processos de produção, e ampliou instalações. Em 1972, os moradores das proximidades começaram a reclamar de uma "fumaça escura com cheiro de gás misturado com ácido e querosene". Em 1973, a antiga Susam determinou que a Fosfer instalasse aparelhos antipoluição. A empresa ignorou o assunto.

A outra indústria punida em Santo André, a Fundação Valparaíso, foi advertida pela primeira vez em 1969; também deveria instalar equipamentos antipoluição. Quatro anos depois, a antiga Susam multou a Fundação várias vezes. O último prazo para reformas são os 30 dias dados pelo prefeito de Santo André.

Dir-se-ia que os prefeitos de Contagem e Santo André finalmente se convenceram da culpabilidade daquelas indústrias. Que seja um exemplo — diz o prefeito de Santo André, Uma ameaça?

Não foi uma ameaça que o presidente da Fiesp, na mesma quinta-feira, ouviu do secretário de Obras e Meio Ambiente do Estado de São Paulo, Francisco Fernando de Barros. O secretário pediu mesmo ao industrial que a Fiesp apresente relatório sugerindo formas de financiamento e outros planos (incentivos fiscais, prazos) que possam facilitar a aquisição de equipamentos de controle de poluição pelas empresas.

De Nigris julgou mesmo necessário lembrar que, em 1972, o então ministro do Interior, Costa Cavalcanti, foi ao Congresso do Meio Ambiente, em Estocolmo, para dizer que o combate à poluição não pode ser obstáculo ao desenvolvimento. De fato, não tem sido obstáculo aqui. No exato ano da conferência de Estocolmo, período em que o PNB do Brasil cresceu mais de 10 por cento, uma pesquisa da Fundação de Assistência à Infância de Santo André verificou que o número de crises de asma atingia o pico nos mesmos dias e semanas em que os índices de poluição atmosférica iam ao pico. O desenvolvimento precisa eliminar o ar?

Golpe na indústria eletrônica?

Ricardo Bueno

A associação dos fabricantes de aparelhos eletrônicos está ameaçada de sofrer uma cisão: as firmas nacionais acusam as estrangeiras de ameaçar sua sobrevivência.

Os três principais fabricantes brasileiros de televisores e aparelhos de som (Semp, Colorado e Gradiente) estão empenhados numa batalha vital contra seus concorrentes estrangeiros, Philco, Philips, Telefunken e Sylvania, que atuam no mercado nacional.

Uma manobra, que talvez indique o incoerente desejo de empresas de eliminar as companhias nacionais do setor, aconteceu há pouco mais de um mês quando o diretor da Philips e vice-presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (ABINEE), Domingos Martins, criticou a fabricação de televisores e aparelhos de som na zona franca de Manaus, Martins, que ultimamente alcançou certa notoriedade por suas insolentes declarações a respeito da compra da Consul pela Philips, dizia que as empresas

japonesas montadoras desses aparelhos (Sharp, Sony, Sanyo e outras) utilizando facilidades tributárias concedidas às indústrias instaladas na área, estavam praticando a "importação disfarçada". Esta consiste em enviar televisores sob a forma de componentes para Manaus, montá-los e transportá-los para o centro-sul, onde são vendidos a preços inferiores aos do mercado.

Aparentemente, a reivindicação do diretor da Philips era justa. Aparentemente apenas. Porque na verdade o principal objetivo das subsidiárias das empresas estrangeiras — que tem maioria na ABINEE — não seria dificultar a vida dos nipônicos, mas liquidar com a Semp, a Colorado e a Gradiente que recentemente fizeram grandes investimentos para instalar fábricas na Zona Franca. Elas possivelmente iriam à falência se não pudessem mais importar componentes com isenção de impostos para montar aparelhos de som e televisores

naquela região. Domingos Martins disse ainda que a ABINEE não concordava com a pretensão das empresas nacionais de impedir filiais estrangeiras de receber benefícios fiscais na Zona Franca.

Já há algum tempo a Semp, a Colorado e a Gradiente estão enfrentando problemas para obterem no mercado interno componentes eletrônicos, que — segundo afirmou seus diretores — quase sempre são defeituosos ou entregues com grande atraso. Quem são os fornecedores?

Philco, Philips, Telefunken, General Electric e outras empresas estrangeiras. Segundo um empresário nacional, que conhece bem esse setor, é praticamente impossível verificar a qualidade de cada componente. Isso exigiria testes demorados e caríssimos.

Não se pode submeter peça a peça a testes, mas apenas alguns de cada lote. E muitas vezes não se consegue detectar os componentes estragados. Resultado, o aparelho chega com defeito ao consumidor.

Para escapar dessa situação que consideram sabotagem das empresas estrangeiras, foi que a Semp, a Gradiente e a Colorado resolveram instalar fábricas na Zona Franca de Manaus. Agora importam os componentes sem pagar impostos, montam parte dos televisores e aparelhos de som lá e os enviam para suas fábricas na região centro-sul onde completam o trabalho.

O arsenal das chamadas "multinacionais" entretanto, é grande, e uma de suas armas mais mortais é o "dumping rotativo". Essa expressão significa simplesmente que as "multinacionais" se revezam na prática do dumping (vender a preços artificialmente baixos para eliminar concorrentes) para que nenhu-

ma delas seja pega em flagrante. Durante alguns meses, uma empresa estrangeira vende seus aparelhos (de televisão ou de som) com prejuízos. Encerrado seu "período de sacrifício", volta a vender os preços normais de mercado e uma de suas "irmãs" toma seu lugar. Esse esquema pode estar sendo exercitado pela seção brasileira do cartel mundial de televisores, que foi fundado a 1º de novembro de 1963 e revalidado em 31 de dezembro de 1972, segundo o documento *Export Cartels da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)* — entidade que congrega os países capitalistas avançados.

Esse dumping rotativo custa caro às empresas estrangeiras, que apresentam seguidamente prejuízos em seus balancetes e se mantêm graças às injeções de capital de suas matrizes. Seria esse o caso das empresas acusadas pelas nacionais. A Telefunken, por exemplo, vem perdendo dinheiro há quatro anos e recebeu da Alemanha nesse período cerca de 250 milhões de cruzeiros. Mas, segundo Eugênio Saub (diretor da Gradiente) e Afonso Brandão Hermal (diretor da Semp), foi devido ao dumping que a participação das empresas nacionais no setor de eletro-eletrônicos caiu em 10 anos de 70%, para 20%. Nesse período aproximadamente vinte firmas brasileiras passaram para o controle estrangeiro, faliram ou simplesmente fecharam as portas. Da lista das desaparecidas fazem parte a Windsor, Teleunião, Sibeal, Artel, Columbia, Millen, Polivideo, Pilot, Zilonag, Arandão e Campos, Emerson, Telexpark, Lancaster, Mundial, Invictus e Empire.

O caso da Empire

A história do fechamento dessa última empresa ilustra como as firmas estrangeiras atuam.

Em 1969 surgiu a idéia de se vender a Empire, que passava por momentos difíceis, segundo um depoimento feito há 3 anos pelo seu ex-diretor, Helio Spadari, a uma publicação paulista e até agora não publicado. A empresa era a terceira produtora nacional de televisores (acima da Philco e

da Philips) com vendas de sete mil aparelhos por mês e um faturamento de 4,5 milhões de cruzeiros. A primeira interessada em comprá-la foi a RCA Victor, que acabou desistindo por questões de preço. A Sylvania (empresa pertencente à ITT) apareceu então querendo tomar conta da Empire, que já recuara de sua decisão de ser absorvida por outra empresa.

"Mas as pressões foram muitas", afirmou Helio Spadari. "A Sylvania era uma das nossas fornecedoras e começou a dificultar o crédito e no fornecimento de componentes". No início de 1970 foi assinado um contrato pelo qual ela assumiria a direção da Empire e promoveria uma auditoria que confirmasse o balanço apresentado pela firma brasileira. A Sylvania chegou inclusive a propor que a Empire pedisse concordata, porque "esta seria a melhor forma de se ter todos os créditos à mão". A Empire não concordou com essa proposta, mas aceitou paralisar sua produção durante os sessenta dias necessários à realização da auditoria. Esta "decisão infantriz" foi, segundo Helio Spadari, a perdição da empresa porque no meio da auditoria a Sylvania desistiu da compra e a Empire ficou numa situação insustentável, tendo que pedir concordata em março de 1970, com um passivo de 60 milhões de cruzeiros. Em julho, quando a Empire já tinha liquidado cerca de 60% de suas dívidas, a Sylvania propôs nova negociação e acabou comprando a empresa por preço reduzido.

O poderio do cartel mundial de televisores é tão grande que a empresa norte-americana Zenith, — que o está acionando nos Estados Unidos e pedindo uma indenização de 900 milhões de dólares — com 26.000 empregados, um patrimônio líquido de 450 milhões de dólares e vendas anuais acima de 1,2 bilhão de dólares acha que não conseguirá resistir às práticas do cartel dos televisores.

O que dizer, então, da Semp, Colorado e Gradiente que faturam em conjunto apenas perto de sessenta milhões de dólares por ano?

EUA

"O grande roubo dos cereais"

Quando, no fim de julho, surgiram as primeiras notícias de que a União Soviética voltaria a comprar mais de 10 milhões de toneladas de cereais dos Estados Unidos, os estivaristas americanos se reuniram e decidiram boicotar o novo carregamento, caso o governo não apresente garantias contra a repetição do "catastrófico" episódio de 1972.

Apoiados condicionalmente pelo poderoso líder sindical Georges Meany, os 132 mil estivaristas alertaram o governo sobre os riscos de verem os interesses das multinacionais exportadoras prevalecerem sobre os interesses dos consumidores e contribuintes do país.

Em 1972, a venda aos soviéticos de 19 milhões de toneladas de trigo, milho e cevada contribuiu de modo decisivo para que o aumento do preço dos alimentos chegasse a nível jamais registrado desde o fim da II Guerra Mundial: 14,5%. Nesse ano, o preço do bushel de trigo (medida equivalente a 35,24 litros) subiu de 1,65 para 6 dólares. Como os cereais são amplamente consumidos na pecuária e na avicultura, o aumento incidiu profundamente sobre o preço do leite, dos ovos e principalmente da carne, itens que apresentam 50% das despesas dos norte-americanos em alimentação.

Para os contribuintes, os prejuízos foram igualmente altos. Um levantamento feito por subcomissões parlamentares mostrou que a operação, que rendeu lucros extraordinários às multinacionais exportadoras, custou aos contribuintes cerca de 300 milhões de dólares em subsídios pagos pelo governo para manter estável o preço acordado com os soviéticos.

Os agricultores, igualmente, pouco ganharam, uma vez que o negócio, sigiloso e fulminante, colheu a todos de surpresa: eles já haviam vendido as suas safras às exportadoras que, em convicção com altos funcionários do Departamento de Agricultura, conheciam de muito antes as necessidades da União Soviética.

Embora as suspeitas de manobra viessem a ser confirmadas pela transferência, dias antes do fechamento do contrato, do vice-presidente do Serviço de Crédito à Agricultura, Clifford Pulvermacher para a exportadora Bunge Corp. e do secretário-assistente de Agricultura, Clarence Palmy para a Continental Grain Co. o assunto foi encerrado pelo secretário da Agricultura, Earl Butz, com a afirmação de que "considerar o lucro como pecado não faz parte da tradição americana".

Na memória dos consumidores e contribuintes, no entanto, o episódio ficaria guardado como *The Great Grain Robbery* — O grande roubo de cereais.

Na semana passada, tentando dissuadir os estivaristas, Earl Butz, que também é diretor da multinacional *Ralston Purina* e chefe do lobby exportador de cereais do país, voltou a insistir que o impacto sobre os preços internos será "mínimo". E para prová-lo, falou novamente no custo do pão que com outros derivados de trigo e milho representa 17%, dos gastos com a alimentação e tem importância secundária se comparados aos alimentos de origem animal.

Em 1972, ele dissera a mesma coisa e havia motivos para o povo norte-americano acreditar que ele estava dizendo a verdade: sobrava no país um excedente recorde de 70 milhões de toneladas de cereais, amontoadas em 2 anos sucessivos de safras abundantes. A exportação, argumentava-se, longe de pesar sobre o bolso do contribuinte, iria aliviá-lo, uma vez que o governo deixaria de pagar o subsídio anual de 100 milhões de dólares aos plantadores de trigo, para cobrir custos de produção.

Agora, no entanto, é o próprio presidente da Junta Federal da Reserva, Athur Burns, quem adverte sobre o excessivo otimismo de Butz. Ele também está convencido de que a venda provocará um elevado aumento no preço dos alimentos, empurrando a taxa inflacionária para níveis ainda mais altos.

Matérias primas

O estilo brasileiro de defesa

Representando um país ao mesmo tempo importador e exportador de matérias-primas, a diplomacia brasileira evita uma aliança com qualquer dos blocos

Paulo Cezar

Quando, neste mês, tiver início em Paris a segunda Conferência Internacional sobre Energia e Matérias Primas, a posição brasileira não será exatamente a de apoiar os países que como o Brasil, produzem e exportam grandes quantidades de produtos básicos. Já se passaram três meses desde que fracassou, na mesma Paris, a primeira tentativa de reunir produtores e consumidores de petróleo. Os produtores, tendo à frente os árabes, não conseguiram superar a forte oposição dos países industrializados a que se discutisse juntamente com a questão do petróleo a comercialização de matérias primas em geral. Mas o Brasil ainda mantém a moderada proposta que formulou em abril: que se discutisse o petróleo e depois as demais matérias primas.

Os produtores de matérias primas não aceitaram a proposta brasileira por considerá-la equivalente à realização de duas reuniões diferentes, deixando de estender a importância do petróleo aos outros produtos básicos. Mas a justificativa do Itamaraty para ela é simples: o Brasil é ao mesmo tempo exportador de matérias primas e importador de petróleo. Assim, não se pode esperar apoio definitivo a qualquer dos dois blocos. "É como a estória do cobertor muito curto", explicam. "Se cobrirmos a cabeça, ficamos com os pés de fora".

Hoje, quando se articula uma segunda reunião, a proposta brasileira está revigorada pela adesão, em maior ou menor grau, do Japão, Inglaterra, Alemanha e dos Estados Unidos.

Com isso começa a configurar-se uma curiosa situação: na Conferência de Paris, o Brasil, grande produtor e exportador de matérias primas como o açúcar, o café e o ferro, deverá se perfilar ora entre os países industrializados do Ocidente ora a favor dos demais produtores de matérias primas.

Açúcar, ferro, Sela

A atuação do Brasil em outros campos da política de comercialização de produtos básicos repete, de certa forma, a adotada na Conferência de Matérias Primas. Quanto ao minério de ferro, por exemplo, onde nossa produção representa um "cobertor" que dá de sobra para a cabeça e para os pés, o governo tem insistido em

não adotar medidas de proteção dos preços.

Quando, em abril passado, em Genebra, foi criada a Associação dos Países Produtores de Ferro, o Brasil ficou numa posição moderada, entre os países mais entusiasmados com a idéia (Argélia, Índia e Venezuela) e o rígido Canadá, absolutamente contrário à Associação. Na época, Fernando Roquette Reis, presidente da Cia Vale do Rio Doce (a maior exportadora de minério de ferro do país) repudiou a idéia da criação de um organismo para defesa da comercialização e dos preços do ferro, alegando "questão de princípios".

"Os membros da nova organização", disse Roquette Reis, visam a proteção de seus interesses com a criação de um cartel internacional. O Brasil não

participará porque acredita que ganhará mais exportando em grandes quantidades". Mais tarde, porém, Roquette Reis voltou atrás. Durante seu depoimento à CPI das multinacionais, deu como "praticamente certa" a filiação do Brasil à Apef, fazendo questão de assegurar que "não terá a Apef poder igual à Opep, por suas características diferentes, de reunir países subdesenvolvidos, capitalistas e socialistas", ao passo que a força da Opep estaria no fato de ela "reunir poucos países com idênticos interesses raciais e religiosos".

O episódio da Associação de Países Exportadores de Açúcar da América Latina e do Caribe é tanto ou mais esclarecedor que o do ferro. Embora o Brasil seja o maior produtor de açúcar do mundo, limitou-se a um apoio genérico à organização, porque acha a idéia um tanto prematura. De qualquer forma, a Associação já conta com a adesão antecipada de praticamente todos os 21 países que, além do Brasil, participaram das

duas conferências de exportadores de açúcar do continente realizadas nos últimos meses.

Mas a mais recente demonstração deste estilo brasileiro de defesa de matérias primas foram as negociações, entre os Governos brasileiro, mexicano e venezuelano, para a criação do Sistema Econômico Latino Americano — SELA (ver Movimento nº 3), em que a adesão do Brasil, cheia de "mas" e "senões", se condicionou a que o organismo, que tem o objetivo de defender os interesses econômicos dos países latino-americanos, não se transformasse em um órgão de confrontação com os Estados Unidos. "É um estilo mais pragmático e menos explícito que o de outros países. Isto é, não ficamos gritando como os outros países, mas estamos sempre apoiando os organismos de defesa das matérias primas. É uma posição mais venenosa e mais conservadora", explica um diplomata do Itamaraty, justificando: "Pois assim evitamos o confronto com os consumidores".

LIVRARIA J.M. GOMES

Especializadas em obras políticas e humanas. Novidades das principais editoras nacionais e estrangeiras. Rua da Bahia, 1148, sala 603 — Belo Horizonte. Serviço Reembolso Postal.



O MUNDO

Portugal

DOIS PASSOS ADIANTE OU UM PARA TRÁS?

Um dilema do MFA: "avançar a todo vapor" no caminho da revolução-socialista — acreditando que o ataque é a melhor defesa — ou recuar, fazendo uma auto-crítica do triunfalismo?

Como em quase todos os recentes fins de semana em Portugal, também o último parecia prenunciar decisões cruciais: o general Vasco Gonçalves anunciava a formação de um novo gabinete (vago desde que os socialistas e seus aliados se retiraram do governo) tentando por fim à crise política e salvar sua própria participação no governo (1); o Partido Socialista outro protagonista da atual crise, se reuniria no domingo, para tentar resolver divergências internas; a escalada de manifestações anti-comunistas prosseguia sem sinais de esmorecimento, com agravamento dos choques armados e da violência; finalmente a Igreja católica portuguesa, porta-voz do conservadorismo e preparava-se para uma manifestação em Braga.

Tantas foram essas semanas de "decisões cruciais" que em Portugal se cunhou o termo "dinâmica revolucionária" para expressar a velocidade com que as mudanças se sucedem, muitas vezes sem mesmo dar tempo para que as resoluções anteriores fossem publicadas. Mas, enquanto nos quartéis se discutia a conveniência ou não do próximo passo à frente e começava-se a discutir o próprio objetivo da revolução, nas regiões rurais de Portugal, de população mais conservadora, crescia a oposição e esse ritmo e já à própria revolução. Não se pode dizer que o MFA não prestou a atenção a esse desenvolvimento paralelo: antes mesmo das eleições, em abril passado, o MFA instituiu a "dinamização cultural", processo pelo qual grupos de militares se deslocavam para as áreas rurais para explicar ao povo o que era o socialismo. Nessa época já se prenunciavam os conflitos que ocorrem agora, com aproximadamente 40 sedes do Partido Comunista (PC) atacadas e saqueadas, e as primeiras mortes: já se podia também detectar algumas das causas dos futuros conflitos: logo que voltaram à legalidade os partidos de esquerda despacharam seus militantes para essas comunidades às quais muitos deles eram estranhos.

Essa "vanguarda" e "orientação" da revolução socialista subestimou o poder do pároco, do "cacique" local. A firmeza revolucionária "serviu de pretexto para não ouvir as "massas reacionárias". Sobretudo, faltou-lhes experiência para tratar com populações rurais. Mesmo correndo o risco de cometer algum erro de transposição, pode-se afirmar que faltou aos revolucionários portugueses a habilidade demonstrada pela Frente de Libertação Nacional do Vietnã do Sul após a conquista de Saigon. O problema que os guerrilheiros da FLN tiveram de enfrentar foi em alguns aspectos mais grave, pois parte da população que agora administram, fornecia até a alguns meses, os soldados do regime de Van Thieu que combatiam os "vietcongs" comunistas não apenas com "passetas". No entanto, cem dias depois, o governo provisório da FLN parece consolidado; não se pode afirmar que as populações da província portuguesa são mais "reacionárias e anticomunistas" que as populações urbanas sob o regime de Van Thieu. Vários incidentes criados em Portugal pelos militantes despachados da cidade — às vezes mais interessados em reforçar um controle partidário hegemônico do que em obter o apoio popular para a revolução — surgiram a partir de grande parte desses incidentes têm uma característica comum: um representante do PC ou do Movimento Democrático Português (MDP) recem — chegado da cidade ou então recem-saído da clandestinidade, denuncia um rico comerciante local por explorar o povo — mas esse comerciante tem laços familiares e de amizades profundos que não se rompem apenas com algumas peças de oratória. Nessas cidades pequenas, quando, por exemplo como aconteceu em Bombarral, a apenas 70 quilômetros de Lisboa, o boato de que um funcionário de banco seria "saneado" isto é, despedido do seu emprego por ter posições "reacionárias" leva toda uma multidão de amigos e parentes a se solidari-

zar imediatamente. Logo o boato se transforma em outro ainda mais grave; em Bombarral se dizia que o banco também reduziria drasticamente os créditos aos vinicultores e as manifestações engrossaram.

Em alguns lugares o lema de uma reforma agrária e coletivização da agricultura souou como ameaça direta aos próprios camponeses; se no Sul latifundiário as teses do PC de coletivização tiveram grande aceitação, permitindo várias experiências nesse sentido, no Norte onde predomina o minifúndio a tese do PC significaria para esses camponeses nada mais do que perder a única coisa que têm — a propriedade da terra. Essa tese — mesmo que o PC não a tenha proposto para a região de minifúndios — foi explorada pelos caciques e pela igreja conservadora, colocando vastos setores da população em pé de guerra contra o PC e seus aliados.

A escalada dos choques

Depois de um momento inicial em que as esquerdas, solidamente estabelecidas nas cidades, principalmente Lisboa, atribuíam tais atos de revolta popular anticomunistas à "manobra da reação", passou-se a um estágio de perplexidade ante a escalada dos choques. É certo que existem sabotadores atuando "à soldo da reação". (Em Lisboa um militante da extinta Legião Portuguesa, organização fascista do Salazarismo, e chefe do industrial Jorge Mello, um dos diretores da poderosa Companhia União Fabril, morreu quando a bomba que pretendia colocar explodiu em suas mãos). Mas as manifestações parecem ser principalmente de caráter espontâneo. Como tratá-las para impedir que elas se alastrem e possam ser utilizadas pelos inimigos da revolução? Reprimindo o povo? Em algumas dessas localidades, os regimentos locais estavam traumatizados pelos acontecimentos. Em Famalhão, perto de Porto, 2 manifestantes foram mortos. Não foram esses os regimentos que em 25 de abril, se recusaram a obedecer ordens dos salazaristas de atirar sobre o povo? Como saber agora se o certo não é juntar-se ao povo? Para essas localidades o MFA mandou, às pressas, regimentos de sua confiança, não para atirar sobre o povo, mas para evitar que as guarnições locais tomassem partido ao lado dos manifestantes. Com isso levantou-se mais uma vez o espectro do Chile. Allende a Pinochet. No Chile, argumentam, Allende permitiu que donas de casas de classe média fizessem as famosas passeatas das "panelas vazias", permitiu que se desenvolvesse uma greve francamente anti-revolucionária como a dos "camioneiros" — financiada pela CIA, como se verificou a posteriori — e permitiu que os militares e a CIA conspirassem abertamente para derrubá-lo, a pretexto de defender o "legalismo". Mas a comparação para aí. A volta do fascismo em Portugal parece inviável. No Chile os militares eram francamente anticomunistas, sob o manto do profissionalismo. Mas em Portugal as Forças Armadas foram expurgadas e a divisão que se pretende (entre militares socialistas e comunistas) não é suficiente para que se espere que uma parte das Forças Armadas assumam a tarefa de fazer a limpeza geral das esquerdas.

Em Portugal os militares se dividiram, mas em torno da discussão sobre a velocidade ideal que deveriam imprimir ao processo revolucionário. O Presidente Costa Gomes, um moderado, antes da reunião da semana atráda que deu origem ao triunvirato que governa Portugal, advertiu a Assembleia do MFA para o descompasso entre a cidade e o campo, entre as vanguardas e a população, insistindo que a opção do MFA é uma opção de ritmo revolucionário que permita as populações acompanhar as vanguardas, no que é imediatamente apoiado pelo socialista Mario Soares. Mario Soares acredita que o Partido Comunista foi longe demais nas ambições de controlar sozinho o poder e com isso deu à "reação" motivos para as atuais manifestações, que ele, Mario Soares diz não apoiar — apesar de ser o principal beneficiado. Com o impasse criado, o Partido Socialista (PS) espera ainda ser chamado de volta ao governo, e para isso procura desen-

tear seu programa eleitoral e acena aos militares com a possibilidade de ajudar a encerrar as manifestações violentas que ocorrem no norte português. O PS tenta também os militares com a possibilidade de recuperar a imagem de Portugal na Europa e trazer de volta a ajuda financeira da Comunidade Europeia. De fato, parece que só Mario Soares pode levar Portugal de volta à Europa, amenizando a atual crise financeira. Mas se seu plano fracassar, Portugal poderá buscar auxílio noutra área, nos países do leste europeu. Com que outras forças conta Mario Soares para voltar ao governo e derrubar o primeiro ministro Vasco Gonçalves, pró-comunista? Sua principal base militar seria o major Melo Antunes, atual ministro do exterior, que apresentou no fim da semana passada a Costa Gomes um manifesto assinado por 900 oficiais.

O novo dilema

O manifesto revelou publicamente que as divergências já não são apenas quanto ao ritmo da revolução mas também quanto aos seus objetivos. No nível das cúpulas militares e políticas, o dilema já não é apenas entre acelerar ou freiar um processo que desperta hostilidades nas províncias anti-comunistas. Trata-se de escolher que tipo de socialismo se instalará em Portugal. Para Mario Soares seria algo próximo do Trabalhismo britânico ou ao socialismo francês de Mitterrand. E a chamada social democracia europeia, que não implica necessariamente na coletivização dos meios de produção (isto é acabar com a propriedade privada das fábricas do sistema financeiro, das terras e do grande comércio significa governar em nome da classe operária por meio de um partido convencional (como os trabalhistas da Inglaterra) mas não necessariamente entregar o governo aos trabalhadores. Melo Antunes, o coronel do MFA que tem sido identificado com as teses de Mário Soares, está, no entanto, um pouco à esquerda do PS. No manifesto que enviou ao presidente Costa Gomes Melo Antunes e seus aliados "recusam o modelo de sociedade social democrata, em vigor em muitos países da Europa Ocidental, porque acreditam que os grandes problemas da sociedade portuguesa não podem ser superados pela reprodução no nosso país dos esquemas clássicos do capitalismo avançado. Seria um erro trágico — prossegue Melo Antunes, "no momento em que tudo leva a crer que se avizinha uma crise global e geral do capitalismo, que se tentasse, mesmo às custas de benefícios reais e imediatos, manifestamente ilusórios, a repetição das experiências sociais democratas". Melo Antunes também recusa o modelo da Europa Oriental, "que assente numa base social muito estreita" que faz a revolução com as vanguardas em nome do proletariado e impõem o "dirigismo burocrático". Excluindo esses dois modelos, Melo Antunes propõe a construção de "uma sociedade sem classes, onde tenha sido posto fim à exploração do homem pelo homem", ao "ritmo adequado à realidade concreta" por meio de uma transição pacífica do capital ao socialismo. Para que isso aconteça, Melo Antunes acha que deve-se opor "à teoria leninista da vanguarda revolucionária a formação de um amplo e sólido bloco social de apoio a um projeto nacional de transição para o socialismo".

Mas esse não é o único, dentro do MFA. Existem outros, até o extremo dos que propõe a imediata entrega do poder aos trabalhadores, instituindo-se o que se chama a "ditadura do proletariado".

Enquanto o MFA discute a revolução, outros problemas mais imediatos também o esperam: mais de 100 mil colonos voltam das ex-colônias aumentando o número de desempregados em Angola a ameaça de guerra civil é concreta; em Açores, por uma rebelião popular querem proclamar a independência da ilha e anexá-la aos EUA; A reforma agrária marca passo, gerando revoltas e prejudicando a agricultura, problema com graves consequências em futuro próximo; além disso, os EUA passam a pressionar diretamente com pronunciamentos de Ford e de Schlesinger, advertindo Portugal para que não se passe para o bloco comunista.

1) O gabinete, anunciado na sexta-feira à tarde não contornou a crise nessa área. O próprio presidente Costa Gomes considerou-o "transitório".

Um MFA na Espanha?



Pode ser apenas um acúmulo de coincidências, mas o suficiente para alarmar o governo espanhol:

• Em Portugal, durante 48 anos, até o dia 25 de abril de 1974 havia uma ditadura. Na Espanha o general Franco, octogenário, continua comandando seu país com mão de ferro, desde 1938.

• Portugal manteve uma guerra colonial que desgastou o exército e politizou seus oficiais. A Espanha começa a enfrentar o fantasma de uma guerra colonial no Saara, colônia espanhola disputada pelo Marrocos, Tunísia e Argélia. Embora seja remoto o perigo de politização dos oficiais que entram em contato com os habitantes da região, persiste o perigo dos militares entrarem contrariados numa guerra contra os países vizinhos para preservar o que resta do império colonial espanhol. Nas últimas semanas ocorreram alguns choques entre forças marroquinas e regimentos de fronteira espanhóis.

• Com falta de recursos humanos para os exércitos, Salazar e Caetano se viram obrigados a recrutar oficiais saídos da universidade para lutar nas colônias; eles aceleraram a politização das Forças Armadas e criaram o MFA. Na Espanha, boa parte da oficialidade jovem não lutou na guerra civil, saiu diretamente de cursos superiores e parece não estar muito satisfeita em servir a uma ilha do absolutismo na Europa.

• O governo franquista deu, no ano passado, os primeiros passos para "fabricar" um Spínola espanhol: o general Dias Alegria foi demitido por suas ideias mais liberais. Como Spínola, Dias Alegria tinha grande prestígio nas Forças Armadas. Recorde-se que Spínola e Costa Gomes foram demitidos dias antes do 25 de abril.

• Como o Partido Comunista português, o PC espanhol afirma ter infiltrações nas Forças Armadas.

• Como Portugal, as instituições políticas estão esclerosadas depois de décadas de inatividade e/ou irrestrita obediência ao poder central.

• Como Caetano, o primeiro ministro espanhol Arias Navarro tentou um tímido processo de liberalização política que não deu nenhum resultado.

As comparações poderiam se estender indefinidamente, e mesmo que não sejam rigorosamente válidas as situações dos dois países (A Espanha de Franco encontra-se em situação econômica incomparavelmente melhor que o Portugal de Caetano), a classe operária espanhola parece infiltrada pelas Comissões Operárias, comunistas e os empresários

querem a modernização do regime à europeia.

Mas não foram essas semelhanças, ou coincidências, que assustaram o governo; foi a descoberta, de que um grupo de oficiais, da curiosidade de saber o que acontecia em Portugal e o que era o MFA passou à conspiração. Aparentemente, mais de 14 oficiais foram detidos (o número exato é desconhecido); fala-se em centenas de envolvidos entre eles vários membros do Estado Maior das Forças Armadas, o comandante Luis Otero e o major Valero Ramos, que como membro da Comissão de Limitação das Esquadras Revolucionárias, a maioria presas pela polícia chilena e dos quais nunca mais houve notícias. Uma intensa campanha foi movida na Europa e nos Estados Unidos, acusando a junta militar de haver executado essas pessoas — mais de mil segundo alguns dos promotores da campanha.

Nas últimas semanas vários jornais chilenos lançaram uma contra-campanha tentando convencer seus leitores — e por tabela a opinião pública internacional — de que 59 dos 119 da lista foram mortos em choques com o exército argentino. Os restantes teriam sido eliminados em diversos outros países pelo próprio MIR. Um dos editoriais de *El Mercurio* dizia: "Os políticos e jornalistas estrangeiros que não se cansam de perguntar sobre o destino desses membros do MIR e culpam o governo chileno pelo desaparecimento de muitos deles têm agora a explicação que se recusavam a aceitar. Vítimas de seus próprios métodos, eliminados pelos seus próprios camaradas, cada um deles demonstra com trágica eloquência que os violentos acabam sendo vítimas do terror que operam implacavelmente sobre eles mesmos".

A tentativa dos jornais chilenos aparentemente estava ligada à reação negativa da imprensa mundial quando, no mês passado, a junta proibiu a entrada de Chile de uma comissão da ONU que ia investigar *in loco* a situação dos presos políticos e examinar a veracidade das acusações de que os prisioneiros eram torturados e às vezes mortos dentro das prisões. As denúncias e recusa em permitir a entrada da comissão repercutiram desfavoravelmente em países europeus, onde o Chile tem dívidas comerciais, prejudicando as negociações que visavam o rescaldo e o pagamento dessas dívidas. E nos EUA, vários congressistas chegaram a propor o corte da ajuda americana ao Chile até que surgissem sinais de que a junta respeitava os direitos humanos.

Os jornais chilenos, citando fontes policiais, disseram que o MIR se apresentava nas casas de seus militantes disfarçado de

Em meados do ano passado, o senador americano Pat Holt, ao voltar de uma visita a Cuba, transmitiu ao Senado suas descobertas: "Eles (os cubanos) fixaram seu Produto Nacional Bruto (PNB) a 15 bilhões de dólares, o que representa aproximadamente 1.587 dólares per capita, que é de longe a mais alta renda per capita da América Latina, com possível exceção da Venezuela, onde tudo (na economia) é distorcido pela riqueza do petróleo".

Muito antes dos senadores, porém, as empresas americanas já haviam descoberto as potencialidades do mercado cubano, mantido à margem do sistema interamericano nos últimos 11 anos. Mais de 100 empresas pediram informações ao Departamento de Comércio sobre as perspectivas de negócios com Havana (1), e para refrear o entusiasmo de alguns congressistas e empresários, o secretário de Estado assistente para a América Latina, William Rogers, teve de chamar a atenção do Congresso onde uma comissão de represen-

tantes já estudava o levantamento do bloqueio à Cuba antes mesmo de esperar a decisão da OEA, o que colocaria a diplomacia americana em situação delicada perante a América Latina.

O que despertou subitamente o apetite comercial americano para Cuba depois de tanto tempo de boicote?

Algumas das razões: a economia de planejamento centralizado que assegura altas taxas de poupança nacional; Cuba obteve no ano passado, pela primeira vez desde a subida ao poder de Fidel Castro, um saldo na balança comercial da ordem de 500 milhões de dólares.

Mas, aparentemente, o que mais apressou os empresários americanos interessados em comerciar com a ilha foi o fato de que várias outras nações já haviam tomado essa iniciativa, o que os colocaria em desvantagem em um mercado de 8 milhões de habitantes a apenas alguns quilômetros da Flórida. Vários países não-comunistas (principalmente

Argentina, Espanha e Inglaterra) já abriram créditos para o financiamento de comércio com Cuba num total de 3,3 bilhões de dólares. No ano passado apenas, os cubanos receberam a visita de missões comerciais de alto nível da França, Inglaterra e Suécia, interessadas principalmente no açúcar, (safra de 7 milhões de toneladas) e pelo níquel, cuja produção será duplicada até 1980.

Para comerciar com Cuba, esses países levam uma ligeira vantagem de tempo sobre os Estados Unidos. Os americanos precisam esperar que o Departamento de Comércio permita o reinício dos negócios, o que só poderia ser feito depois que Cuba pagar aos Estados Unidos a indenização reclamada pelas desapropriações e nacionalizações de bens americanos feitas logo depois da revolução. (O total é calculado em 2 bilhões de dólares pelos EUA). Outra desvantagem para os americanos: o mercado cubano modificou-se completa-

mente nos últimos 11 anos e há poucas esperanças de um retorno da importação de quinquilharias como as que recebiam na época do ditador Fulgêncio Batista, quando Cuba era um "cassino ancorado às margens da costa americana". Mesmo para exportar material de transportes, os americanos encontrarão muitas dificuldades; em 1980 entrará em funcionamento em Cuba uma linha de montagem de micro-ônibus urbanos e intermunicipais, que os cubanos, inclusive, pretendem exportar para os países da América Latina.

(1) Os cubanos estariam interessados em equipamentos de comunicação (a ITT e RCA já se prontificaram a fornecer) Insumos agrícolas (A Dow Chemical e a Union Carbide já estão estudando as potencialidades do mercado cubano). Finalmente, a indústria automobilística americana também estaria interessada em colocar seus produtos na ilha.

Depois do boicote

Tiro pela culatra

A imprensa chilena acaba de reconhecer que levou longe demais seu entusiasmo pela junta militar do General Pinochet e agora está cobrando algumas explicações da própria junta sobre o que ficou sendo conhecido como o "caso dos 119 desaparecidos". Trata-se de um número (na verdade indeterminado) de supostos membros do MIR (Movimento das Esquadras Revolucionárias), a maioria presas pela polícia chilena e dos quais nunca mais houve notícias. Uma intensa campanha foi movida na Europa e nos Estados Unidos, acusando a junta militar de haver executado essas pessoas — mais de mil segundo alguns dos promotores da campanha.

Nas últimas semanas vários jornais chilenos lançaram uma contra-campanha tentando convencer seus leitores — e por tabela a opinião pública internacional — de que 59 dos 119 da lista foram mortos em choques com o exército argentino. Os restantes teriam sido eliminados em diversos outros países pelo próprio MIR. Um dos editoriais de *El Mercurio* dizia: "Os políticos e jornalistas estrangeiros que não se cansam de perguntar sobre o destino desses membros do MIR e culpam o governo chileno pelo desaparecimento de muitos deles têm agora a explicação que se recusavam a aceitar. Vítimas de seus próprios métodos, eliminados pelos seus próprios camaradas, cada um deles demonstra com trágica eloquência que os violentos acabam sendo vítimas do terror que operam implacavelmente sobre eles mesmos".

A tentativa dos jornais chilenos aparentemente estava ligada à reação negativa da imprensa mundial quando, no mês passado, a junta proibiu a entrada de Chile de uma comissão da ONU que ia investigar *in loco* a situação dos presos políticos e examinar a veracidade das acusações de que os prisioneiros eram torturados e às vezes mortos dentro das prisões. As denúncias e recusa em permitir a entrada da comissão repercutiram desfavoravelmente em países europeus, onde o Chile tem dívidas comerciais, prejudicando as negociações que visavam o rescaldo e o pagamento dessas dívidas. E nos EUA, vários congressistas chegaram a propor o corte da ajuda americana ao Chile até que surgissem sinais de que a junta respeitava os direitos humanos.

Os jornais chilenos, citando fontes policiais, disseram que o MIR se apresentava nas casas de seus militantes disfarçado de

policiais; identificavam-se como sendo da polícia e levavam os presos. As famílias dos sequestrados, desconhecendo esse inteligente estratégia iam então às cortes judiciais impetrar mandados e denunciar o rapto, ficando assim a polícia com a má fama que hoje tem no exterior. Mas a imprensa chilena, na pressa de iniciar sua campanha cometeu alguns deslizes. Por exemplo, incluiu na lista dos 119 vítimas do MIR um sr. Edwin Van Yurick Altemirand e esposa afirmando que eles foram mortos ou desapareceram na Argentina. Mas no ano passado a embaixada britânica havia pedido informações sobre os dois, que têm parentes no Inglaterra, e o ministro do Exterior chileno havia respondido que ambos estavam sob prisão preventiva e gozando de boa saúde. Não contavam os jornais chilenos também que as Forças Armadas argentinas, num levantamento feito recentemente, haviam encontrado um choque de suas forças com guerrilheiros do MIR, e muito menos a morte, nesses choques, de 59 pessoas.

Além disso, o correspondente do jornal *New York Times* na Argentina procurou também verificar a veracidade das versões apresentadas pelos jornais chilenos. E descobriu coisas interessantes. Por exemplo: o caso dos dois cadáveres encontrados na Argentina com documentos de chilenos constantes nas listas de desaparecidos. As famílias desses dois chilenos foram à Argentina e descobriram que os cadáveres não eram os de seus parentes (que haviam sido detidos pela polícia chilena).

O *New York Time* verificou também as fontes em que se apoiavam as denúncias dos jornais chilenos: teriam sido originalmente veiculadas no jornal brasileiro *O Dia*, de Curitiba, jornal que não existe nem em Curitiba nem no Paraná. Os jornais chilenos, atribuíram a esse inexistente *O Dia* a notícia da morte dos 59 guerrilheiros do MIR em confronto com o exército argentino. Parte da denúncia era também atribuída à revista fascista argentina *Les*. Talvez preocupado com esses erros que cometeu ao publicar as denúncias, o jornal *El Mercurio* agora procura limpar sua imagem pedindo ao governo uma explicação sobre os 119 desaparecidos, numa humilde tentativa de jogar para a junta a responsabilidade da desastrosa campanha de limpar a imagem do Chile no exterior, cujo único resultado foi enlameá-la um pouco mais.

O estalo do padre português

A Revolução em Portugal não foi fruto de um estalo. Estalo, mesmo, só o do Padre António Vieira que, por sinal, era português. Conta-se que o Padre Vieira, quando estuando, era extremamente burro, péssimo aluno, incompetente e incapaz. Um dia, de joelhos na Igreja, soluçando, mãos cobrindo as faces pálidas, orou, convictamente, a Deus. Pediu-lhe uma graça. Não suportava mais tanta humilhação dos colegas. Era o pior aluno da turma, mas, em compensação, o mais ardente cristão, o mais fervoroso e convicto nas suas crenças. Rogava a Deus que não o desamparasse naquele instante de dor e desespero. Queria ser inteligente e culto. Pretendia ser mais um arauto a serviço do cristianismo e desajava, enfim, ajudar na conversão dos inféus.

"Eu sofro tanto, meu Deus", — teria dito Vieira na sua prece — "com a incompreensão dos homens, com as ofensas que todos os dias são lançadas a sua face santa". Dai a instantes sentiu um estalo na cabeça, acompanhado de uma forte dor que, logo depois, cessou. E Vieira ficou inteligente. Para tornar-se culto e o maior pregador da língua portuguesa foi um passo.

E evidente que nem todos tem a sorte de Vieira. Os militantes portugueses, por exemplo, não a tiveram. Para destruir o salazarismo, tiveram que suar e correr riscos. Na verdade, lá não houve, apenas, um render de guerra que isso não é para se festejar. Fizemos uma revolução. Erros? Acreditamos? Sim. Tudo isso está havendo. Mas, o importante aconteceu: atiraram a ditadura pela janela ou pelas portas dos fundos.

Portugal e Espanha muito se parecem. O fascismo espanhol, na falta do apoio social, lisonjeia os militares com regalias e sinecuras que os mantêm amarrados ao Governo, adormecidos no estatuto de classe privilegiada. Isso, também, acontece em Portugal até que os oficiais portugueses despertarem do logro, tomarem consciência de sua força e dos compromissos com os princípios democráticos, abandonando o Governo de minoria, sustentado por eles e arrebataram os privilégios de poucos a quem serviam.

Antes do movimento insurrecional de Caldas de Rainha houve outros, mas, o marco histórico, é o 16 de março, precursor do 25 de abril. No dia 11 de março de 74, oficiais pertencentes ao M.F.A. difundiram um documento em que denunciavam, entre outras coisas, "a prisão de alguns de

ossos camaradas que, nesse momento, se encontram ainda detidos na Trafaria. Essas prisões, ao invés de nos separar mais nos uniu, pois os problemas dos que estavam presos eram sentidos nos nossos corações".

Diante disso, o governo passou a censurar os telefonemas dos oficiais, por intermédio da Pide, ao mesmo tempo que anunciava pretender aumentar os vencimentos das F.A. Mas, os oficiais, sabiam que "caminhámos para o caos, para a mentira, para a ditadura mais dura, para a destruição mental do povo que só pensava em futebol e em N.S. de Fátima e seus milagres".

Na tarde do dia 14 de março, ante véspera da insurreição, os generais prepararam um ato de vassalagem a Marcelo Caetano. Deste ato não participaram poucos generais, entre eles António Spínola e Costa Gomes.

O Major Otelo Saraiva, atualmente Brigadeiro e integrante do Triunvirato que governa Portugal, conversando, na ocasião, com um jornalista francês, do jornal "A Capital", já dizia:

"Um general "bem comportado" sabe da atenção que tem sempre a sua disposição, finda a sua carreira militar, um cargo de presidente de Conselho de Administração, o Administrador em qualquer empresa, lugares bem remunerados evidentemente, com largas dezenas de contos; Assim garantia o governo a sua segurança e continuidade, eliminando os que não oferecessem tal garantia". E acrescentava: "Como era possível acreditar que aqueles generais pudessem tomar alguma atitude em defesa do prestígio das F.A. e do bem do Povo. Os elementos mais lúcidos e inteligentes das F.A., com raras exceções, estiolavam e passavam à reserva no posto de coronel".

O movimento de Caldas de Rainha fracassou e o seu último ato foi o diálogo de Serrano, comandante das forças governistas, em cima de um Jeep, em altos brados, na porta de armas do quartel dos insurretos já recolhidos:

"Abra o portão, em nome da autoridade".

Responde o Major Monje, comandante dos revoltosos:

Autoridade talvez tenha, mas na nossa terra a autoridade está muito mal constituída".

O diálogo prosseguiu, por algum tempo, porque os oficiais queriam ganhar tempo para fazer sentir ao Mundo que aquela era uma luta de vontades, uma luta de ideias. (Chico Pinto)

África desunida



Ao fim de sua 12ª reunião, no último dia 31, ficou novamente caracterizada a incapacidade da Organização da Unidade Africana — OUA — de superar velhas divergências. Na reunião realizada sob os auspícios do presidente Idi Amin Dada, na Uganda, acusado de crimes e atrocidades por alguns países africanos que boicotaram a conferência, eram esperadas resoluções importantes sobre três problemas cruciais: um acordo da África negra com os países árabes do mesmo continente para expulsar Israel da ONU; a possibilidade de uma detente com os regimes racistas do Sul da África e a definição da posição do organismo com relação aos conflitos de Angola.

Na véspera do encontro, porém, ficou claro que as soluções não seriam encontradas facilmente. Os presidentes da Tanzânia, Zâmbia, Botswana e Moçambique simplesmente não compareceram à reunião; são exatamente os que sempre combateram Idi Amin. Julius Nyerere, da Tanzânia, encareceu-se das acusações: a Tanzânia — anunciou um comunicado — não pode aceitar a responsabilidade de participar numa paródia de condenação do colonialismo, do 'apartheid' e do fascismo, quando essa condenação é pronunciada no próprio quartel-general de um assassino, de um opressor, de um fascista negro e de um admirador confesso do fascismo.

Mesmo sem participar da conferência, curiosamente, esses países conseguiram derrotar a proposta de Idi Amin que pedia a adoção de medidas radicais contra os regimes de minoria branca. A OUA aprovou uma resolução que estabeleceu seu apoio à declaração de Dar es-Salam (definida em abril deste ano) que propõe negociações bilaterais entre os movimentos de libertação e os regimes da África do Sul e da Rodésia.

Paralelamente à conferência, o Conselho Social e Econômico da OUA realizava a sua 59ª reunião e suas conclusões não foram muito animadoras. Em março passado, a Comissão Econômica da África, organismo vinculado à ONU, divulgou um relatório mostrando ser extremamente precária a situação econômica dos países da África negra (16 dos 25 países mais pobres do mundo eram africanos). Durante a reunião dos chefes de Estado, os graves problemas econômicos iriam repercutir na questão de Israel. Duas semanas antes da reunião da OUA, os chanceleres de 40 nações islâmicas votaram, na Arábia Saudita, pela expulsão de Israel da ONU. A Liga Árabe esperava, agora, obter o apoio da OUA para sua política anti-israelense e, para tanto, fez diversas pressões neste sentido. Mas apesar das pressões e da presença de Arafat, líder da OLP, em Kampala, a resolução não foi aprovada. A OUA preferiu uma forma mais moderada,

que pede aos Estados-membros o reforço das pressões na ONU para que Israel entregue os territórios ocupados, aludindo eventualmente à possibilidade de expulsão da delegação israelense da Assembleia Geral da ONU. Esta posição mais moderada parece refletir o ressentimento dos países da África negra com os árabes, por não terem recebido uma ajuda satisfatória dos ricos produtores de petróleo.

Por outro lado, o problema de Angola serviu para mostrar a impotência da OUA em resolver conflitos armados dentro de seu próprio continente. Uma ideia bastante discutida pelos chefes de Estado, que propunha o envio de uma força de paz (composta por soldados dos 46 membros da OUA) para o território angolano, levou o secretário-geral da OUA, Peter Onu, a convidar os três líderes dos movimentos de libertação a participarem da conferência. Mas, o único a comparecer foi Jonas Savimbi, da UNITA, visivelmente aborrecido pelo fato dos outros dois líderes não terem se incomodado com a reunião. Assim, a proposta de uma força intervencionista foi esquecida. Aparentemente, tudo indica que a 12ª reunião da OUA foi um verdadeiro fracasso. Considerando-se, contudo, as profundas diferenças de interesses, de etnias e de religiões, entre os países da África independente, a simples sobrevivência da OUA não representaria uma vitória?

Banhos de sangue

Cem dias já se foram desde que o Vietnã do Sul passou ao controle da Frente de Libertação Nacional nenhum "banho de sangue" ocorreu. No início desse ano, quando o Congresso americano deveria votar o orçamento da ajuda militar para manter de pé o arruinado regime de Van Thieu, o presidente Ford e o vice-presidente Rockefeller advertiram os congressistas de que se eles não aprovassem uma ajuda militar maciça à Van Thieu, a queda da Indochina e o "banho de sangue" que se seguiria, promovido pelos vitoriosos, seria de responsabilidade exclusiva do Congresso. A tentativa de chantagem não era nova no caso da Indochina: Johnson já havia utilizado e Nixon afirmava que se os Estados Unidos não defendessem os regimes de Saigon e do Camboja os comunistas lá perpetrariam um gigantesco banho de sangue, com mais de "700 mil mortos". (Ver Movimento nº5)

Para tentar explicar a ausência do banho de sangue, que havia sido prometido e anun-

ciado com tanta ênfase pelo governo americano, o jornal *Washington Post* procurou na semana passada vários desses profetas perguntando o que eles tinham a dizer à respeito. A maioria dos que antes haviam defendido publicamente a intervenção americana sob a justificativa do "banho de sangue" confessou-se surpreendida e alguns mal conseguiram disfarçar a decepção de não serem confirmadas suas previsões.

A credibilidade dos "banhos de sangue" no entanto, como verificou o *W. Post* consultando seus arquivos, já não era tão forte mesmo em 1971. Nesse ano, um professor universitário, ativista político contrário à participação dos americanos na guerra da Indochina, formalizara um pedido à Casa Branca para que fossem provadas as afirmações de Nixon segundo as quais a maior razão para se sangue, caso os americanos deixassem o Vietnã, era o fato de que os norte-vietnamitas já

havam conduzido um massacre desse tipo na década de 50. Nixon afirmou que 700 mil pessoas haviam sido executadas pelos comunistas de Ho Chi Min. Em resposta ao pedido, a Casa Branca indicou como fonte da denúncia o livro de um refugiado vietnamita, chamado Hoan Van Chi, que afirmava terem ocorrido execuções de pelo menos 5% da população norte-vietnamita durante o processo de implantação à força da reforma agrária. Consultando os arquivos, o *W Post* acabou descobrindo como Van Chi havia chegado à conclusão de que havia morrido 5% da população do país — 700 mil pessoas: segundo ele, na sua aldeia natal uma pessoa foi executada e outras 9 teriam morrido em consequência da reforma agrária. As outras 6(2.990) mortes, eram deduzidas a partes de projeções estatísticas — e do desejo dos governantes americanos de inventar uma justificativa para um outro banho de sangue dessa vez real, que os B-52 realizavam em toda Indochina.

Dias críticos em Angola

Três movimentos de libertação, duas potências e uma ex-metrópole

Quem serão os verdadeiros inimigos de Angola? Para o almirante "vermelho", Rosa Coutinho, não há dúvidas: em Angola, como em Portugal, "o inimigo é sempre o mesmo, o capitalismo internacional". A China, contudo, tem uma posição diferente: no dia 26 do mês passado, a agência "Nova China" criticou duramente a União Soviética, acusando-a de responsável pela guerra civil em Angola. Uma guerra civil que, segundo Rosa Coutinho, não existe: o que ocorre — diz ele — é uma "segunda guerra de libertação", dos angolanos contra o inimigo externo, que é o capital. Não estará implícita nessa afirmação uma crítica à Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) de Holden Roberto, pela suposta ajuda que este movimento de libertação recebe da CIA? E, sendo assim, essas palavras não seriam também uma velada declaração de apoio ao Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) de Agostinho Neto, pró-soviético e de orientação marxista?

Recorda-se que o almirante foi enviado a Luanda, juntamente com o general Carlos Fabião, para acalmar as tropas portuguesas que deverão permanecer em Angola até novembro, quando será proclamada a independência. No dia seguinte ao da chegada dessa missão militar em Luanda, o general Silva Cardoso, Alto Comissário de Lisboa em

Angola, foi para Portugal, alegando "motivos de saúde". Sabia-se, contudo, que estava em jogo a sua permanência no comando, pois Agostinho Neto exigia a sua retirada de Angola desde o mês passado, após um incidente das tropas portuguesas com o MPLA, que acarretou a morte de 16 militantes desta organização. Mais tarde, apesar do Alto Comissário ter declarado que permaneceria no cargo, depois de uma reunião que manteve com o presidente Costa Gomes em Lisboa, fontes militares comentaram em Luanda que ele deveria ser substituído por um oficial mais favorável ao MPLA.

Ao lado dessa situação, ainda não resolvida, Angola oferece uma imagem cada vez mais tensa, pois os confrontos armados entre o MPLA e a FNLA, inicialmente restritos ao norte do território, generalizam-se rapidamente em todo país. Na semana passada, as lutas apresentavam um saldo favorável à FNLA, que havia conquistado importantes cidades ao norte de Luanda e alguns estratégicos entroncamentos rodoviários. Ao mesmo tempo, prosseguem os conflitos nas regiões central e sul do país, apesar de ter sido anunciada uma trégua, que provavelmente será violada, como o foram as outras sete feitas entre as duas organizações desde o começo do ano. No momento, Angola assiste a uma violenta escalada da guerra: o terceiro movimento de liberta-

ção, UNITA (União Nacional pela Independência total de Angola) de Jonas Savimbi, que permanecia neutro até a semana passada, mobilizou todas as suas unidades, se bem que em posição defensiva e, para completar o quadro, começaram no último dia 6 as hostilidades entre o MPLA e a FNLA no enclave de Cabinda, em região próxima da fronteira com o Zaire.

Por outro lado, aumenta bastante o número de refugiados em Luanda e Nova Lisboa que procuram abandonar a todo custo a ex-colônia portuguesa: a existência de um plano (posteriormente abandonado) para retirar mais de 200 mil portugueses de Angola até o mês de outubro indica a seriedade da situação. O êxodo da população branca, comprometida com a estrutura colonial, acarreta enormes problemas, tanto para Portugal como para Angola: Portugal, que vive em meio de uma crise política e econômica, não tem condições de absorver cerca de 200 mil pessoas e, no caso angolano, essa fuga em massa determina a paralização de setores fundamentais de sua economia, já que é impossível substituir em pouco tempo a população branca que formava os quadros administrativos do país. Com efeito, o próprio Agostinho Neto reconheceu recentemente que a desagregação da economia angolana era uma das consequências mais inquietantes dos atuais conflitos.

EX-13

UM NÚMERO DE SORTE

1: a distensão, segundo Ademir da Guia/ 2: poeta do MDB verseja sobre o caso Moreno/ 3: mendigos de vestido e rabo de cavalo pedem uma esmolinha pelo amor de Krisna/ 4: vinte anos sem Carmen Miranda/ 5 e 6: a capoeira mental de Mestre Pastinha/ 7: borboleta é o 13 pela federal/ 8, 9 e 10: presa no chiqueiro pelo irmão: quem matou Cristo foi um insatisfeito sexual, segundo Reich/ 11 e 12: Adolf Hitler galã de fotonovela; mulher precisa assoviar pra homem na rua/ e 13: um repórter brasileiro em Cuba: o socialismo tropical!

NAS BANCAS

A moral da pornochanchada



A Ilha dos Desejos. Direção de Jean Silva. Produção David Cardoso. Com David Cardoso, Márcia Real, Fátima Antunes, Sonia Garcia, Helena Ramos.

Meia dúzia de moças de São Paulo sobrevivem à custa de ilícitas atividades noturnas. Até que um mocinho bonito, no exercício de sua profissão ainda mais ilícita, convida as moças para um fim de semana numa ilha tropical. É uma armadilha: lá, a dona da ilha as mantém como escravas brancas — afinal também ela precisa sobreviver. Acontece que há um assassino na ilha. A partir deste momento, o filme "A Ilha dos Desejos" passa a ser "sexo e suspense" até o caso ser desvendado pelo mocinho e pela polícia de Santos.

A estória, enfim, não interessa. Mas quem imaginar que o filme é inofensivo estará enganado: se as cenas de sexo fossem um pouco mais discretas (não que sejam ousadas), "A Ilha dos Desejos", como a maioria das pornochanchadas nacionais, poderá ter sido financiada pela TFP. Como elemento de preservação da sagrada moral da classe média brasileira. As mocinhas são todas prostitutas, isto é verdade. Mas como são lindas e gostosas, seus sentimentos são também puros e virgínicos. Todas aspiram casar-se, ter uma família, o conforto de um homem só e a paz de um lar. O mocinho também é engraçadinho, loiro, um boneco. Logo arrepende-se de sua vida de aliciador e apaixonou-se pela mais casta das prostitutas (aquela que, chegando na ilha, recusa o

par que a escolhe e fica chocado diante do que vê) prometendo-lhe casamento (como garantia, a única válida, de seu amor) e começando imediatamente a agir para descobrir o assassino e libertar as meninas.

Os capangas da dona da ilha é que não poderiam ser lindos e loiros. Um é um mulato (violentamente repudiado ao tentar passar a cantada mais inocente do mundo numa das meninas). O outro é um chinês enorme, com cara de lutador de "telecatch". E o assassino? Nem a madame, nem seu filho débil mental (elemento de expiação da culpa da madame, que, assim, também sofre na vida) nem os capangas. É a cozinheira da ilha, uma velha beata que vive horrorizada diante do pecado. E por isso vai matando as moças, uma a uma. É a figura da bruxa — velha, feia, pobre e má — que paga por todos os males. É já que todo o Mal contido no filme é depositado em sua figura, nada mais "justo" do que ela terminar morrendo queimada, em gritos e gargalhadas diabólicas, exorcizando o grupo todo — quem vai sentir pena dela?

Fora da ilha, o mundo volta a ser bom, girando no seu ritmo normal. As mocinhas, pudorosamente vestidas, vão depor numa delegacia. O mocinho casa-se com sua predileta. Tudo foi um lamentável engano. A sociedade está perdoada. A ordem foi restabelecida, durmam bem senhores (mas sonhem com o glorioso futuro, com o dia em que o mundo mudar e todos forem moças e moças lindas e gostosas, de biquini o dia todo, queimados de sol). (Maria Rita Kehl).

Delmiro Gonçalves (1916-1975)

No momento em que o teatro brasileiro dava seus primeiros passos para encontrar sua identidade, Delmiro Gonçalves foi um dos pioneiros: como empresário e diretor apresentou, em São Paulo, textos como "Volta à Mocidade" de William Inge e principalmente "A Ilha das Cabras" de Ugo Betti. Exatos de crítica, mas fracassos de público. Delmiro, formado em Direito mas sem interesse pela profissão, voltou-se para o jornalismo: "O Tempo, Folha da Manhã" (crítico de teatro), "Visão" (crítico de teatro), "Revista da Indústria" (crítico de arte) e principalmente "O Estado de

São Paulo" à partir de 1954, escrevendo sobre tudo. Foi Secretário do Museu de Arte Moderna, colaborando com Francisco Matarazzo Sobrinho na organização das Bienais de São Paulo. Depois dirigiu a Pinafoteca do Estado, no governo de Abreu Sodré. Publicou um livro de crônicas, "O Bicho da Lua" (Rio, 1965). Em termos de cultura teatral, especializou-se num terreno difícil: as manifestações cênicas japonesas. Estava para viajar para Paris, para integrar a Associação Internacional de Artistas e Escritores, da Unesco. Faleceu em São Paulo, no dia 4 de agosto.

População indígena do Brasil, de José Américo Peret. (Brasília/Rio, MEC/Civilização Brasileira, 1975. 95 págs., Cr\$ 35,00).

A penúltima façanha do ser-tanista José Américo Peret foi assessorar o inventólogo Erick von Daniken (*Erasm os Deuses Astronautas?*) numa tentativa frustrada de filmar índios em Mato Grosso. A última, o livro *População Indígena do Brasil*, uma espécie de álbum de figurinhas sobre os costumes de alguns grupos tribais. Compreensivamente, o livro foi editado pela Civilização Brasileira com Verbas do Ministério da Educação.

Os índios são apresentados por Peret como fortes, belos, saudáveis, sem nenhum problema. As índias, como demonstram as muitas fotografias,

Índios em technicolor

coloridas, têm seios grandes e duros e por isso se prestam a ilustrar não só várias páginas internas como a contracapa. Peret — e o governo, que o coeditou — apresentam os índios como "seres humanos" de costumes curiosos, exóticos, engraçados. O fundamental é falar do noivado entre os kayapó, da iniciação sexual dos xavante, dos desenhos dos kaidweo, das lendas dos guajá. E assim, por 35 cruzeiros, fica-se sabendo que os kayapó "são obrigados a dar um filho ao "Estado"; por isso, se não o conseguem, são passíveis de desquite". E, entre os parintintim, um jovem encontrou um erótico pedaço de madeira e "Saudou-o, enquanto sua imaginação doentia lhe sugeria utilizá-lo para satisfazer suas tendências homossexuais". José Américo Peret, cuja fama não é a de amigo dos índios, recolheu essas histórias

durante os 20(segundo ele),23 (segundo um de seus apresentadores) ou 27(de acordo com o outro apresentador) anos em que ficou embrenhado nas selvas. Foi funcionário do extinto serviço de Proteção aos Índios, da Funai, chefiou postos indígenas e fez a atração de um grupo arredoio, os kané-tapayana, em Mato Grosso, em 1969. Sua bibliografia, inclui uma reportagem sobre "A Vida Sexual dos Índios", na revista "O Cruzeiro", que consagrou no Brasil a porno-indo-anthropologia.

A historinha do "vouxex" parintintim é apresentada com o clássico "contate-se". O próprio autor reconhece que não constatou "nos vários grupos indígenas com os quais privadamente — e podemos dizer que foram algumas centenas — qualquer caso de homossexualismo ou prostituição". Realmente, o homossexualis-

mo não é uma prática comum entre os índios do Brasil, salvo quando ensinado pelos brancos. Mas é impossível que Peret tenha comprovado isso entre "algumas centenas" de grupos indígenas" com que diz ter convivido, pois, no Brasil, só existem 143 grupos e desses, até 1972, pelo menos 30 não mantinham contatos amistosos com os brancos.

O livro de Peret, além dos muitos erros de informação, do caráter exclusivamente exótico que pretende dar aos índios, cai deliberadamente na grave omissão de não discutir o presente e o futuro das tribos, seu duro contato com a realidade. O autor, ao fazer, na introdução, duas referências à esbulha que sofrem os índios no país atualmente, credita a invasão de suas terras à destruição de sua cultura a "indivíduos inescrupulosos" e a "aventureiros vorazes". (Sérgio Buarque).

Ricardo III nosso contemporâneo?

Ricardo III é um dos personagens mais fascinantes da dramaturgia. Brecht viu nele uma espécie de arquétipo de Hitler. E o utilizou, como material de base, na construção de um de seus personagens mais célebres: Arturo Ui. O texto de Shakespeare é uma reflexão sobre o poder. Mostra a trajetória de um ditador: os primeiros passos de sua escalada, o exercício da tirania e seu aniquilamento. Mergulhando como poucos poetas dramáticos na análise dos homens, Shakespeare nunca perdeu a perspectiva histórica: suas tragédias revelam o complexo mecanismo das lutas sociais. Seus conflitos estão inscritos em momentos precisos, mas sua análise vai mais longe, desvendando as contradições que caracterizam os processos históricos. Ricardo III é um perso-

nagem contemporâneo.

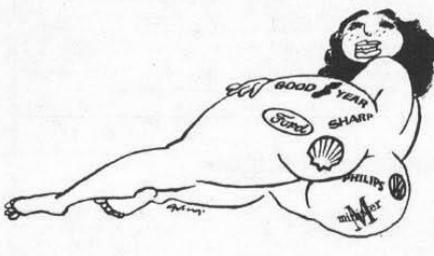
A versão brasileira (em cartaz no Teatro Municipal de S. Paulo, depois de estreado em maio em Campinas e ter percorrido algumas capitais) foi dirigida por Antunes Filho, encenador que marca seus trabalhos por sensível domínio da linguagem cênica. Ele afirma que seu espetáculo nasce do estudo das interpretações propostas por críticos e ensaístas que, como Arnold Hanser, se dedicavam ao estudo de Shakespeare. Mas sua opção é o confronto de Shakespeare com a realidade latino-americana. O espetáculo se articula numa estrutura circense.

A tragédia de Shakespeare permite as mais contraditórias leituras. Uma de suas versões mais célebres foi a de Laurence Olivier (o filme foi exibido no

Brasil há muitos anos). Atualmente, na República Democrática Alemã, o *Deutsches Theater* apresenta uma visão lúcida do texto, dirigida por Manfred Wekwerth, um dos mais expressivos encenadores do teatro contemporâneo. O aspecto mais penetrante é a interpretação do personagem, realizada de forma extraordinária pelo ator Hilmar Thate (que há poucos anos deixou o elenco do *Berliner Ensemble*). Sua opção, como intérprete, foi, dentro de uma inteligente articulação dialética, a chave da comédia: seu Ricardo III no início do espetáculo é um personagem divertido e simpático, conversando diretamente com os espectadores na plateia, subindo ao palco apenas para participar de uma ou outra cena; gradativamente transfor-

ma-se num tirano sanguinário, abrindo caminho para o poder através do assassinato e da corrupção, eliminando seus adversários com violência e, pouco a pouco, afastando-se para o fundo do palco — continua a referir-se diretamente ao público, mas seu olhar e suas palavras são marcadas pela crueldade e pela desconfiança. Termina morrendo, so, com uma imensa armadura de ouro. Em entrevistas à imprensa, o ator Juca de Oliveira afirma que sua interpretação não se fundamenta em exposição de conflitos existenciais, dentro da tradicional interpretação freudiana. Sua escolha, como ator, coerente com a proposta de Antunes, foi também a comédia como instrumento para a revelação do elemento trágico. (Fernando Peixoto).

Sexo em alta



ro inaugural da nova revista da Editora Abril. *A Revista do Homem*. Trata-se de um primor gráfico em que, por cento e quarenta páginas, a comercialização do sexo se processa, sob diáfanos mantos, tecidos particularmente pela notoriedade e pela publicidade.

Assim, ao mesmo tempo que apresenta mulher nua, faz-se propaganda dos cigarros da Souza Cruz, da gasolina da Shell, dos automóveis Ford, Chevrolet e Volkswagens, dos pneus Goodyear, das calculadoras Sharp, dos aparelhos Philips, etc. Assim, está presente todo o *team* que faz as delícias do "modelo brasileiro de desenvolvimento", apadrinhando um produto apresentado, em belas poses, por duas criaturas, para não discriminar, uma estrangeira, outra nacional. Na capa, para despertar o apetite dos leitores potenciais, uma delas, nua e de costas, está colada a um homem que, vestido e de frente, tem as

suas mãos suavemente pousadas em certa parte do corpo de sua parceira. Claro, a revista oferece, também, embora acessoriamente, textos destinados a atrair o interesse dos leitores: o futebolista famoso se defende de suas últimas conquistas comerciais, o romancista famoso apresenta capítulo de seu próximo romance, o colunista famoso fala da distensão, o político famoso fala de seu partido. Quem não quiser mulher nua, pode saborear tudo isso. E mais as páginas em que John K. Galbraith troca em miúdos a crise monetária mundial ou aquelas em que o comentarista esportivo mostra como o campeão nacional é um problema logístico ou aquelas em que certo especialista apresenta os melhores bares do mundo. Se o leitor não gosta de Vladimir Nabokov, erigido em grande romancista, bem ao tom da época, pode deliciar-se, a sério, com o texto de Hermilo Borba Filho, ilustrado por Ziraldo.

Diz o chefe da empresa, nas palavras de apresentação, que a revista se destina a "ajudá-lo (ao homem) a tornar-se completo". Muito bem, essa contribuição para crescimento do PNB, desde que "a meta é o homem", deve ser considerada segundo as condições em que se apresenta. Se, quando se fala em crise de papel, há papel para multiplicar revista desse tipo, é que, naturalmente, a atordoados foi falsa. É possível que os que fazem tais revistas tenham queixas a apresentar contra a área estatal da economia — embora a Petrobrás também tenha comparecido, nesta, com a ajuda de seu anúncio — e pretendem bater-se pela iniciativa privada, tão iniciativa e tão privada que fornece produtos como esse. Que a revista — como as congêneres — é feita com inteligência, com esmero, com muito gosto às vezes, não há a menor dúvida. Sexo e violência, no fim de contas, nos são fornecidos, em doses maciças, pelo cinema — ou por certo teatro, e mesmo pela televisão (aqui, com evidente prejuízo para o sexo, no binômio). Estamos habituados aos filmes de crime e de violência sexual; estamos mesmo endurecidos no hábito de assistí-los. Tudo, evidentemente, sob condições de comercialização superiores e bem organizadas, pagando altos royalties. Dizia, outro dia, um presidente de clube de futebol que tal esporte é importante para a segurança nacional. Acrescentamos que o mesmo acontece com as revistas aqui mencionadas. É um serviço, pois, — e cívico. (Nelson Werneck de Sodré).

A Revista do Homem. São Paulo, Editora Abril, 1975. N.º 1, Cr\$ 12,00, 140 pags.

CULTURA

O ÚLTIMO PAU DE ARARA

José Miguel Wisnik

Ao contrário do que prometia o baião, a dupla Venâncio e Corumba não esperou o último pau-de-arara pra deixar o seu Cariri: desde os anos 40 eles se apresentavam no Recife, e logo desceram para o Sul, onde começaram a gravar e a se apresentar em rádio. Já eram famosos quando Venâncio recebeu a notícia de que Jânio Quadros, candidato à presidência, iria visitar naquela noite de 1960 o seu programa de auditório. O poema que Venâncio ficou incumbido de dedicar publicamente a Jânio, nessa ocasião, é um verdadeiro documento: uma espécie de "jóia do populismo". Nele, Venâncio faz uma relação de oferendas brasileiras ao futuro e depois desafortunado presidente. A primeira era uma cabra preta, "dessa do leite forte/que a gente toma no norte". E diz:

*Quería ver o senhor
com uma mão pegar na cuia
com a outra o peito do bicho,
e eu juntinho por capricho
me rir por satisfação,
o leite branco espumando,
da cuia se derramando,
e eu dizer: beba, patrão!*

A lista continuava: jirimum do Rio Grande do Norte, "que nunca fica espapaçado", sal de Mossoró, "que ainda não foi refinado", farinha de Vitória de Santo Antão, abacaxi de Goiana no Pernambuco, queijo de cuia de Paranaíba, laranja doce da Bahia e café torrado em casa e pisado no pilão.

*Adespois de tudo isso
o que eu queria lhe dar
era um serviço pesado
mod' o senhor trabalhar.
Ah, doutor, se eu pudesse...
Eu não quero sair daqui
se eu não lhe desse o Brasil
mod' o senhor governar,
eu lhe dava um avião
e eu mesmo dizia: "suba,
vamos tirar carnaúba
do sertão do Ceará".*

No final, depois de convidar o candidato para uma limpeza geral do país, com uma desabusada e cerimoniosa malícia, o cantor oferecia de quebra o seu votozinho nas próximas eleições.

Daquele tempo prá cá, muita coisa já se foi: Jânio, o populismo, uma fase do carnaval e mais a dupla Venâncio e Corumba, que se desfez há alguns anos, por desentendimentos entre os dois irmãos. Os cantores vinham se transformando em produtores, em homens de negócios. Enfronhados no mundo do rádio e do disco, foram eles que lançaram Jair Rodrigues na vida artística, o que ficou sendo o seu maior trunfo no ramo. Quando a dupla se separou, Corumba deteve para si a gerência dos negócios de Jari, que agora, segundo consta, faz sucesso em Paris.

Por seu lado, Venâncio também se diz agora menos um cantor que um "orientador" de novos valores, que ele se encarrega de lançar e empresariar. Entre as suas atividades está a de produtor de uma gravadora nova: a *Crazy*.

Mas mesmo essa nova e absorvente função não o impede de rememorar velhos poemas, às vezes, como aconteceu recentemente no show de Fagner na Feira de Música do Teatro Aplicado, em São Paulo. No final do show ele subiu ao palco e, diante de um público que havia cantado com Fagner "O último pau de arara", de sua autoria e de Corumba, ele atacou sem explicações o verso "eu sou face de me-ri", com que abriu uma longa defesa da poesia: *O Brasil pode ter fome mas não é fome de verso aqui pode faltar tudo carne de vaca, feijão, mas verso não falta não.*

E provava que todo o Brasil é bahiano, através de toda a escalada da seleção brasileira de 58: *Gilmar é nascido em Santos, mas Santos é da Bahia; Bahia de Todos os Santos.*

O cantor, o empresário e o conferencista

Numa rua do bairro de Moema, em São Paulo, onde fui entrevistar o cantor e repentista, encontrei o outro Venâncio, sentado atrás da mesa de seu escritório de promoções artísticas. Numa sala onde a conversa fica em suspensão toda vez que pousa um avião no aeroporto de Congonhas funcionam, ao mesmo tempo, a sede da ARPOFOB (Associação de Repentistas, Poetas e Folcloristas do Brasil, da qual ele é fundador-presidente), a produtora musical da gravadora *Crazy* e o escritório da firma *Genial Venâncio Produçãosomos*.

Ali, antes de dar qualquer entrevista, Venâncio me apresentou cantores que ele vai lançar pela *Crazy* (essa gravadora está associada à empresa gráfica *Miruna*, e em breve estará prensando seus próprios discos): cantores *juvenis*, um seresteiro, um músico de forró (marceneiro, às vezes faz temporadas como cantor em buates na Liberdade). Explica que sua função é preparar esse pessoal para o profissionalismo, transmitindo-lhes experiência, dando aulas de como pronunciar.

Demoro para acomodar na minha cabeça as várias imagens de Venâncio: o cantor que absorveu desde a infância o folclore do nordeste, o empresário que está preparando um esquema para "vender o artista" para a "televisão, clubes, etc.", desde que, como ele explica muito sério, "faça sucesso e tenha bom procedimento" (isto é, uma espécie de consciência profissional). E ainda outra face se revela: a do conferencista que mistura folclore

Venâncio, o "guru dos cantores nordestinos em São Paulo", percorreu um longo caminho do sertão do Cariri até os meandros da indústria do disco, passando pelo circo, o rádio, a televisão e o cinema



Foto: Augusto Rennauro

nordestino com doutrina umbandista, que faz considerações filosofantes e meio empoladas, e que ganha cachês razoáveis para se apresentar em facultades de música.

A cultura escondida e o baú vazio

"Eu, um velho de 66 anos de idade, não admito o acaso, não aceito o determinismo, que eu li muita filosofia transcendental, encontrei muita coisa que por aí não se encontra, sei que o homem não nasce, não cresce, não envelhece e não morre, não existe velho nem moço. Não existe estrangeiro, existe ser do planeta Terra. Entendeu? Você vê: eu, nordestino pernambucano, de cabelo arrepiado, da bunda grande, mas lá dentro de mim tem o italiano. E agora? Chamava-se Cavalcanti, meu bisavô, e agora?" E acusa "o separatismo que não tem função intrínseca".

Homem de rádio, Venâncio foi um dos principais lançadores da música nordestina em São Paulo, levando os cantores para os programas, e fazendo a promoção dos forrós. Segundo explica, o forró é um acatamento paulistano, um folguado que serve como ponto de encontro para o nordestino na cidade estranha. No Nordeste não há necessidade do forró: a música ocorre naturalmente nas datas festivas. Mas no Brás a música nordestina é praticamente uma situação nova, misturando-se com boleros e às vezes com iê-iê-iê. Jorge Mello, compositor e um dos organizadores da Feira de Música do Teatro Aplicado, e que está presente, lembra que viu pelo Norte muito sanfoneiro tocando *O bla di o bla* dos Beatles com a mesma naturalidade de quem toca uma melodia folclórica.

Venâncio não gosta desse tipo de mistura no forró. Na

véspera ele tinha visto o Grupo Capote apresentar uma composição que se intitulava *forró*

"O Brasil eu reputo o país de maior cultura do mundo. Se eu abrir a boca pra cantar, você vai dizer: puxa, essa eu não conheço. A cultura está toda encabaçada, não foi mostrada. Por aí fora o que eles têm já foi mostrado. Não tem mais nada. O baú está vazio".

Os sons que ninguém ouve

A ARPOFOB, Associação de Repentistas, Poetas e Folcloristas, teria por função "pesquisar e definir a presença do folclore na cultura brasileira". Atualmente isso não acontece, "por falta de associados". Mas segundo Venâncio, ela cumpriu um papel importante: dar situação profissional ao repentista, antes considerado literalmente marginal. Entre suas atividades, Venâncio gosta também de ter tirado de uma cadeia do Brás a dupla de cantores Oliveira e Oliveira, fazendo que eles contassem suas desventuras ao delegado através das mais intrincadas formas de improviso poético.

Já a *Crazy* é uma história à parte. A gravadora acaba de lançar uma bem cuidada coleção de três Lps com músicas de cantores nordestinos, e um disco contendo material de cordel sobre o padre Cícero. Evidentemente esses discos não podem competir com os das grandes gravadoras, poderosas empresas multinacionais apoiadas numa rede de interesses ligadas à música estrangeira. Mesmo assim, eles se espalham pelo Brasil quase sem que se note sua presença: a distribuição atinge principalmente os pontos de venda do interior, fora dos grandes centros.

Jairo Rodrigues, que ocupa a sala ao lado da de Venâncio, um dos donos da *Crazy*, fundador da *Chanteleer*, diz que sua empresa se interessa por qualquer tipo de música, mesmo as indefectíveis 10 mais da parada de sucessos internacionais. Revela também que é proprietário da *Caritas*, gravadora especializada em discos espiritualistas, desde a mesa kardecista à umbanda, a candomblé, e a "coisas mais escabrosas", como a "linha de esquerda", a quimbanda. A *Caritas* tem 21 Lps no mercado, mais 4 prontos e 6 em preparação. Os que foram lançados vêm vendendo continuamente (e já atingiram, segundo ele, de 60 a 100 mil cópias vendidas). Seu segredo é vender diretamente aos terreiros, num trabalho de divulgação que faz há 10 anos, o que motiva o interesse das gravadoras maiores pela compra da *Caritas*. Mas enquanto essa lança o candomblé "autêntico", a *Crazy*, por sua vez, prepara-se para lançar candomblé em "ritmo jovem brasileiro".

Jairo anuncia ainda o lançamento de um disco onde a mensagem espiritualista virá acompanhada de sons de alta frequência, inaudíveis, mas que podem "massagear" o ouvinte, favorecendo a "mentalização".

Em sua longa viagem do interior de Pernambuco até as grandes capitais Venâncio e Corumba aprenderam muita coisa como, por exemplo, que os nordestinos em São Paulo formam um poderoso público que tem suas solicitações próprias. Como público da música sertaneja, formado também por uma população deslocada de seu lugar de origem, o público da música nordestina em São Paulo é fiel, e compra independentemente das "paradas de sucesso". Para essa música, e ao contrário da "música jovem" não há os fulminantes e passageiros "piques de audiência": um disco vende indefinidamente, por um tempo muito mais longo. E essa música circula, a seu modo, longe das suspeitas da imprensa, da crítica especializada, do gosto dominante da classe média.

Venâncio, homem ligado à tradição musical nordestina, parece representar o intelectual ligado à cultura folclórica tradicional que se organiza para enfrentar o labirinto do grande centro industrial, urbano, massificante. E que realmente se organiza, ainda que se misturem a *Crazy* com a *Caritas*, que Venâncio seja muitas vezes o associado-único da Associação de Repentistas do Brasil, e que realmente, quanto à *Genial Venâncio Produçãosomos* não se saiba mais quem produz, nem quem somos.

Venâncio faz alegorias onde os homens representam bichos, e várias vezes termina suas frases dizendo: "tudo é subjetivo, objetivamente não existe, e o que não existe objetivamente não funciona. Entendeu?"

Enquanto isso suas 500 músicas gravadas, onde se misturam sambas com boleros, canções com tangos e toadas com cocos tentam a sorte nessa loteria musical que é, à custa de parcerias, ter sempre o maior número possível de composições no mercado, para tentar a sorte grande dos direitos autorais, que nunca parece chegar para esse poeta e empresário torturado, cercado de fichários e de violas mudas.

ESPECIAL

O NASCIMENTO DE UM REGIME — VI

Em debate, de diferentes ângulos de abordagem, o recente livro de Fernando Henrique Cardoso, **Autoritarismo e Democratização**.

Autoritarismo e Democratização, de Fernando Henrique Cardoso. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1975.

Nunca o ouvira falar em público. No seminário sobre alternativas políticas no Brasil contemporâneo, na reunião da SBPC em Belo Horizonte, foi a primeira vez. Com a maior clareza demonstrava que perseguir a institucionalização sem democratização é tentar realizar a quadratura do círculo. Como a Universidade brasileira pode se passar por tão rica, a ponto de privar-se da presença de Fernando Henrique Cardoso, pensaria o mais inocente dos observadores. As mesquinhas da política paroquial universitária estando longínquas, hoje parece incompreensível a sua dispensa do trabalho de professor. "Voyons, Monsieur, on n'arrête pas Voltaire", teria dito o general De Gaulle a um zeloso ministro que se assanhava para prender Sartre em maio de 1968.

A qualidade maior desse livro, reunião dos últimos trabalhos de Fernando Henrique Cardoso, é a insistência, através de uma análise crítica da conjuntura contemporânea, em encontrar os caminhos para a democratização. Ultimamente tem revigorado a moda de se considerar tal preocupação como anacrônica. Após a leitura desse livro, a conclusão a tirar é que o anacronismo, na realidade, reside na insistente recusa em abrir a participação no sistema político à maioria da população.

Os trabalhos mostram justamente que os interesses contrastantes das novas forças sociais, que emergiram nas úl-

A LUTA PELA DEMOCRATIZAÇÃO

Paulo Sérgio de M. S. Pinheiro*

timas duas décadas, não podem ser satisfatoriamente atendidos por um processo de decisão de um clube burocrático ao qual poucos tem acesso. Como já disse o autor, quem criou isso não foram as mentes perturbadoras dos sociólogos e cientistas políticos: foi invenção da própria vida.

Democracia, não uma volta ao passado

Para enfrentar a questão da democracia, os trabalhos tomam suas distâncias tanto em relação às odes à situação anterior ao movimento militar de 1964, como à cantilena liberal conservadora. Nenhum ressaibo de algum indistigável-saudosismo-pelo-passado - não - muito - remoto. E estamos longe da mensagem liberal de cunho udenista, que muita vez tem o risco de envolver no seu rastro a defesa de interesses particularistas inconfessáveis. Talvez, esses estudos venham a contribuir para ficar claro uma vez por todas que a indagação em torno das formas da democracia não implica uma volta a situações anteriores. Porque em nenhum momento se cogita de propor uma reinstauração dos agradáveis disfarces do populismo de tão grande utilidade para a exclusão das massas do processo político. O caminho a ser percorrido implica, ao lado da superação do autoritarismo, o abandono definitivo das manipulações populistas. **a ênfase na questão da democracia não é um mero exercício intelectual para disfarçar uma estratégia para voltar ao passado.**

Além de não haver máquina do tempo disponível, no Brasil, felizmente, não se corre esse perigo: cogitar a questão da democracia é pensar no futuro porque o passado foi sempre o domínio das composições elitistas e manipuladoras das classes populares.

Justamente, perpassa todos os estudos a preocupação pelo que o autor (com as cautelas necessárias) chama de democratização substantiva: "não se trata obviamente de substituir a luta de classes por uma panacéia de participação indeterminada, mas de criar arenas e o clima de liberdade que permitam aos trabalhadores, aos assalariados em geral, aos sindicatos, às organizações culturais, religiosas e políticas exercer sua ação transformadora". Dispensado está de se dizer, a respeito dessas análises, o que disse outro crítico da sociedade de seu tempo: "que ingenuidade — pedir àqueles que tem o poder para reformarem o poder" (1). Em nenhum momento está almejado um despotismo esclarecido que amenize algumas dores localizadas e promova a volta aos alegres tempos do populismo.

Democracia e Intervenção do Estado

Foi possível formular claramente as novas possibilidades da democracia por terem sido levados em conta os novos arranjos ocorridos na articulação entre a ordem civil e a ordem pública, ao examinar a questão do Estado.

continua na página ao lado

Entre os muitos vícios que campeiam nos chamados meios acadêmicos do país, pelo menos dois merecem destaque: o receio que têm muitos intelectuais de dar divulgação às suas idéias e pesquisas, como se o aperfeiçoamento dessas idéias dispensasse a discussão e a crítica; e o emprego de uma linguagem hermética e ultra-tecnista, pouco compreensível, que faz com que os trabalhos divulgados só sejam entendidos por um limitado círculo de especialistas.

Fernando Henrique Cardoso é um daqueles poucos intelectuais que romperam com essas limitações, passando a divulgar corajosamente seus trabalhos e procurando ao mesmo tempo fazê-los acessíveis a um público mais amplo, sem descuidar da pretensão de estar fazendo ciência. Nessa caminhada, ganhou influência nos meios oposicionistas do país e hoje é figura quase que constante nos debates que se travam sobre a realidade brasileira. Quando se trata, portanto, de discutir uma obra de autor tão conhecido e influente, formador de opiniões, me parece que o mais relevante é discutí-la criticamente do que simplesmente fazer um relato elogioso de suas teses.

Tanto nos seus livros, como nos seus artigos publicados em jornais ou revistas, Fernando Henrique Cardoso tem não somente se preocupado em analisar o tema da dependência, mas em desenvolver e esclarecer sempre mais sua teoria sobre os regimes autoritários. Corretamente, ele insiste que a discussão sobre a caracterização da forma que o estado assume neste ou naquele país não guarda interesse puramente acadêmico e teórico. "Não se trata do nome que se dará ao regime, mas de quais são suas características e sua capacidade de buscar apoio", acrescentando que isso "é decisivo para analisar quais as formas eficazes de oposição". Se a caracterização correta de um determinado regime é essencial para que se tenha uma correta e eficaz postura diante dele, como então entender o autoritarismo?

Os diferentes fascismos

Se bem que em seus artigos seja possível encontrar pistas esparsas aqui e ali sobre esse conceito, Cardoso costuma analisar o autoritarismo utilizando-se da comparação com o fascismo, para então indicar as diferenças entre os dois. Segundo ele, enquanto os regimes fascistas, tal como a história os conheceu na Alemanha e Itália, costumam ser altamente mobilizadores e apoiam-se em partidos de massas que ocupam todo o espaço institucional aliando para a ilegalidade os outros partidos, "os regimes autoritários, que caracterizam a atual fase do desenvolvimento-dependente (...) não são mobilizadores, não organizam partidos e limitam as tendências existentes para transformar em doutrinas abertamente totalitárias as bases ideológicas sobre que se assentam". No plano ideológico existiria outra diferença entre esses regimes, pois o fascismo se apoiaria claramente numa ideologia de cunho nacionalista e chauvinista (mobilizadora), enquanto que o autoritarismo insistiria não tanto no nacionalismo, mas no desenvolvimento de uma "ideologia de Estado" (desmobilizadora).

Ao designar as características do autoritarismo e ao proclamar a existência de um partido de massas como fundamental ao fascismo, Cardoso se aproxima de alguns autores que mais recentemente têm se dedicado ao estudo

O AUTORITARISMO DEPENDENTE

Marcos Gomes



"É necessário recolocar a discussão em outros eixos, no caso, os da dependência, para evitar alguns falsos dilemas presentes no livro de Fernando Henrique Cardoso".

"Ao proclamar a existência de um partido de massas como fundamental ao fascismo, Fernando Henrique Cardoso se distancia de estudiosos que deixaram pistas essenciais para o estudo desse regime".

dos regimes fascistas, como Poulantzas, mas se distancia de outros respeitáveis teóricos que deixaram pistas essenciais para o estudo científico da natureza desse regime, como Georges Dimitrov.

Com efeito, em memoráveis obras — infelizmente hoje pouco conhecidas, talvez porque fogem aos modismos — Dimitrov, também preocupado em apreender os traços fundamentais do fascismo e não seus apensos, as formas aparentes que ele pode assumir de acordo com a conjuntura mundial e com as características internas de cada país — indicou que o fascismo é o poder do capital financeiro, que para se estabelecer utiliza-se abertamente do terrorismo face aos trabalhadores, às camadas mais consequentes do campesinato, à pequena burguesia e aos intelectuais. Isso porque o fascismo é a única forma de, nos momentos de crise econômica, o capital financeiro jogar as consequências da crise nos ombros dos trabalhadores e obter formas de explosão do trabalho inviáveis num quadro de democracia burguesa normal.

Dimitrov mostra como o fascismo não se desenvolveu somente na Itália e na Alemanha, alastrando-se por outros países como a Polônia, a Bulgária, a Iugoslávia, a Áustria, etc. e como assumiu formas diferentes nesses países — em nem todos, por exemplo, o regime fascista dispunha de um partido de massas.

"O desenvolvimento do fascismo e a ditadura fascista assumem nos diferentes países formas diversas segundo as condições históricas, sociais e econômicas, segundo as particularidades nacionais e a situação internacional do país dado. Em certos países, principalmente onde o fascismo não dispõe de ampla base de massas e onde a luta dos diferentes agrupamentos no campo da burguesia fascista é muito forte, o fascismo não decide de início liquidar o Parlamento e deixa aos outros partidos burgueses, inclusive a social-democracia, uma certa margem de legalidade. Em outros países (...) o fascismo estabelece seu monopólio político ilimitado, ou imediatamente, ou se valendo cada vez mais do terror e da repressão face a todos os outros agrupamentos concorrentes. Isto não exclui a possibilidade de o fascismo, num momento em que sua situação se agrava, tentar ampliar sua base e, sem modificar seu caráter de classe, combinar a ditadura terrorista aberta com uma falsificação grosseira do parlamentarismo" (1).

Nas coordenadas da dependência

Essa citação é necessária para recolocar a discussão do caráter do regime fascista em outros eixos e evitar alguns falsos dilemas apresentados por Fernando Henri-

continua na página ao lado

Uma das contribuições mais provocantes foi pensar o sistema político em termos de "anéis" que cortam horizontalmente as duas estruturas burocráticas fundamentais, a pública e a privada. Essa proposta abre a possibilidade de se pesquisar as novas formas da crítica das classes dominantes. Menos do que engrossar as fileiras da crítica ao "estatismo", a tarefa principal que se impõe é explicar a forma estatal, a ideologia do Estado, as políticas por ele engendradas. O que permitirá verificar que a questão da democracia, pelo menos na atual etapa, não implica necessariamente o enfraquecimento do Estado. Daí a preocupação em verificar os "níveis reais" onde ocorrem os processos de decisão. Assim, diante do "aumento da participação direta do estado na economia e nas áreas sujeitas à regulamentação política na vida moderna, pouco vale sonhar com uma volta ao passado", mas cumprir ampliar o debate dentro do âmbito do Estado e buscar fórmulas de participação nas decisões.

Essa postura permite ainda fornecer novos dados para a compreensão do verdadeiro sentido da grande campanha que hoje se articula contra as "ameaças de crescente estatização" no Brasil.

E, para acalmar os furiosos anti-estatais, não bastam nem medidas amplamente alardeadas pelo governo, limitando a expansão das empresas governamentais (3). A orquestração da campanha vai mais longe ainda. Esses mesmos interesses não hesitam em intrigar e promover ativa campanha contra ministro de governo que teve a de colocar algumas questões a respeito das relações entre as empresas multinacionais e o controle do processo de decisão nacional.

Sem nenhum favor, essas análises de Fernando Henrique Cardoso constituem o esforço mais inovador apresentado recentemente para a compreensão da conjuntura política contemporânea no Brasil. Muitos afirmam que as análises são mais intuições do que conclusões de pesquisa aprofundada, ou outros eternos insatisfeitos lamentarão que ainda não era a obra que se esperava depois de *O modelo político brasileiro*. Creio que tudo isso importa muito pouco ou nada. A qualidade do pensamento crítico se mede por sua capacidade de dar conta das



"As análises de Fernando Henrique Cardoso constituem o esforço mais inovador apresentado recentemente para a compreensão da conjuntura política contemporânea no Brasil"

"As análises de Fernando Henrique Cardoso, ainda que situadas na grande tradição brasileira de privilegiar as articulações das classes dominantes, superam esses limites ao colocar claramente o problema da democracia."

inovações do real e de abrir linhas criadoras para a investigação. E isso tem sido amplamente atingido. As análises, ainda que situadas na grande tradição brasileira de privilegiar as articulações das classes dominantes, superam esses limites ao colocar claramente o problema da democracia. Liberando-a dos diafances do liberalismo e do populismo que na realidade serviram historicamente, como apontam os trabalhos, para dourar o elitismo, a política de cúpulas, o regime político restrito, a cooptação em lugar da representação.

Talvez por isso as análises irritem tanto a outros críticos pretensamente puros de nossa sociedade. Porque conseguiu desprender-se da visão ética da política, que despreza considerar quaisquer alterações que estejam ocorrendo no "establishment", em troca da torcida (da arquibancada) pelo papel redentor que algum dia, querendo Deus, caberá às classes trabalhadoras. É uma difícil opção, sobre a qual pesam todos os riscos de ficar no meio do caminho ou de ir fazer companhia a todo genero de reformistas que precederam o nosso tempo.

Entretanto, ao se fazer um balanço do que foi o pensamento crítico no Brasil e a política dos partidos ligados às classes trabalhadoras, esses temores diminuem — e no caso concreto do livro em questão somem por completo. O esforço de levar em conta e entender concretamente a política de cúpula, numa perspectiva de democratização, quanto mais não fôra, pode indicar um sinal de amadurecimento da análise política. Graças às reflexões de Fernando Henrique Cardoso, talvez se esteja construindo, afinal, a possibilidade de se elaborar substancialmente a oposição à visão triunfalista das classes dominantes, que sempre assolou o nosso querido Brasil.

(1) Giordano Bruno, 1548 — 1600, filósofo italiano, ensinou em Paris, foi queimado em Roma como herético.

(3) vide os resultados da reunião de Conselho de Desenvolvimento Econômico, aos 18 de julho de 1975, realizada sob a presidência do general Ernesto Geisel, *Planejamento e Desenvolvimento*, anexo 1, ano 3, número 2, julho 75.

que Cardoso, como o já citado partido de massas. E claro que o que nos interessa é compreender de que forma este tipo de regime pode se desenvolver num país dependente — isto é, que não dispõe de uma burguesia monopolista suficientemente forte política e economicamente para se apoderar sózinha do estado e fazê-lo seguir um caminho que reflita seus interesses específicos. Ao contrário, nestes países, o estado é sustentado pela aliança entre a burguesia monopolista externa (em geral com a hegemonia norte-americana), a burguesia monopolista local, dependente e associada e — fato sempre esquecido (ou negado) por Cardoso — os latifundiários. Essa aliança complexa reflete, por sua vez, o caráter complexo da base econômica material destes países, onde o capital monopolista coexiste com formas pré-capitalistas de produção, evidentemente submentendo-as às suas leis gerais, mas nunca destruindo-as. Os latifundiários tendem a perder força nessa aliança, mas o simples fato de o monopólio da propriedade territorial — relação de produção tipicamente pré-capitalista — permanecer intocada nesses países dependentes, demonstram a força política que os *terratientes* ainda dispõem.

Mantendo e reforçando as relações de dependência com o capital financeiro internacional, esses regimes não podem, portanto, levantar a bandeira do nacionalismo — tentam sempre, mas ela se esvaia num período curto, tendo em vista a própria necessidade de o regime proclamar as excelências do capital externo e o fato de o estado dispor de instrumentos suficientes para conviver com esse capital (daí talvez a razão de uma "ideologia de estado" ser considerada desmobilizadora). Perdem, com isso, a possibilidade de utilizarem uma bandeira altamente mobilizadora da população. Fernando Henrique Cardoso se refere ao caso do Chile como o exemplo de um país onde, nos primeiros momentos de crise do estado, "as tendências fascistas apresentam-se com energia", mas "com o tempo a apatia é preferida à mobilização". Curioso regime esse, que "prefere" a apatia à mobilização, num momento em que, no chamado concerto das nações, é acusado de não dispor de nenhum apoio popular. Não seria exatamente o contrário que seus dirigentes pretenderiam? Mas como fazer isso numa hora de crise, em que se tenta jogar todos os efeitos da crise nos ombros dos assalariados, em que se devolve empresas nacionalizadas a seus antigos donos externos e se paga vultosas indenizações às companhias norte-americanas, ex-proprietárias das minas de cobre? Parece evidente que não se mobiliza não é porque não se quer, mas porque as bases materiais para isso são muito escassas.

As bases econômicas de sustentação

Apesar dos esforços empreendidos por Cardoso para caracterizar os chamados regimes autoritários, o resultado é que os conceitos não ganham um mínimo de precisão, o problema de haver ou não mobilização de massa fica dependendo da "preferência" do regime e a finalidade maior de se definir uma postura política consequente

diante dele é enormemente prejudicada. Um corolário político importante que se parece retirar quando se define o regime como autoritário é que seria possível se restabelecer as liberdades eliminadas a partir da evolução do próprio regime, pois forças que os sustentam — ou para empregar uma duvidosa expressão de Cardoso, seus segmentos não totalitários — também estariam interessados nesse objetivo. Isso evidentemente tem repercussões na prática política, já que, em se tratando de um regime fascista e não de um regime autoritário, não se concebe o esforço pela volta da democracia através de alianças com forças do próprio regime.

A incorporação dos aspectos políticos essenciais dos regimes que tendem a se estabelecer nos países dependentes leva Cardoso a negar aspectos relevantes de suas bases de sustentação econômica. Ele qualifica como sendo "equivocada" a tese de que estes regimes dependem da superexploração do trabalho para viabilizar seu modelo econômico, argumentando que o essencial para a acumulação capitalista não é a baixa relativa crescente do custo da força de trabalho. "A concorrência entre os capitalistas e a introdução de novas tecnologias, juntamente com a ampliação crescente da escala de acumulação, é que garantem o dinamismo do sistema"; explica ele.

Esquece-se, no entanto, que não se trata de qualquer capitalismo e nem de qualquer país capitalista. Tratando-se de um país dependente, que precisa atrair mais e mais capitais para viabilizar seu esquema de crescimento econômico, torna-se inevitável o estabelecimento de uma vantagem comparativa para o grande capital internacional e uma vantagem que se oferece é o aviltamento do preço da força de trabalho. Isso sem prejuízo de que continue se processando outros efeitos do ciclo da acumulação capitalista, como a introdução de novos processos produtivos e a monopolização do capital. O controle que o capital monopolista internacional costuma exercer sobre a economia dos países dependentes se expressa pelo controle da parcela mais significativa e do núcleo mais dinâmico da economia desses países. Ele consegue manter a taxa de lucro de suas empresas extremamente elevada em virtude de uma taxa de exploração do trabalho anormal, diferente daquela que vigora nos países capitalistas onde as liberdades democráticas não foram destruídas. Por sua vez, a necessidade de manutenção dessa política de salários baratos está intimamente ligada com a forma política que os regimes desses países assumem. Esta força de trabalho abundante e barata é o atrativo principal com que esses regimes jogam na sua ansia de atrair capitais externos e é também o dado central com que os investidores externos contam para trazer seus capitais industriais. E essa verdade meridiana que Cardoso pretende negar, ou, no mínimo, tornar irrelevante.

Uma ótica da cidade

Finalmente, há ainda um aspecto importante nas análises do autor e na sua pregação pela estruturação de uma "sociedade civil" através do estabelecimento de um pacto que regulamente e legitime as relações das várias classes e de seus interesses contraditórios: a completa ausência de referências tanto ao papel dos latifundiários

no regime, como ao papel dos vários tipos de trabalhadores agrícolas na formulação desse pacto. A bem dizer, a sociedade civil proclamada por Cardoso é uma sociedade urbana formada por assalariados, onde parece não haver lugar para os trabalhadores do campo. Essa ótica, quase que exclusivamente "urbanista", que parece penetrar todos os seus trabalhos, não é gratuita, pois, para muitos estudiosos, a questão da democracia parece ser uma questão essencialmente urbana. Isso decorre de um sério erro de concepção teórica. Originalmente, o que se entendia por transformação democrática era exatamente as transformações empreendidas pela burguesia, em seu período histórico-ascendente, no sentido de destruir as sobrevivências da sociedade feudal e instalar a igualdade formalmente jurídica para todos. Como resultado dessas transformações, os trabalhadores produtivos, principalmente do campo, mas também das cidades, adquiriram aquelas duas espécies de liberdade tão necessárias ao modo de produção capitalista: ficavam livres de quaisquer meios de produção (contando apenas com seu nervos e músculos, sua capacidade de trabalho) e livres de vender sua força de trabalho onde bem entendessem. Nos chamados países dependentes, a sobrevivência de relações pré-capitalistas e a existência de enormes contingentes de trabalhadores produtivos ligados a essas relações demonstra, com vigor, um dos traços básicos desses países: neles as transformações de caráter burguês não foram inteiramente processadas e apesar de o capitalismo predominar, ele convive, entrelaça-se e se serve das relações de produção pré-capitalistas. No Brasil, por exemplo, de acordo com o último cadastramento do INCRA, existiam no campo cerca de 7 milhões de trabalhadores produtivos (de um total aproximado de 13 milhões), compreendendo dependentes do proprietário trabalhando, pequenos proprietários (minifundistas), parceiros, reideiros, etc., sem se considerar a importante parcela dos posseiros, muito difícil de ser avaliada. Não haverá pacto social com alguma possibilidade de ser efetivamente viável que não leve em consideração o encaminhamento da questão agrária, mesmo porque o próprio campo se encarrega de mostrar aos governantes a potencialidade de tensão social que encerra, sempre envolvendo a questão da posse da terra. Um interessante levantamento feito a partir de notícias divulgadas pelo jornal *O Estado de S. Paulo* (2) mostra que no período de 1971 a 1974 ocorreram no país cerca de 197 conflitos de terras, sendo que 30 foram considerados "graves", totalizando 63 mortos e 19 feridos. A intensificação desses conflitos e seu agravamento nos últimos anos por si só deveria servir de alerta àqueles que, ao tratar da realidade brasileira, simplesmente abstraem a existência da questão agrária e da questão camponesa. E esse vício, também muito comum na comunidade acadêmica, F. H. Cardoso ainda não superou.

(1) Georges Dimitrov, *Ouvres Choisis*, Editions Sociales, Paris, 1972.

(2) Vera Lúcia G. da Silva Rodrigues e José Gomes da Silva, "Conflitos de terras no Brasil: uma introdução ao estudo inspirado da violência no campo / Período 1971 a 1974", in *Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária*, Março / Abril de 1975.

Num excelente poema, que o espetáculo transforma em canção, Carlos Queiroz Telles afirma que a prisão e a liberdade, a derrota e a vitória, acabam sempre reunidas e que "a tristeza e a alegria/a desgraça e a glória/ têm um encontro marcado/ na Ladeira da Memória". Em certo nível é a definição da proposta de "Porandubas Populares" (1): em seus melhores textos, Queiroz tem se remetido ao passado para falar sobre o presente. E nesta reflexão, a memória é um elemento de destaque. No mais estruturado de todos, "Frei Caneca", a forma de abordar um tema histórico controverso parte de uma fala do personagem central — "perdemos a revolução por falta de memória". Em "A Semana", um acontecimento menos recuado no tempo do que as lutas durante a consolidação da Independência, mas também já histórico, a Semana de Arte Moderna de 1922, era revestido para, entre outros objetivos, afirmar ideias dirigidas ao momento imediato. Responder ao presente tem sido a qualidade deste teatro que não se preocupa com a posteridade. E que pretende ser não apenas testemunho de nosso momento histórico, mas também instrumento de sua transformação. Em "Porandubas", Queiroz está diante de um tema mais vasto: não um instante de São Paulo, mas sua trajetória histórica, da fundação até nossos dias. O texto possui a qualidade de fornecer um roteiro para um espetáculo criativo. Tem vitalidade e alegria, humor e teatralidade. Mas permanece no meio do caminho. É evidente que, em toda dramaturgia brasileira de nossos dias, muitas vezes a razão do não ir às últimas consequências de uma análise tem origem em fatos externos ao exercício da atividade teatral. Mas é negável que "Porandubas", retomando alguns ele-

(1) *Porandubas: notícias, em tupi-guarani. Como afirma Carlos Queiroz Telles: "Notícia selvagem dos nossos tempos de maior selvageria. Notícias muito populares por quem procuram corar sempre o povo em cena, seja através de seus feitos, seja através dos poetas da cidade, porta-vozes dos seus feitos".*

O teatro que se faz para as crianças, no Brasil, é quase sempre de segunda categoria, desprezado com a pesquisa de uma linguagem peculiar ao público que lhe diz respeito. Aproveitando o espaço que a cenografia dos espetáculos noturnos deixa livre, inscreve-se no propósito fundamental de colher bom faturamento de bilheteria, nas tardes de sábado e domingo. Assim, a cada espetáculo que assiste, vê-se bombardeada de valores e conceitos rígidos e acomodados, quase sempre evitados de expressões regressoras, que não estimulam sua criatividade.

Nesse panorama desanimador algumas exceções se destacam. Por exemplo, no Rio, as montagens de Ilo Krugli, um argentino radicado no Brasil. Ele faz de seu trabalho teatral uma permanente investigação sobre as relações da ideologia vigente com a formação da criança, buscando alcançar as possibilidades de interferência transformadoras nas convenções que lhe são dadas dia-a-dia.

Ilo sabe que "somos adultos". E por isso se pergunta, a cada espetáculo que produz, "até que ponto o que criamos para a criança não é uma mera apreciação sensível e paternalista do que ela é, ou a nossa visão da vida que queremos oferecer ou impor a ela".

Com "Da Metade do Caminho Ao País Do Último Círculo", o grupo de Ilo Krugli, aprofundando suas críticas às concepções bem comportadas da sociedade de classes, dirige seu espetáculo não somente ao público infantil, mas também ao adulto, aprofundando os experimentos de sua investigação: "O que é a criança; o que é o adulto?"

mentos do teatro de revista, mesmo quando diverte e se comunica com facilidade com o público, não atinge um nível mais penetrante. Existe a estrutura, a ironia, os episódios selecionados para examinar passado e presente da cidade de São Paulo são oportunos, as analogias resultam de observações justas (e algumas apontam relacionamentos que o texto não pode, por força maior, desenvolver); mas sente-se que tudo poderia ter sido mais aprofundado.

Curioso é que nos momentos-chaves, como em "A Semana", Queiroz passa a palavra à poesia de Mário de Andrade (é Mário, requisitado como personagem, quem encerra, em ambas as peças, o conteúdo da chamada "mensagem"). Mas o mais expressivo, como texto, são versos do próprio Queiroz. Poeta popular sensível, o que pensa de S. Paulo está, mais do que nas cenas, na ironia clara e direta de "Caminhos da Liberdade" ou "A Religião", de "Anhangabá" ou "Supermercado".

O espetáculo de Mário Masetti, enérgico e escolhendo caminhos justos, tem o paradoxal defeito-qualidade de ser timidamente fiel ao texto. E sua opção cênica implica em dois riscos que mantêm o espetáculo no nível exato do texto. O primeiro risco foi uma alteração na estrutura da peça, não compensada por um "ir às últimas consequências" que a justificaria: Mário preferiu praticamente eliminar (em termos de solução cênica e cenográfica) a ideia da viagem de turismo, mas não a eliminou em termos de texto (os quatro personagens da agência de turismo falam o tempo todo numa excursão que o público não encontra concretizada em cena). Daí resulta que o fio condutor da peça não se torna presente e necessário: as cenas, entretanto, não estão expostas como episódios isolados e se

ressentem de uma ligação mais nítida. Segundo risco: a opção por uma representação em certo sentido "circense" é sem dúvida uma das leituras justas do texto, capaz de criar, pelo sarcasmo, uma realidade cênica nacional e eficaz. Mas Masetti enfrenta problemas na realização: o rendimento de seus intérpretes baseado muito mais no entusiasmo e na "garra" do que na consciência técnica, não completa (e falta de pesquisa de um trabalho gestual) uma visão crítica dos personagens e episódios. O que existe, neste sentido, às vezes se perde por falta de precisão ou consciência do significado. Um exemplo: dois atores falam ao mesmo tempo que esmagam um índio (e não serão os índios os verdadeiros protagonistas da fábula), mas o gesto é apenas "marca-

"Com a criança" — diz — "talvez sejamos inquietantemente generosos e com o adulto respeitamos a indulgência. Mas a verdade é que suspeitamos que há uma linguagem que nasce numa ponta e vai à outra, da criança ao adulto, os símbolos da verdadeira natureza e realidade e os símbolos da realidade convencional e ética".

Neste espetáculo ele busca uma resposta. Como dirigir-se a públicos tidos como tão diferentes, a partir de um mesmo texto dramático? O que se tem para dizer a ambas as platéias, de modo a levar até elas uma informação criativa e transformadora? Nada melhor do que uma exposição fantástica e mágica do processo vivencial humano, com suas alternativas na procura por sua verdade maior, que é o movimento permanente, a própria transformação contraditória do dia-a-dia.

Ibeji (Sérgio Fidalgo), João João (Tarcísio Ortiz) e Niná (Regina Linhares) são três crianças. Gostam do novo, do diferente e de tudo o que não vieram. Sabem que "todos os dias não somos a mesma coisa", pois "tudo muda a cada instan-

Teatro

São Paulo com açúcar e afeto

Fernando Peixoto

Uma viagem pelo passado e pelo presente de São Paulo, inclusive uma briga entre Anchieta e Nóbrega diante de alguns índios espantados.

Porandubas Populares Carlos Queiroz Telles — Direção de Mário Masetti — Músicas de Zé Augusto Meni — Cenografia de Irineu Chamiso e Elisabeth Correa — Direção musical de Paulo Herculanu — Elenco: Renato Dabal, Vic Militello, Gésio Amadeu, Ricardo Blat, João Signorelli, Walkiria Lobo, Imara Reis, Mirtes Mesquita e outros — Produção Clown Diversos — No Studio São Pedro, S. Paulo.



ção" — seu significado, enquanto conteúdo social da cena, não é delineado com clareza. Uma leitura visual do espetáculo, aliás, é dificultada também pela falta de unidade e definição crítica dos figurinos (e também por um espaço cênico que não foi encontrado). Daí resulta que o espetáculo não se realiza em sua integridade. E assume um ritmo e uma postura desde os primeiros instantes, sobretudo desde a primeira cena mais realizada (o encontro de Nóbrega com Anchieta) e permanece na mesma nota até o final. Passado e presente são encardados pelos atores a partir de uma mesma disposição. Visualmente algumas sequências parecem bem concebidas, mas o resultado na cena é precário: o óbvio é enfatizado e as sutilezas ou a malícia de certos relacionamentos, que o texto

Esta dúvida de um Mário poderia servir de ponto de partida para questionar outro aspecto da visão do espetáculo do outro Mário: a ausência, na cena, de uma outra estrutura, que estabeleça um relacionamento dialético com o que o texto impõe e propõe. O resultado certamente seria mais eficaz, na medida em que a cena exporia uma estrutura contraditória, portanto mais real e estimulante. É talvez um dos problemas de todo espetáculo que se propõe a criar no palco uma espécie de festa cênica (neste caso, formalmente inspirada em elementos de circo — mas também a estrutura circense, como veículo da narrativa,

No país da dialética (para crianças e adultos)

Um mesmo tema e dois espetáculos diferentes: um para crianças, outro para adultos. Um espetáculo que (coisa rara) respeita a criatividade da criança.

Da metade do caminho ao país do último círculo. Texto, direção, cenários, figurinos, bonecos de Ilo Krugli. Música e letra de Beto Coimbra, Caique Botkay, Ilo Krugli. Com Silvia Heller, Ilo Krugli, Regina Linhares, Tarcísio Ortiz, Sérgio Fidalgo. Produção do Teatro Ventoforte Ltda. No Museu de Arte Moderna, sala Corpo/Som, Rio.

José Arrabal

te" e "quando estamos acabando uma história, nós já estamos começando outra". Tem diante de si uma tenda mágica. Os três acreditam em magia. Na magia do movimento dos objetos e das cores no espaço. A tenda — como afirma um deles — "tudo isso aqui, o teatro, o público, tudo". Em contraponto, trazendo à cena o conflito, um personagem que insiste em dizer: "Bobagem, magia não existe, ou vocês tomam cuidado, ou ficam fora da realidade. As coisas são como são. Nada muda! Tudo é truque!"

Ibeji, João João e Nina não lhe dão ouvidos, comprometendo-se cada vez mais com a atração mágica da vida. Mas o quem adverte: "Tudo tem seu preço!" E após viverem todo o seu tempo de magia, as crianças, com olhos vendados são levadas aos países da guerra, das luzes, do silêncio, das máquinas e relógios. Ao país do Sim. Ao país do Não. Guerra, paz, espaço, tempo, sim e não.

Do país da guerra, João João não volta. Ibeji fica preso no

estabelece, ficam prejudicados. Neste sentido, a superficialidade que resulta parece nascer da forma como os atores encaram as cenas. Isto sem contar os infelizes momentos em que um ou outro decide dar uma "contribuição pessoal" ao texto, caindo na velha tecla de sair do personagem para ser o ator, mas na verdade deixando o personagem para cair no "ator representando o papel de ator".

Em dois instantes, entretanto, fica evidente a compreensão da encenação: existe uma alternância bem controlada entre a seriedade e a brincadeira no princípio da conferência do "Conselheiro Cultural" da excursão (explicando, através dos nomes das ruas, momento em que a ironia de Queiroz serve de veículo para uma constatação da realidade de hoje) explicando quais são os caminhos que conduzem a Liberdade; e também o poema final em que Mário de Andrade, dizendo que não sabe se vale a pena cantar São Paulo (e os males que ele aponta na cidade, num poema escrito há algumas décadas, mas válido hoje, não é apenas poluição...), termina concluindo e Queiroz e o espetáculo com ele: "Eu pergunto: Isso é vida?".

Esta dúvida de um Mário poderia servir de ponto de partida para questionar outro aspecto da visão do espetáculo do outro Mário: a ausência, na cena, de uma outra estrutura, que estabeleça um relacionamento dialético com o que o texto impõe e propõe. O resultado certamente seria mais eficaz, na medida em que a cena exporia uma estrutura contraditória, portanto mais real e estimulante. É talvez um dos problemas de todo espetáculo que se propõe a criar no palco uma espécie de festa cênica (neste caso, formalmente inspirada em elementos de circo — mas também a estrutura circense, como veículo da narrativa,

pois do Sim. Por lá, gostaria de ter dito Não. Nina, por sua vez, não pode sair do país do Não, trancada que foi na cabeça da torre de seu palácio. Niná, naquelas plagas, gostaria de ter dito Sim. Agora, que magia poderá libertá-los? E libertos, onde chegarão? Da metade do caminho, livres pelo gesto simples da criação, do ato de fazer o novo, Ibeji, Niná e mesmo João João chegarão ao país do círculo, onde "tudo vai ser diferente". Lá tudo ficará junto e misturado, nada ficará só e separado: guerra, paz, tempo, espaço, sim e não. Juntando tudo numa só coisa, tudo vai ser de todos ao mesmo tempo: é a promessa do país do último círculo.

O processo de informação do espetáculo é dedutivo de sua temática. Embora não seja — neste esquema — autotélico, porquanto para cada dado existem alternativas contraditórias. Assim, crianças e adultos são encaminhados pela magia fantástica do teatro (uma magia desvelada continuamente com a exibição evidente de seus artificios e truques) à compreensão do absoluto e da totalidade, o que as compartimentações sociais, através da ideologia da sociedade que se tem, não permitem divisar e ou vivenciar.

A criação sem mistérios

O dado temático encontra resposta na composição de cada detalhe do espetáculo. Os elementos de cena utilizados

não se faz presente como ponto de partida da linguagem de direção; alguns poucos elementos que despontam se perdem pela ausência de continuidade ou autidão; a realidade pode ser assim sondada, sem outra referência, em sua complexidade? Mário Masetti foi até certo ponto, sensível ao problema. Sobretudo no final, quando procurou fazer com que o poema de Mário de Andrade, seguido por um samba, trouxesse o sentido de uma advertência: nem tudo é festa, a festa só não basta, ou não corresponde à verdade da cidade e, quem sabe, apesar da vontade de cantar e dançar, talvez a festa seja inútil. Mas esta ideia passa ao público? A mesma solução foi tentada em 1972 na encenação de "A Semana". E a dúvida perdura: ambos os espetáculos, finalizando de forma "apoteótica" não correm o risco de terem suas melhores intenções apagadas? A manobra de cherrar espetáculos e textos permanece, em certo nível, um dos problemas fundamentais para serem pesquisados na prática pelo teatro brasileiro que se preocupa em não fazer com que o público deixe a sala de espetáculos sem levar para casa uma dúvida, uma incerteza ou material para uma reflexão que não se esgote facilmente.

É curioso que Mário Masetti realizou, há alguns meses, um documentário cinematográfico para a televisão, sobre a cidade de S. Paulo: imagens que traduziam uma realidade áspera e agressiva (ausente no espetáculo). Mas o filme se ressentia de um tratamento irônico que permitisse uma apreensão mais global dos problemas expostos. Assim, diante de São Paulo, Masetti se exprimiu duas vezes em dois caminhos distintos: a realidade imediata e as estatísticas, através do documento e da entrevista, no filme e a criatividade desimpedida e a invenção livre, através do circo e da música, no espetáculo. O ideal não seria um confronto simultâneo entre ambas as propostas? É possível que seu espetáculo, com seu filme no fundo, não conduzisse, pelo contraste, a uma reflexão mais consequente. Mas a virtude central do espetáculo é a busca de uma linguagem cênica nacional-popular.

os mais comuns ao cotidiano de qualquer um: papel de jornal, trapos e panos velhos, máscaras e bonecos de fabricação artesanal, tintas, velas, espelhos, sombras e sons variadas. Os atores caminham à vontade no espaço cênico. Nada parece ter sido previamente marcado. Os gestos são simples, como os de quem está brincando. Do cotidiano tira-se a sua possibilidade intrínseca de transformação através do ato de criar exibido sem mistérios. O resultado é uma aula de dialética idealista.

No programa do espetáculo, o Grupo Ventoforte assim se dirige para seu público adulto:

"Quais foram os caminhos lógicos ou os mágicos labirintos que nos colocaram frente à verdade e à mentira do que somos no dia-a-dia? O que esperar? O que esperávamos? O que fazer? O que fazíamos? A resposta só existirá na medida em que esperar e fazer possam ser conjugados, sendo fiados com paciência, no mesmo fio que ainda não sendo de ouro, mantenha a luz e o brilho do olhar da criança". E o que procura, por fim, provar, à criança e ao adulto, essa crítica idealista à ideologia da sociedade que se tem, preparando-os (na medida das escasas possibilidades do teatro) à viagem que vai do meio do caminho em busca do país do círculo. Isto num espetáculo que prova ser tudo ser possível a produção, hoje, de um teatro nada embodador da mentalidade infantil.

ENSAIO

A DESTRUIÇÃO DA CONSCIÊNCIA

Jean Claude Bernardet



Os filmes de propaganda nazista: a guerra limpa, sem mortos, sem detalhes, sem gente.

O Instituto Cultural Brasil-Alemanha inicia hoje em São Paulo uma Retrospectiva de Cinema Nazista, que, até outubro, estará também em Curitiba, Porto Alegre, Brasília, Belo Horizonte, Salvador e Rio de Janeiro. São quase vinte horas de projeção de filmes de propaganda direta, documentários e jornais filmados. Incluindo filmes célebres, como os de Leni Riefenstahl (O triunfo da vontade, Olympia) o ciclo cobre doze anos: de 1933 a 1945. Alguns destes filmes poderão ter sido projetados no Brasil na época de sua realização, mas com certeza não foram projetados nos últimos trinta anos, com exceção de um condensado de Olympia que foi apresentado pela televisão. É uma oportunidade não só para tomar conhecimento de um momento da história do cinema pouco divulgado entre nós, como para analisar certos aspectos da relação entre cinema e propaganda política.

Feuertaufe (Batismo de fogo, 1939/40, direção de Hans Bertram, produção Tobis S/A) pode ser tomado como ponto de partida para uma análise do trabalho de propaganda cinematográfica praticada pelos nazistas. O filme descreve a campanha da Polónia e foi inteiramente montado com material documentário filmado por cinegrafistas alemães durante a guerra. Vão se sucedendo as ofensivas alemãs, dando ênfase quase que exclusivamente à força aérea. A sequência-tipo das ofensivas obedece mais ou menos ao seguinte esquema: mapa indicando as posições alemãs e os objetivos a atingir; aviões saindo, voando, soltando bombas; incêndios na terra; coluna de prisioneiros; marcha de colunas alemãs, prenúncio de nova ofensiva. Estas breves indicações permitem alguns comentários: é uma guerra limpa; a guerra aérea vista dos aviões tem algo de abstrato, de técnico, a terra lá de cima se apresenta sem detalhes, sem gente, os resultados dos bombardeios não são vistos, a não ser algumas explosões e fumaceiras. Nada portanto que possa aterrorizar o espectador. E também uma guerra sem mortos; as perdas alemãs se limitam a uns dois túmulos, apenas dois ou três cadáveres são vistos ocasionalmente, há mais cavalos mortos do que pessoas. Pelas imagens, nunca se entende muito bem o que acontece: em qualquer batalha aérea, qualquer seja o alvo, qualquer seja a tática, são sempre aviões, bombas, explosões. A compreensão da cena é dada pelos mapas; a guerra não se dá num país real, se dá na representação simbólica e asséptica da geografia cartográfica. Nestes mapas só há setas para indicar o avanço alemão: é uma guerra sem resistência do inimigo. O que dá às setas e às colunas de soldados, o ritmo de uma progressão irresistível. O que é ainda acentuado pelo fato de que em geral só se mostra o início da ofensiva e o seu

desfecho vitorioso. A luta é praticamente eliminada. É uma vitória relâmpago, sem dificuldades.

O ataque se mostra "defensivo"

Esse inimigo, que "não é visto" na imagem ou nos mapas, está, no entanto, presente no comentário: é o inimigo da Alemanha. A Polónia é vista como mandada pela Grã-Bretanha, eterno inimigo da Alemanha, para destruí-la. A Alemanha é vítima de um complô; se ela não atacar, será destruída. Em *A floresta eterna* (1936; direção de Hans Spinger, Prod. Lex Films), a Alemanha sofre uma série de agressões, desde a invasão romana até a guerra de 1914, nunca explicadas. A não ser magicamente: é o eterno complô para destruir a Alemanha sempre ameaçada. Assim a ofensiva do exército alemão sempre antecipa uma suposta agressão que não deixaria de ocorrer se a Alemanha não tomasse a dianteira.

Feuertaufe é um filme fechado sobre si mesmo, de perfeita coerência interna. Por isso, ele pode ser tomado como uma "descrição verdadeira" da campanha da Polónia. Para criticar este filme, com os outros filmes de guerra nazistas, é necessário promover um questionamento com elementos não fornecidos pelo filme. E, como todo material visto na tela foi de fato filmado na guerra, o uso desse material "verdadeiro" dá a chancela de documentário a um filme que, com Siegfried Kracauer (1), podemos considerar de ficção.

Exatamente neste ponto parece se situar o essencial da propaganda cinematográfica nazista (ou talvez mesmo da propaganda política em geral): substituir uma realidade por uma outra artificialmente montada, mas não deixar claras as fronteiras entre as duas. Ao contrário, construir a realidade artificial com material tirado da realidade.

A substituição de realidade

Há mil maneiras, no nazismo e fora dele, de operar esta substituição. O documentário sobre o congresso nazista de 1934, em Nuremberg, *O triunfo da vontade*, mostra uma dessas operações. As bandeiras nazistas não têm como função ornamentar a cidade, mas antes vedá-la, deixando apenas aparecer um ou outro fragmento arquitetônico que passa a ter, ele sim, uma função ornamental. O

(1) Siegfried Kracauer é autor do livro *De Caligari a Hitler*, um dos melhores trabalhos sobre o cinema alemão nos anos 20 e 30. Na edição de 1942, acrescentou um capítulo sobre os filmes de guerra nazista.

conjunto das bandeiras, das colunas e pânfilos instalados para o congresso, a disposição das formações de militantes, as paradas, tudo obedecendo a uma imponente e rigorosa geometria de ângulos retos e simetrias, criam um novo tempo/ espaço que se substitui ao espaço da cidade e sobre o qual os dirigentes têm total domínio. A história da produção do filme mostra que este foi projetado juntamente com o próprio congresso: o congresso foi em parte feito para ser filmado. O que leva Kracauer a escrever: "a partir da vida real do povo, elaborou-se uma vida falsificada que foi apresentada como sendo verdadeira; mas esta realidade bastarda, ao invés de ser um fim em si, serviu antes de preparação para um filme que devia assumir o caráter de um documentário autêntico".

Outra maneira de substituir uma realidade por outra é o uso da metáfora. O melhor exemplo é *A floresta eterna*, em que a floresta é o símbolo do povo alemão. A guerra de 1914, por exemplo, é tratada como uma violenta tempestade. O suceder das estações passa a expressar o próprio ritmo de evolução do povo alemão. Assim como após o inverno vem a primavera, após a morte de quem se sacrificou pelo país vem outra vida. Essa identidade floresta/povo verifica-se desde a origem do povo germânico até o advento do nazismo; essa identidade tem caráter perene. Através de referências históricas (como a guerra de 30 anos, a guerra de 14), e através de uma analogia (floresta/povo) que possibilita "explicar" toda a história da Alemanha, o filme opera uma transcrição da realidade histórica para uma realidade abstrata.

Os mecanismos de substituição

Quer se trate dos filmes de guerra, quer da *Floresta eterna*, para que a realidade abstrata, seja aceita como verdadeira é necessário que ela seja construída com elementos da realidade histórica e da realidade vivida por aqueles a quem se dirige o filme. Os filmes não superpõem uma realidade artificial à outra, que seria negada ou esquecida, mas operam uma metamorfose. Os elementos constitutivos da "realidade" que resulta dessa operação são conhecidos das platéias. A propaganda consiste na seleção destes elementos e na sua articulação. Assim, a floresta não é um símbolo inventado pelos nazistas, mas um elemento fortemente presente na cultura alemã, na literatura, no folclore. Fritz Lang usara sobrejuntamente desta floresta mítica em *A morte de Siegfried* (1923). A propaganda não manipula elementos inventados por ela e que ela tentaria impor às pessoas; mas manipula elementos que já estão nas pessoas ou que elas podem reconhecer como sendo verdadeiros.

Quando Goebbels, Ministro da Informação e Propaganda de Hitler, falando sobre a "arte criadora" que é a "propaganda política moderna", diz que ela vem das "profundezas do povo e a ele sempre deve voltar e dele extrair o seu poder", ele pode ser cínico ou demagógico. Mas, de certo modo, ele faz uma afirmação tecnicamente correta. Pois, ele sabia conscientemente que, para impor esta realidade abstrata, a histórica, ele precisava recorrer a crenças, idéias, sentimentos, imagens, hábitos ancorados nas pessoas. É necessário usar o que existe no coração das massas para melhor dominá-las.

Estes comentários só apresentam alguns dos mecanismos da propaganda nos filmes nazistas que, sob dois aspectos, surpreendem. Por um lado, grande parte de seus temas, suas imagens já vinham sendo trabalhadas pela cultura alemã. Não há ruptura com a chegada de Goebbels ao Ministério da Propaganda. Por outro, o uso e funcionamento, para fins propagandísticos, das metáforas, das analogias, da concepção abstrata da história, do espaço e tempo míticos, são métodos ainda hoje amplamente usados na propaganda política. A propaganda nazista não se apresenta como algo monstruoso, como um delírio, como uma doença — como em geral se quer apresentar o nazismo — mas antes como uma série de práticas bastante difundidas nas sociedades atuais em que vivemos e que encontraram na época do nazismo um momento de particular intensidade e exacerbação.

Carta aberta de Eisenstein a Goebbels

Em março de 1934 o cineasta soviético Serguei Eisenstein (*Encouraçado Potemkin*, *Outubro*, *Ivan o Terrível*, *Alexandre Nevski*) enviou uma carta-aberta ao Dr. Josef Goebbels, Ministro de Informação e Propaganda de Hitler: "Como é que o senhor se atreve, em qualquer lugar, a falar da vida, o senhor, que com seu machado e metralhadora traz a morte e o desterro a todos os vivos e a tudo que há de bom em sua terra? O senhor que condena à morte os melhores filhos do proletariado alemão e espalha pelo mundo inteiro aqueles que são o orgulho da verdadeira ciência alemã e da cultura de todo o mundo? Como é que o senhor se atreve a chamar a cinematografia alemã ao testemunho de uma apresentação verdadeira da vida, sem encarregá-la de gritar ao mundo as torturas dos milhares de homens e mulheres nas catacumbas subterrâneas de vossas prisões, ou os martírios até a morte dos campos de concentração".

O último espetáculo de Omar, o magnífico

Silvio Fiorani Jr.

Mágico não presta", setenciara a mãe, turbadora de suor, sufocada no corpanzil de noventa e tantos quilos. "Você está iludida. Enfeitada". Enfatizara o "enfeitada" para que pelo menos aquele dado sobrenatural impressionasse a filha. De nada adiantou. A moça ainda não se chamava Tânia e não tinha os lábios e as unhas cor de sangue, a sobrancheira marcada a lápis, dois fios arqueados, semi-círculos perfeitos. Tampouco era pálida de rosto como haveria de ser pelo resto da vida, com os olhos fundos de quem toma absinto.

Aquela tarde, em que a mãe sabiamente a prevenira e acenara com um futuro cheio de infortúnios, fazia parte das lembranças mais remotas. A antiga frase, porém, readquiria agora sua condição física e ecoava na solidão do quarto do hotel, como se tivesse sido proferida naquele momento. E Tânia — ela já não se lembrava do verdadeiro nome — ouvia finalmente a frase como se esta tivesse ecoado durante anos até chegar aos seus ouvidos. Tendo voltado o silêncio, passou a mão demoradamente pelo rosto e verificou o quanto havia envelhecido. Foi então que o guarda-roupa engorurado pelo óleo de peroba, os criados-mudos, a cômoda e a penteadeira começaram a murmurar sua solidão de móveis de hotel. Eram os mesmos murmúrios tantas vezes ouvidos, sufocados pelo calor degradante e o ar eternamente imóvel de todas as cidades.

"Mágico não presta". Levou muito tempo para perceber que estava certa e que a antiga sentença proferida pela mãe não revelava de modo algum a realidade. Na verdade, os mágicos não podiam prestar ou não prestar, porque eram mágicos. Simplesmente, porque eram mágicos. A despeito disso, percebeu que a antiga sentença lhe servia e devia ser usada. Malgrado a constatação, a moça passou o olhar pelo quarto sem querer encontrar nada, movida pelo mesmo obstinado desinteresse com que sempre ouvira a mãe e sentira-se oprimida; com o mesmo desdém com que fora silenciosamente oprimida depois de ter iniciado a interminável trajetória dos espetáculos.

"Os mágicos não podem prestar ou não prestar, simplesmente porque são mágicos", repetiu para si mesma a frase que, se não solucionava a questão, pelo menos a explicava.



Escrevera à mãe não fazia muito e lhe dissera: "Ainda sou a mesma. Não fui tocada". Agora, com a resposta na mão, passeava o olhar pelo quarto. "Não pode haver maior desgraça. Eu bem que lhe preveni, filha. Mágico não presta, não serve para nada, a não ser para enganar os trouxas. De mais a mais, só podem se apresentar em circos. De circo para baixo. Os grandes teatros não são para eles. Você foi enganada".

Deixou a carta sobre a mesa, abriu caminho através do ar denso e abafado e foi sentar-se junto ao espelho. Empoou-se. Acentou as sobrancheiras arqueadas. Com parcimônia, munida de uma minúscula escova, tingiu os cílios com uma tinta preta viscosa. Retocou o batom sanguinolento e espremeu os lábios frouxos para dispersar a massa gordurosa. Foram gestos mecânicos. Sobre o colo, cuja brancura o decote do vestido negro de renda acentuava, depositou um colar de miçangas vermelhas. Apanhou novamente o lápis de sobrancheira e sobre a zigoma direita desenhou uma pinta. Olhou-se detidamente. O ritual de todos os dias revelara-se mais uma vez ineficaz. Não havia o que pudesse corrigir a marca que os anos haviam impresso naquele rosto inexpressivo e frio. Não obstante, ela concluiu que estava pronta para mais um espetáculo. Agora sim, sentia-se Tânia. Durante os longos anos de peregrinações aprendera a ser Tânia e a adequar-se à fantasia que Omar, O Magnífico, montava todos os dias para iludir as pessoas e para que as pessoas o aplaudissem e agradecessem por terem sido enganadas. Apesar de ter-se encontrado mais uma vez naquela personagem que o incomparável artista criara, algo havia mudado. O próprio Omar perceberia isso na hora do espetáculo. Antes que as cortinas se abrissem, ela lhe diria: "Mágico

não presta". E não expressaria nem tristeza, nem alegria. Nem ódio, nem gratidão. Nem desgraça, nem felicidade. "Mágico não presta". O rosto, branco como sempre, continuaria impassível, imune a qualquer sentimento.

Omar olhou-a detidamente, não disse nada. Nunca dizia nada. Olhou-a detidamente, isso sim, pela primeira vez. Como após os espetáculos sempre vendesse ao público a sua criação suprema, um tônico capilar infalível, pensou: "Nunca venderei tanto tônico como hoje". Uma hora depois estava preparado para o seu melhor número. Com uma voz de trombeta, Kuli Krasomoff, príncipe, empresário da companhia, anunciou: "Respeitável público. Encerrando este grande espetáculo, o incomparável Omar apresentará o maior número de todos os tempos. Nem os sábios do Oriente usaram tanto. Vocês jamais esquecerão esta noite".

Kuli tomou a mão de Tânia e ajudou-a a deitar-se no caixão que tinha as extremidades apoiadas em dois bancos. A moça acomodou-se o melhor que pode, encainhando o pescoço no semicírculo aberto numa das extremidades. Kuli fechou cuidadosamente o caixão. Só a cabeça de Tânia ficou de fora. Ela sorria artificialmente. Omar, empunhando um enorme serrote, aproximou-se lentamente e começou a serrar o caixão exatamente no meio. Tânia continuou sorrindo para a plateia mesmo depois que o sangue começou a gotejar no assoalho do palco.

O público aplaudiu, continuou aplaudindo. Na primeira fila, porém, um homenzinho magro de paletó e gravata, olhos redondos de ar preto, esfregava nervosamente as mãos. O que estava ao lado, um cavalheiro de meia idade, atarracado, explicou: "É sangue sintético. Sabe como é, de plástico. Não se preocupe. Não há o que não possa ser feito com o petróleo hoje em dia". Da fresta do caixão escorria um fio vermelho e pastoso. O público aplaudia mais intensamente, em completo delírio. Sem qualquer emoção, Omar continuava o trabalho. Trabalhava-se da sua definitiva consagração. Tânia começava a sentir-se aliviada da carga de tantos anos. Sabia então que aquele seria o último espetáculo.

Silvio Fiorani Jr. nasceu em 1943, em Vista Alegre do Alto, Estado de São Paulo. Tem cinco anos de jornalismo e alguns quilômetros na bagagem, entre Brasil, Europa e Oriente Médio, onde já foi garçom e professor de português. Tem um romance inédito: "O sonho de Dom Porfírio".

O PÊNALTI

Odemir Capistrano Silva

Consta que foi num domingo. O Deputado Federal Hélio Valkírio Ramos Amaral, do partido do governo nos idos da Segunda República, saiu de casa para "bater uma peladinha" entre amigos num terreno baldio próximo à sua casa.

Acontece, porém, que outros o viram entrar num bueiro, dar o adeus dos naufragos e glub, ser engolido pelas águas da enchente que naquele mesmo dia tomara a cidade de assalto.

E não fica nisso. Algumas testemunhas juram tê-lo visto entrar num hotel de reputação duvidosa, acompanhado de umas duas ou três mundanas, com quem — segundo os depoentes — "havia acertado uma noitada de orgia".

Um indivíduo, cujo nome está sendo guardado em sigilo pelas autoridades policiais, contou que o deputado havia se envolvido com uma "gang" de contrabandistas e que "a certa altura — assegurou — a coisa teria ficado preta".

Embora as investigações prossigam "em ritmo acelerado", conforme revelou hoje uma fonte oficial que fez questão de se manter incógnita, muitas contravérsias ainda estão por ser apuradas. Enquanto, por exemplo, circulam notícias de que Hélio talvez tivesse fugido com sua amásia (não identificada) para local ignorado, há também a suspeita de que a própria esposa tem sérias implicações

no caso. Chegam a acusá-la de autora e co-autora de um possível crime de morte.

Por outro lado, numa entrevista coletiva à imprensa, o Sr. Atanásio Roberto Limão — Secretário da Segurança Pública — declarou não estar o assunto Hélio sob a sua responsabilidade, se bem que o venha acompanhando muito de perto, tomando ciência de todas as diligências, mas somente por ser amigo da família do extinto.

A televisão noticiava ontem, à guisa de mais um caminho nesse já complicadíssimo labirinto, que a hipótese de o deputado ter acompanhado clandestinamente uma expedição de caça a fazer nos próximos dias um "safári", não é de todo improvável. Contudo, comenta-se em círculos mais ligados à vítima que "isso não passa de uma alevosia à memória do ilustre político, em vida sempre um defensor do meio-ambiente, militando inclusive durante muitos anos na Sociedade Protetora dos Animais, atingindo aí até mesmo os mais altos cargos diretivos." Para eles, "trata-se de uma suposição para lá de maldosa; absurda".

Em meio a todos estes rumores, entretanto, só existe uma coisa verdadeira: o parlamentar não pulou do trem em grande velocidade como chegaram a afirmar várias

Odemir Capistrano Silva, na carta que enviou a Movimento, se diz "um cara sem currículo e com muita história pra contar". Afirma ter cheias as gavetas e que já colaborou na Tribuna da Imprensa do Rio.

pessoas. Presume-se que a história do futebol também não mereça crédito. Segundo tal versão, num "penalti" contra seu time, Hélio, que agarrava no gol "e muito bem", dizem os amigos — avisara ao irmão (encarregado da cobrança da falta pela equipe adversária e dono de um tenível chute):

- Vou defender esse "penalti".
- Maluquice, irmão: sai daí.
- Não saio: vou defender o "penalti".
- Olha que eu vou te matar com meu chute.
- Posso morrer: mas a bola não passa.
- Loucura, irmão: sai da frente.
- Não saio: pode chutar.

Hélio caiu morto com a bola nos braços, evitando o que seria o gol de penalti de Hévido — o mano, cujo petardo "mataria um elefante".

A história, contada e recontada por todos esses anos, de pai para filho, não foi no entanto confirmada nem ao menos aceita pela polícia. E a razão é a seguinte: Hélio não tinha irmão ou coisa que o valha, não gostava de futebol e não se encontrou até o momento em qualquer dos arquivos pesquisados nenhum indivíduo com esse nome: Hévido.

De uma forma ou de outra, enriquecido pelo folclore e pelas investigações "em ritmo acelerado", o caso segue enfrentando muitas dúvidas, a maior das quais é ainda a data em que o fato teria se dado. Claro, faz tempo, com certeza. E por hora consta que foi num domingo.